

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

Trabalho doméstico na pandemia: Um estudo sobre as múltiplas violências e seus  
aprofundamentos nas vidas de trabalhadoras em tempos de crise

**ALINE RODRIGUES MOREIRA DA SILVA**

**SEROPÉDICA-RJ**

**2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

Trabalho doméstico na pandemia: um estudo sobre as múltiplas violências e seus  
aprofundamentos nas vidas de trabalhadoras em tempos de crise

**ALINE RODRIGUES MOREIRA DA SILVA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Dra.Marta Regina Ciocari, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**SEROPÉDICA-RJ**

**2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t SILVA, ALINE RODRIGUES MOREIRA DA , 1987-  
Trabalho doméstico na pandemia: um estudo sobre as  
múltiplas violências e seus aprofundamentos nas vidas  
de trabalhadoras em tempos de crise / ALINE RODRIGUES  
MOREIRA DA SILVA. - RIO DE JANEIRO, 2020.  
105 f.: il.

Orientadora: MARTA REGINA CIOCCARI.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS, 2020.

1. ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS. 2. TRABALHADORAS  
DOMÉSTICAS. 3. PANDEMIA DE COVID-19. 4. VIOLÊNCIA. I.  
CIOCCARI, MARTA REGINA, 1966-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS III.  
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ALINE RODRIGUES MOREIRA DA SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 18/12/2020

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Profa. Dra. Marta Regina Cioccarri – PPGCS/UFRRJ (Orientadora)

---

Profa. Dra. Elisa Guaraná de Castro-PPGCS/UFRRJ

---

Profa. Dra. Luísa Maria Silva Dantas -PPGSA/UFPA



*Emitido em 2021*

**TERMO Nº 870/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.00.91)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 13/08/2021 11:25 )*

ELISA GUARANA DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matrícula: 1223805

*(Assinado digitalmente em 13/08/2021 12:27 )*

MARTA REGINA CIOCCARI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matrícula: 1451306

*(Assinado digitalmente em 17/08/2021 22:13 )*

LUÍSA MARIA SILVA DANTAS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 844.348.992-87

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:  
**870**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/08/2021** e o código de verificação: **d9455b4c00**

*Dedicatória:*

*Para Luísa, minha garotinha.*

*Para Miguel Otávio, em memória.*

*Para todas as crianças ao redor do mundo que, neste momento, estão sofrendo. Que vocês possam ter a oportunidade de crescer com liberdade e dignidade.*

## AGRADECIMENTOS

Se eu cheguei até aqui, uma coisa é verdade, eu não cheguei sozinha. E a quem esteve comigo nessa caminhada, eu estendo a minha imensa gratidão.

No meio do caminho me tornei mãe. Esse intenso e grandioso sentimento que transborda e me faz desejar ser uma pessoa melhor é algo inexplicável. Luísa, minha filha, que bom que você chegou. Obrigada por tanto amor em minha vida. Eu continuo por você.

Mábia e Elias, meus pais, são pessoas admiráveis e generosas. Me amam incondicionalmente e nunca, nunca mesmo, soltaram da minha mão. Obrigada por sempre acreditarem nos meus sonhos e por me ajudarem nos momentos que mais precisei. Eu não sei como seria sem vocês. Meu imenso e eterno amor pelos dois. Mãe, nada disso aqui existiria se não fosse a sua história. Você é meu maior exemplo de luta e superação.

Rodrigo, meu irmão, que, mesmo na correria dos dias, se faz presente e vibra pelas minhas conquistas. Obrigada. A despeito das nossas pequenas diferenças, admiro a sua capacidade de dialogar comigo e respeitar as minhas opiniões. Que bom que o amor e o humor entre nós são maiores do que qualquer oposição, não é mesmo?

Guilherme, companheiro e amigo, que há quase oito anos vive ao meu lado a experiência de partilhar a vida, os dias, os risos e os silêncios. Aprendemos juntos que o amor é uma construção e que, se bem arquitetado, dá lindos frutos. Obrigada pelo tempo e cuidados dedicados à nós duas. Teria sido muito mais difícil sem você.

Heitor, meu sogro, pai amigo e generoso. Minha sincera gratidão por segurar as cordas e nos acolher em momentos de fragilidade. Pude trabalhar neste projeto, ter Guilherme por perto me ajudando e estar com minha filha integralmente, graças também ao seu suporte. Muito obrigada.

Giovana, obrigada por ter doado um pouco dos seus dias e tempo para me ajudar a cuidar da Luísa quando retomei minhas atividades com a pesquisa. Saiba que lá em casa vai ter sempre uma panquequinha gostosa te esperando.

Nadjara, amiga querida, obrigada por me ajudar com as transcrições das entrevistas. Obrigada também pelas doces mensagens que chegavam nos vazios dos dias. Em tempos difíceis como os que estamos vivendo, todo carinho faz uma diferença danada na vida. Espero poder te abraçar logo.

Marta Cioccarì, minha orientadora, com quem aprendi um pouco mais sobre humanidade. Marta tem uma sensibilidade genuína e nos olha nos olhos. É como se quisesse entender a nossa

alma, pois sabe que a antropologia precisa de alma. Marta nos ouve. Ela tem a admirável capacidade de nos fazer sentir respeitado, a cada palavra que dizemos ou escrevemos. Nos trata como iguais, como somos. Competente, gentil e com uma inteligência impecável. Que honra poder tê-la comigo na construção dessa pesquisa! Obrigada por ser tão compreensiva e amiga. Espero que nossa parceria se estenda por outras oportunidades. Você é uma grande inspiração para mim.

Aos meus amigos da turma do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, muito obrigada pela intensa companhia por todo ano de 2018, onde tivemos belos momentos juntos, grandes trocas, aprendizados e experiências que vou guardar comigo para sempre. Nossas aulas, cafés, almoços e conversas animadas nos finais das tardes em Seropédica, ganharam um lugar muito especial em minha memória e coração. Aqui deixo também minha saudade.

Meus professores do PPGCS, com quem aprendi as Ciências Sociais desde a minha graduação, quando eu era apenas uma jovem entusiasta e curiosa, obrigada por me ensinarem a desbravar o mundo através do estudo e da reflexão crítica. Vocês contribuíram profundamente para a minha formação e para a bela transformação que a universidade exerceu sobre a minha vida. Em especial à professora Carly Machado, que me orientou durante a minha monografia e confiou liberdade à minha escrita, me ensinando os primeiros passos para uma boa e sensível pesquisa com as histórias de vida. Muito obrigada.

Ao secretário do programa, Lima, sempre tão gentil e bem disposto a nos atender e a nos ajudar. Obrigada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

O apoio da CAPES tornou possível a minha dedicação integral a esse projeto. Agradeço também, pois cumpriu o seu papel durante a minha licença-maternidade e durante a pandemia, me dando suporte para que eu pudesse concluir o meu trabalho. Muito obrigada.

Agradeço às professoras Elisa Guaraná e Luísa Dantas que, gentilmente, aceitaram o convite para compor a minha banca e contribuíram de maneira excelente, me ajudando a aprimorar essa pesquisa. Igualmente agradeço à professora Moema Guedes com quem aprendi e fiz importantes reflexões em sala de aula, além de ser uma mulher por quem eu possuo grande admiração. Obrigada por aceitar atuar como suplente em minha banca. Antônio Carriço, que tive a oportunidade de conhecer, aprender, ouvir e compartilhar bons debates, deixo aqui o meu agradecimento pelas produtivas trocas e por também ser suplente em minha banca.

Às minhas interlocutoras, trabalhadoras domésticas que, durante minha trajetória estudando sobre o emprego doméstico, me permitiram olhar para suas histórias e compartilhar suas intimidades e suas memórias mais profundas. Obrigada pela coragem e por me ensinarem tanto sobre a força que uma mulher é capaz de exercer no mundo.

## RESUMO

O Brasil vive, atualmente, uma de suas maiores crises políticas e humanitárias desde o século passado. Dentro deste cenário se insere a minha pesquisa acerca das condições de vida das trabalhadoras domésticas. Não é difícil perceber que, nos últimos meses, as mídias ficaram cobertas de matérias que noticiavam casos que envolviam trabalhadoras domésticas e suas relações com seus patrões em meio à pandemia. Esses casos, em sua maioria, compreendem as histórias de mulheres negras e pobres que não foram dispensadas de seus serviços durante o período de quarentena recomendada pelos governos, especialmente estaduais, com base nas orientações da Organização Mundial da Saúde. Uma vez expostas à doença, elas e seus familiares tornaram-se vítimas fatais do vírus, fomentando debates e reflexões sobre os direitos dessas trabalhadoras, tendo como pano de fundo as questões de raça, gênero e classe. Nesta pesquisa, portanto, procuro refletir sobre a situação da trabalhadora doméstica durante a pandemia da Covid-19 no país. Neste sentido, relato as histórias de vida de duas mulheres entrevistadas por mim, analisando as conseqüências e os desdobramentos de seus trabalhos em casas de famílias durante esse período. Além das histórias de vida, utilizo a análise de documentos como metodologia, explorando o conteúdo jornalístico produzido sobre trabalhadoras e a pandemia de Covid-19 pelos principais sites de notícias no Brasil e por algumas redes sociais.

Palavras-chave: Estudos antropológicos; trabalhadoras domésticas; pandemia de Covid-19; violência.

## ABSTRACT

Brazil is currently experiencing one of its greatest political and humanitarian crises since the last century. In this scenario my research about the living conditions of domestic workers is inserted. It isn't difficult to notice that in past months the media have been covered with stories that reported cases involving domestic workers and the relationships with their bosses during the coronavirus pandemic. These cases, most of time, are about black and poor women's history, whom weren't spare of their services during the period of quarantine recommended by governments, especially the provincial ones, based on the recommendations of World Health Organization. Once exposed to the disease, the domestic workers and their family members became fatal victims of the virus, fostering debates and reflections on these domestic workers' rights, facing as a background race, gender and class issues. In this research, therefore, I try to reflect on the situation of the domestic workers during the Covid-19 pandemic in the country. In this context, I analyse the life history of two women, the consequences and the developments of their work at home during that period. In addition to life stories, I use document analysis as a methodology, exploring the journalistic content produced about female workers and the Covid-19 pandemic by major news sites in Brazil and some social networks.

Keywords: Anthropological study; domestic workers; Covid-19 pandemic; violence.

## **LISTA DE IMAGENS**

- Imagem 1 – Mulheres participantes da campanha: “Ouçam Mirtes, mãe de Miguel.” - Arquivo de divulgação do Site Alma Preta.....67
- Imagem 2 – Logo do Instituto Menino Miguel. Arquivo do site da Universidade Federal Rural de Pernambuco.....69

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.01</b>
<b>CAPÍTULO 1. EPIDEMIAS E TEMPOS DE CRISE.....</b>	<b>p. 07</b>
1.1 Uma visita a 1918.....	p.07
1.2 2020: um ano inesperado. “Só uma gripezinha!”.....	p. 12
1.3 O caso do menino Miguel: Quarentena para quem?.....	p. 16
<b>CAPÍTULO 2. QUEM SÃO AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS?.....</b>	<b>p. 24</b>
2.1 De volta à Recife do século XIX: O trabalho doméstico na escravidão e no pós-abolição.p.	24
2.2 As domésticas em números: o cenário das trabalhadoras no país.....	p. 28
2.3 A trajetória de Mirtes Renata: um recorte interseccional.....	p. 36
<b>CAPÍTULO 3. VIOLÊNCIAS ORDINÁRIAS INTENSIFICADAS PELA PANDEMIA.....</b>	<b>p.51</b>
3.1 Sarí, a 1ª dama de Tamandaré: "O pacto da branquitude".....	p.51
3.2 "E se fosse ao contrário?". A voz do povo é a voz de Mirtes.....	p.65
3.3 Revisitando a história de uma trabalhadora da minha família: memórias e ressignações.....	p. 73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p. 83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>p. 85</b>

## INTRODUÇÃO

Na história do Brasil não é a primeira vez que o país é acometido por uma epidemia ou pandemia de graves proporções. No mundo, as pandemias já alteraram significativamente o modo de vida das populações ao longo da história. Para mim, o mais curioso foi perceber a semelhança entre os impactos sociais desses eventos epidêmicos. Não digo apenas do que a doença foi e é capaz de causar em termos de tragédia sanitária e humanitária, mas reflito também sobre os impactos sociais e políticos que se repetem ao longo do tempo, apesar do desenvolvimento das sociedades e dos progressos da ciência. No início deste ano, a população brasileira, assim como a de outros países, tornou-se vítima mais uma vez de um vírus mortal, chamado Novo Coronavírus (Sars-Covid-2). Recentemente, em nossa história, o país sobreviveu a outra doença que devastou o mundo, conhecida por Gripe Espanhola, em 1918. Neste mesmo ano, só no Brasil, a gripe matou cerca de 35 mil pessoas.<sup>1</sup> Até o momento, em 2020, o Novo Coronavírus já fez quase 170 mil vítimas fatais em todo território brasileiro e segue devastando. No mundo, até o momento, já são mais de 59 milhões de casos, totalizando quase 1 milhão e 500 mil mortes.<sup>2</sup>

A proposta dessa pesquisa é analisar aspectos referentes ao emprego doméstico durante a pandemia do coronavírus no território brasileiro. Porém, num primeiro momento, busquei conhecer e analisar as características referentes ao evento da gripe espanhola que chegou ao Brasil no ano de 1918, no sentido de, em termos comparativos, iluminar a compreensão de aspectos da crise pandêmica pela qual estamos passando atualmente. Finalizada essa breve exposição, início a reflexão em torno do emprego doméstico.

O meu interesse em pesquisar sobre o trabalho doméstico surgiu durante a minha graduação. Anteriormente, naquela pesquisa, eu pretendia estudar questões relacionadas a algumas formas de comunicação e buscar entender como o celular, por exemplo, se transformou num fenômeno que modificou a maneira das pessoas se relacionarem e interagirem em sociedade. Com o passar do tempo, passei a prestar atenção no trabalho doméstico de forma mais crítica. Tal atenção, deu-se, principalmente, porque eu tinha uma íntima relação com domésticas de minha própria família. Naquele momento eu decidi iniciar uma pesquisa sobre o tema, mas estudava de

---

1

Alguns fatos curiosos sobre a Gripe Espanhola no Brasil, disponível em:  
<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/06/7-fatos-sobre-gripe-espanhola-no-brasil.html> Acesso em: 06/09/20

2

Segundo os dados registrados até o dia 25 de novembro de 2020. Fonte:  
[https://www.google.com/search?q=coronav%C3%ADrus&rlz=1C1NDCM\\_pt-BRBR803BR803&oq=coronav%C3%ADrus&aqs=chrome.69i59j0i131i433j0i433l3j69i61j69i65l2.2077j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=coronav%C3%ADrus&rlz=1C1NDCM_pt-BRBR803BR803&oq=coronav%C3%ADrus&aqs=chrome.69i59j0i131i433j0i433l3j69i61j69i65l2.2077j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8) Acesso em 25/11/20

que modo eu poderia construir um diálogo entre a minha vontade de investigar o fenômeno das novas tecnologias e, ao mesmo tempo, abordar a temática do trabalho doméstico. A minha pesquisa de monografia buscou entender os impactos do uso do aparelho de celular no cotidiano de trabalhadoras domésticas, de modo que investigou os seus efeitos em relação à desconstrução do sentido da solidão, estado em que muitas dessas mulheres são submetidas em seus locais de trabalho. Desde então, tenho voltado meu olhar para esta categoria profissional que de forma tão emblemática revela as estruturas de nossa sociedade. Com a pandemia, foi necessário dar novo curso à investigação com essas trabalhadoras.

Ingressei no mestrado com um projeto de pesquisa voltado para um grupo de domésticas que fazem teatro na cidade do Rio de Janeiro, chamado *Marias do Brasil*, que acompanhei durante um certo período.<sup>3</sup> Porém, nas tentativas de me inserir em campo, encontrei algumas resistências e obstáculos que não fui capaz de superar. Além disso, me deparei no retorno ao trabalho de campo, após minha licença maternidade, com o cenário pandêmico na cidade, logo no início deste ano. Diante da impossibilidade de prosseguir com as reuniões e, ao mesmo tempo, com o desgaste causado pelos desencontros com as integrantes do grupo, encontrei no atual cenário a oportunidade de manter parcialmente o estudo, mas com novas questões relativas aos problemas enfrentados por essas mulheres trabalhadoras durante a pandemia, e com novos desafios metodológicos para a realização de uma pesquisa virtual.

Desde o começo, assim como foi na graduação, o projeto de pesquisa para o mestrado tinha como principal metodologia a análise de histórias de vidas e trajetórias. Independente do meu recorte, se seria num contexto familiar ou com um grupo de teatro, o objetivo era discutir determinadas questões sobre as trabalhadoras domésticas a partir das narrativas de suas vidas. Nesse sentido, em razão das circunstâncias, passei a considerar como objeto para a minha pesquisa os casos de trabalhadoras domésticas que estavam sendo divulgados na mídia, em relação à Covid-19. Me interessava, a partir de agora, analisar os efeitos da pandemia sobre as vidas dessas mulheres e seguir com a metodologia de análise de trajetórias. Levando em consideração o fato de que eu não poderia encontrar essas mulheres, eu incorporei à pesquisa outra metodologia, a análise de documentos. Minha intenção é, a partir dos documentos disponibilizados pelas mídias digitais sobre os casos de trabalhadoras domésticas e a Covid-19, reconstruir suas trajetórias com base nesses conteúdos e, em alguns casos, retomar suas próprias narrativas. Foi quando eu tive acesso

---

3

O “Marias do Brasil” é um grupo que faz parte do Teatro do Oprimido, que adota técnicas teatrais desenvolvidas por Augusto Boal. O grupo foi criado em 1986 por trabalhadoras domésticas e, desde então, elas criam e apresentam peças de teatro com temáticas relacionadas aos seus cotidianos nas casas em que trabalham, onde, através de diálogos com humor e críticas, denunciam as explorações e injustiças a que são submetidas. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/grupomariasdobrasil/> Acesso em: 01/09/20.

ao caso do menino Miguel e decidi que esse evento, bem como a história de sua mãe, Mirtes, seriam um dos alicerces dessa pesquisa. Mas tornarei a esse ponto mais adiante.

Sabemos que o Brasil vive, atualmente, uma de suas maiores crises políticas e humanitárias desde o século passado. Neste cenário se insere a minha pesquisa acerca das condições de vida e de trabalho das domésticas. Não é difícil perceber que, nos últimos meses, as mídias ficaram cobertas de matérias que noticiavam casos envolvendo trabalhadoras domésticas e suas relações com patrões, saúde e risco em meio à pandemia. Esses casos, em sua maioria, compreendem histórias de mulheres negras e pobres, que, em resumo, não foram dispensadas de seus serviços durante o período de quarentena recomendada pelos governos, especialmente estaduais, com base nas orientações da Organização Mundial da Saúde. Uma vez expostas à doença, elas e seus familiares, tornaram-se vítimas fatais do vírus, fomentando novamente debates e reflexões sobre os direitos dessas trabalhadoras, tendo como pano de fundo a discussão sobre o entrelaçamento dos marcadores de raça, gênero e classe, e a divisão sexual do trabalho. Foi justamente essa temática em torno da desigualdade social, racial e de gênero que me transferiu para o ano de 1918, fazendo-me refletir sobre a questão da população negra no Brasil durante a gripe espanhola.

Meu objetivo com esse retorno histórico é, inicialmente, trazer para a pesquisa a análise de um contexto que pode nos revelar nuances importantes para a compreensão do que está ocorrendo no Brasil 102 anos após o evento da gripe que matou milhares de pessoas e que paralisou o país. Essa epidemia ocorreu apenas 30 anos depois do fim da escravidão em nosso território. Vivia-se numa sociedade com vestígios da corte imperial. Falava-se de negros libertos que não queriam mais a sujeição de um trabalho voltado à acumulação de riquezas para seus senhores (Chalhoub, 1996). Por outro lado, havia mulheres negras libertas que viviam um processo de reconfiguração em suas relações de trabalho: tinham uma expectativa de que bons patrões fossem encontrados e que a condição de “escrava de estimação” passasse para a de empregada doméstica<sup>4</sup>, ou seja, que patrões lhes fizessem concessões a as tratassem como “pessoas”. O que mudou, desde então, nessas relações se a autoridade característica de uma antiga sociedade escravocrata ainda era reconhecida?

Uma das principais discussões que tem me chamado atenção em relação ao trabalho doméstico atualmente é o fato de ele ter sido considerado uma atividade essencial durante a

---

4

O termo “empregado/a doméstico/a” só foi utilizado quando se tratou de pessoa jurídica. As trabalhadoras domésticas, a partir da década de 1980, deliberaram a substituição do termo por “trabalhadora doméstica” a fim de fortalecer a luta pelo enquadramento trabalhista da categoria. Ver: COSTA, J.B. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 471-489, julho-dezembro de 2013. Nesse sentido, em minha pesquisa faço referência às mulheres dessa categoria como trabalhadoras e não empregadas, salvo em casos de citações ou quando eu desejar enfatizar algum estereótipo.

chamada quarentena<sup>5</sup>. Antes dessa recomendação acerca do distanciamento social, nos deparamos com discursos frágeis que beiravam a flexibilidade, ou seja, percebe-se um Estado quase indiferente à situação das domésticas, transferindo a decisão da prestação de serviços para os patrões e suas trabalhadoras. Havia movimentos, por parte de alguns sindicatos e organizações, que exigiam que essas mulheres fossem liberadas para ficarem em suas casas e serem remuneradas neste período. Em outros casos, vimos uma busca desesperada por negociação de dias de trabalho, pelo valor do serviço, por meio de barganhas, etc. O que importa é que, uma vez expostas, essas mulheres colocam suas vidas em risco, como também as vidas de todas as pessoas com as quais convivem. Além disso, questiono sobre até que ponto os patrões estão dispostos a terem uma pessoa dentro de suas casas que circula em outros ambientes correndo o risco de contaminação, para cuidarem das tarefas domésticas. O que, de fato, leva os patrões a não abrirem mão de suas trabalhadoras em plena pandemia?

Em face às circunstâncias, não distante do que se imaginava acontecer com essas trabalhadoras, o Brasil começou a apresentar casos de domésticas que se tornaram vítimas fatais do coronavírus devido à exposição em seus locais de trabalho. Quando não as próprias, foram os integrantes de suas famílias que circulavam nesses espaços, como foi o caso do menino Miguel, citado acima, afetado indiretamente pela pandemia no episódio dramático que será discutido na presente dissertação. Ainda em pauta na mídia, em resumo, Miguel Otávio Santana da Silva, um menino de cinco anos, foi vítima de um acidente no prédio em que sua mãe doméstica trabalhava em junho deste ano, durante a quarentena em Recife (PE). Ele caiu do nono andar, após a patroa deixá-lo sozinho no elevador para que procurasse sua mãe que passeava com o cachorro. Perdida, a criança entrou num vão do prédio e despencou de lá, vindo a falecer logo que chegou ao hospital. O caso comoveu o país, e continua sendo assunto na mídia e tema de investigação policial.

Outro evento que se tornou porta de entrada para o debate sobre as trabalhadoras domésticas neste período foi o que envolveu dona Cleonice Gonçalves. Mulher negra, 63 anos, trabalhava desde os 13 e estava de quarentena quando sua patroa retornou da Itália. Não sendo dispensada de seus serviços de doméstica, Dona Cleonice provavelmente contraiu a doença da sua patroa, vindo a se tornar a primeira vítima letal do coronavírus na cidade do Rio de Janeiro. Dona

---

5

Ao fim de janeiro de 2020, a OMS declarou emergência internacional devido ao Novo Coronavírus. Em 3 de fevereiro, o Brasil declarou emergência de saúde pública de importância nacional. No dia 4 de fevereiro, o Ministério da Saúde enviou ao Congresso Nacional um projeto de Lei de Quarentena. No dia 5 de fevereiro, o Congresso aprovou o projeto de lei e no dia 7 de fevereiro de 2020 foi sancionada a Lei de Quarentena. Ao final de fevereiro, no dia 26, foi confirmado o primeiro caso de Coronavírus no estado de São Paulo. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/> Acesso em: 05/10/20

Cleonice era diabética e hipertensa, sendo parte do chamado “grupo de risco” e, ainda assim, foi exposta à doença por seus patrões.

Esses acontecimentos, assim como outras trajetórias, são a base para minhas reflexões e análises sobre desigualdade social, racial, gênero e intra-gênero, precarização da vida, racismo estrutural, interseccionalidade e tensões existentes nas relações entre as trabalhadoras domésticas e seus patrões. Acredito ser importante considerar nesta pesquisa as contradições dessas relações, bem como as nuances da herança escravocrata que circulam nesse universo, coberto pelo véu do vínculo afetivo, da familiaridade, da convivência e da intimidade. Nesta primeira parte da pesquisa me debrucei na análise de documentos, pesquisando matérias e artigos de determinados sites de notícias na internet. Além disso, realizei uma entrevista por vídeo-chamada com Mirtes Renata, mãe de Miguel, que me contou um pouco sobre sua história, sobre o próprio Miguel e sobre a experiência de continuar trabalhando durante a pandemia. Meu questionamento não é exatamente pelo fato de as pessoas estarem trabalhando, apesar de achar que o isolamento social deveria ter alcançado praticamente todos os cidadãos. Em minhas reflexões, questiono o emprego doméstico ter sido considerado uma atividade essencial neste período. Ainda assim, antes disso, o que tínhamos eram mulheres seguindo com seus trabalhos independentemente das recomendações dos governos, pois o trabalho doméstico voltou a ocupar um espaço grande na informalidade<sup>6</sup>.

O caso de Mirtes, mãe do menino Miguel, assim como a história de outra trabalhadora que será analisada neste trabalho, é um dos meus principais objetos de análise para pensar os conflitos de classe em diferentes dimensões. É importante ressaltar que, ainda que minha metodologia, num primeiro momento, seja a análise de documentos produzidos pela imprensa, isso não é em si o foco da minha pesquisa. Através desse material eu pretendo resgatar e reconstruir as histórias que envolvem a morte do menino Miguel, bem como as relações existentes entre as trabalhadoras e seus patrões no que diz respeito ao período de pandemia, mas não somente.

Todos esses dramas recentes mobilizaram dezenas de sites de notícias, escritores, redes sociais, *#hashtags* foram levantadas, artigos foram produzidos, opiniões compartilhadas, manifestações foram feitas, bandeiras foram erguidas, tudo com o propósito de gerar reflexões sobre as injustiças e violências perpetuadas contra trabalhadoras domésticas. O trio temático raça, gênero e classe convergem para uma ideia que nos mostra a necessidade de pensá-los em conjunto.

---

6

De acordo com indicadores sociais do IBGE, dos 6,2 milhões de pessoas no trabalho doméstico, dos quais 5,8 equivalem a mulheres, 72% trabalham na informalidade. Com a pandemia, 68% desses trabalhadores informais estão parados. Em 2020, apenas 28% da categoria têm a carteira assinada. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/24/68-dos-trabalhadores-domesticos-informais-estao-parados.htm>  
Acesso em 10/09/20

São marcadores que articulam elementos fundamentais para uma leitura mais profunda do que representa a opressão sobre a mulher trabalhadora em nossa sociedade.

Mirtes, como será apresentado e discutido mais adiante, é uma mulher negra e pobre. Trabalhava como doméstica na casa de uma mulher branca e rica. Esses opostos são bastante característicos para analisarmos a relação entre patroa e trabalhadora doméstica. É verdade que esse é um tema bem problematizado na última década, mas ainda existem diversas questões que podem ser investigadas se considerarmos, principalmente, que o trabalho doméstico segue com vestígios da escravidão mesmo após 132 anos da sua abolição. Confesso que pensar esse número me traz uma sensação muito grande de proximidade. Percebo que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Marlene, uma trabalhadora da minha família, irmã de minha mãe e, portanto, minha tia, terá sua trajetória revisitada. Na última parte deste estudo, apresento novamente alguns fragmentos de sua história de vida, que foi analisada com detalhes em minha monografia. O objetivo em resgatar a sua trajetória é examinar como tem sido a sua relação com o seu emprego de doméstica durante a pandemia, abordando a sua relação com os seus patrões, bem como as estratégias utilizadas para que ela permanecesse prestando serviços, mesmo diante dos riscos de contaminação pelo coronavírus que a convivência e circulação poderia provocar. Nesse caso, é preciso atentar para dois importantes aspectos: os patrões são médicos e a trabalhadora reside numa região de alta disseminação do vírus. Procuo identificar e discutir alguns aspectos dessa relação no que diz respeito à grande carga de afetividade existente entre eles, o fato de ela trabalhar para a família há mais de 30 anos, considerando ainda impactos do tempo acerca desse vínculo, e do fato de seu filho ter “vivido” com ela durante muitos desses anos em seu local de trabalho.

Ao final desta pesquisa, minha expectativa é articular essas duas trajetórias, as experiências dessas mulheres negras e trabalhadoras, que foram e são expostas aos riscos de contaminação numa pandemia. Procurei refletir sobre os possíveis diálogos entre as suas histórias de vida, de mães que levam seus filhos para os seus trabalhos por não terem com quem deixá-los. Quais as conseqüências de todos esses acontecimentos? É o que busquei analisar e responder no decorrer deste estudo.

## CAPÍTULO 1 – EPIDEMIAS E TEMPOS DE CRISE

### 1.1 Uma visita a 1918

1918 foi um ano muito importante para o mundo. Ao final deste, silenciava a Primeira Guerra Mundial. O Brasil foi o único país latino-americano a se envolver nesta guerra. Ainda que com exportações de seus produtos ou com missões médicas, por exemplo, o país estava lá criando ou fortalecendo laços com outras potências. Neste mesmo período, uma doença varria boa parte da população dos continentes. A gripe espanhola chegava ao Brasil em setembro de 1918, através do Navio Demerara, vindo de Lisboa, como relata Adriana da Costa Goulart (2005) em seu artigo sobre a gripe espanhola na cidade do Rio de Janeiro. Em seu texto, a historiadora nos mostra como as autoridades brasileiras trataram com certo descaso as notícias que chegavam de Portugal a respeito da doença. Porém, não demorou muito para que a presença da gripe na capital carioca começasse a gerar medo e preocupação em toda população. Por um lado, imperava uma ideia de que se fazia muito alarde por causa de uma doença corriqueira, ou uma simples “limpa-velhos”, como revela Goulart. Em pouco tempo, a gripe espanhola se tornou um desafio para a sociedade carioca, elevando os óbitos a números nunca vistos antes.

No período de um mês, a gripe espanhola fez fenecer no Rio de Janeiro em torno de 15 mil pessoas. Mais de 600 mil cariocas foram contaminados. Não havia estratégia alguma de combate à doença. As estruturas sanitárias e de saúde eram deficientes, e tampouco havia uma administração pública capaz ou interessada em conter a epidemia. Ao contrário disso, como vai mostrar Goulart, existia uma espécie de resistência por parte do governo, pois historicamente, afirma, “epidemias e ideologias se difundem da mesma forma, proporcionando o aparecimento de conflitos sociais e de resistência ao intervencionismo e às tentativas de medicalização da sociedade.” (Goulart, 2005, p. 105) Mas por que isso acontecia? A aplicação de quarentenas e o isolamento social acarretavam problemas econômicos, por exemplo. Essas práticas, diz Goulart, intervinham na circulação de mão de obra e de mercadorias. Ainda assim, tinha-se medo de sair às ruas, enquanto as autoridades recomendavam apenas que não se fizessem aglomerações.

O sal de quinino passou a ser distribuído para a população, mesmo sem embasamento científico em relação à sua eficácia contra a gripe. O Rio de Janeiro parou. Espalhados pelas ruas da cidade, corpos de mortos sem caixões e sem coveiros que pudessem sepultá-los. O impacto psicológico causado pela epidemia foi algo sem precedentes, pois era como se a barbárie estivesse sinalizando sua presença outra vez. Antes disso, tivemos no verão de 1849-1850 uma epidemia de

febre amarela, sendo considerado o maior problema de saúde pública no país desde meados do século XIX.<sup>7</sup>

No artigo do historiador Ricardo Augusto dos Santos (2006), há relatos do horror do período em que a doença se instalou na cidade do Rio de Janeiro. Os cariocas morriam em casa, na rua e no trabalho, conta Santos. Os corpos iam sendo empilhados em carroças da prefeitura. Quando alguém era dado como morto, mas ainda estava vivo, terminavam de matá-lo com as pás. Esses e outros relatos, como o de cadáveres de mulheres sendo violados, revelam o momento em que a cidade havia se transformado num caos generalizado. Santos estava interessado em pensar de que forma o temor coletivo viria resultar, alguns meses depois, numa espécie de celebração da vida contra a morte, com a chegada do carnaval na cidade, quando os cidadãos retomaram à normalidade em seus cotidianos, uma vez que a epidemia já havia se distanciado.

Apesar do caráter “democrático” da doença, o que significa dizer que ela atinge qualquer classe social, observações a respeito das epidemias a partir do final do século XIX vão mostrar que sua atuação é muito mais crítica e letal em camadas mais vulneráveis e precarizadas. Santos aponta que o Rio de Janeiro estava diante de duas situações: por um lado, a inércia de um governo perante uma pandemia e, por outro, o desespero da população. Na imprensa, como observou Santos, surgiam receitas das mais diversas com promessas de cura: o quinino, como já foi citado, galinhas, ovos e limão. Falava-se de fome, de saques aos armazéns e padarias, de famílias desamparadas. Falava-se até de “criança varada sugando o seio da mãe morta e podre”. (Santos, 2006, p. 139). O horror!

Nara Azevedo de Brito (1997) também vai analisar os impactos psicológicos e sociais da epidemia que se instaurou sobre o Rio de Janeiro em 1918. Em sua pesquisa, a autora aponta para o interesse que as epidemias têm despertado em historiadores e sociólogos, pois elas conduzem o olhar do pesquisador para outros fenômenos e dimensões da vida social de uma época. (Brito, 1997, p. 13). Uma observação de Brito que me chamou atenção foi sobre o fato de que as epidemias mobilizam o imaginário social das pessoas, de forma que estas vão buscar atribuir diversos outros sentidos ao mal que lhes acomete. Santos (2006) aborda, assim, as associações entre a doença e o castigo divino. Além disto, o autor considera uma questão importante: a de que havia indivíduos de comportamento suspeito apontados como propagadores do mal, dentre eles os negros. Voltando à análise de Brito, ela vai dizer que no início de outubro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro, já

---

7

No primeiro grande surto de febre amarela em 1850, os negros sofreram com a doença de forma bastante generalizada. Alguns escritos vão relacionar a eclosão da epidemia com a chegada de um navio negreiro em dezembro de 1849 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo estimativas, dos 266 mil habitantes da cidade na época, quase 100 mil foram atingidos pela doença. De acordo com dados oficiais, ocorreram 4160 mortes em função da doença, mas, segundo outras contabilidades, o número de vítimas fatais pode ter chegado a 15 mil. Ver em: <https://agencia.fiocruz.br/uma-breve-hist%C3%B3ria-da-febre-amarela> Acesso em 13/10/20

se identificava a doença em algumas pessoas, sendo estas “trabalhadores residentes em casas de cômodos”, ou moradores dos populares cortiços existentes na época, estudados a fundo por Sidney Chalhoub, com quem volto a dialogar mais adiante.

O mais curioso, ao explorar esses artigos sobre a gripe de 1918, como citei anteriormente, é encontrar as semelhanças entre as duas epidemias em questão. Foi recente o frenesi em torno do uso da cloroquina ou hidroxicloroquina<sup>8</sup> como relacionada a uma possível cura do Coronavírus, bem como outras drogas que foram apresentadas como panaceias em epidemias passadas. Tanto em 1918 como em 2020 encontramos o alerta à população para que evite aglomerações, as recomendações sobre os cuidados ao tossir e espirrar, a orientação para o isolamento social, a propagação do medo da morte, o fechamento dos estabelecimentos comerciais, a crise econômica, a fome, a falta de recursos para o tratamento da doença, o descaso do governo e até a visão da doença como se fosse “só uma gripezinha”.<sup>9</sup> Apesar de promissora, ressalta Brito, a revolução genética ainda não conseguiu minimizar a vulnerabilidade humana às agressões biológicas, que no momento parecem representar as maiores inimigas à nossa existência no planeta.

Sobre o impacto no imaginário social, a historiadora Christiane Maria Cruz de Souza aponta algumas pistas ao descrever as formas pelas quais a população na Bahia respondeu à gripe de 1918. Souza (2010) analisa práticas fundamentadas na religião, por exemplo, para enfrentar uma doença considerada benigna. Ao contrário da afirmação que circulava dizendo que a doença era algo “democrático”, a situação na Bahia, na época, evidenciava que

“[...] as precárias condições de moradia das camadas mais pobres em Salvador, espremidas em porões, sobrelojas, casas de cômodo, cortiços, etc., também contribuíram para que a doença se espalhasse de forma mais rápida e em raio de ação mais abrangente [...]. Os pobres tornaram-se o público-alvo das medidas adotadas, em virtude da percepção de que seriam mais facilmente atingidos pela gripe devido às precárias condições materiais de vida a que estavam submetidos.” (SOUZA, 2010, p. 51)

No Brasil, como mostrou Chalhoub (1996), os pobres sempre foram vistos como classes perigosas pelas elites. Eram tidos como fonte de problemas por vários motivos, mas principalmente

---

8

Não há qualquer estudo que sugira que a cloroquina tenha alguma eficácia sobre a doença. A droga é usada no tratamento da malária e do lupus. A água tônica à base de quinino vendida no Brasil e divulgada nas redes sociais como possível forma de combate ao Coronavírus, não contém sequer a quantidade mínima necessária para a composição do medicamento utilizado no tratamento da malária. Estudos estão sendo realizados em torno da cloroquina, bem como em outros medicamentos, mas não há nenhuma comprovação científica sobre seus efeitos. Neste sentido, sabe-se que o produto não cura a Covid-19. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/15/quinino-agua-tonica-coronavirus/> Acesso em: 11/10/20

9

No dia 20 de março de 2020, durante coletiva de imprensa para falar sobre medidas do governo em relação à epidemia de Coronavírus, no Palácio do Planalto, o presidente Jair Messias Bolsonaro faz referência à doença como sendo “só uma gripezinha”, afirmando que se criava uma “histeria coletiva” em torno dela. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/03/20/gripezinha-menosprezo-de-bolsonaro-por-coronavirus-o-tornou-cumlice.htm> Acesso em: 11/10/20

porque ofereciam o perigo de contágio de doenças. O escravo, agora liberto, trazia consigo uma série de vícios do seu antigo estado que lei alguma poderia fazer desaparecer, assim diziam os políticos na época. Segundo o autor, o fato de terem sido atirados no meio de uma sociedade civilizada, sem estímulos para o bem, sem educação e sentimentos nobres, teria feito com que os negros se tornassem suspeitos preferenciais. (CHALHOUB, 1996, p. 23-25).

Na Bahia de 1918, o excesso de trabalho, uma má alimentação, hábitos de higiene inadequados, alcoolismo, insalubridade das habitações, dentre outras questões, contribuíram para o enfraquecimento do organismo dos indivíduos, levando-os a contrair a doença mais rapidamente e indo a óbito. As elites na época, afirma Souza, tinham a percepção de que essas pessoas representavam um grande risco para a saúde coletiva. Uma vez doentes, contaminariam quem estava são. O interessante era que o debate e as preocupações não giravam em torno da proteção dessa população. Não se falava da atuação do Estado de forma efetiva para resolver esses problemas.

Diante do sentimento de impotência do povo no combate à doença, os baianos, diz Souza, apelavam para a religiosidade. O contato mais próximo com o sagrado era a alternativa que trazia um sentimento de garantia de proteção contra a doença. Durante a epidemia, a imagem do Senhor do Bonfim era colocada nos centros dos templos para que os devotos pudessem se aproximar e tocá-la. O número de pessoas que iam beijar os pés do santo era extraordinário. Eles estavam tão seguros de uma proteção divina que sequer tinham medo de serem contaminados.

Essa breve explanação sobre a presença da gripe espanhola no território brasileiro, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 1918, é na expectativa de tentar resgatar alguns detalhes que podem auxiliar na compreensão do que está acontecendo com as camadas sociais mais fragilizadas durante a crise em que estamos inseridos. Dentro dessas camadas, existe uma categoria de trabalhadores que está sendo vítima de forma irremediável da doença que nos assola. Consta, e é verdade, que as trabalhadoras domésticas integram uma classe que historicamente luta por direitos e igualdade. Ao mesmo tempo, essas mulheres são continuamente perseguidas pela mancha da escravidão, o que nos ajuda a entender fatos recorrentes no dia a dia dessas trabalhadoras.

Antes de entrarmos nas histórias das trabalhadoras que serão analisadas nesta pesquisa, pretendo apresentar como tem sido o enfrentamento do país à pandemia do Coronavírus desde o início deste ano. A Covid-19, como é chamada a doença, já matou milhares ao redor de todo mundo até o momento. Hoje é dia 25 de novembro de 2020 e só no Brasil, desde o mês de março quando morreu a trabalhadora doméstica Dona Cleonice, já se foram quase 170 mil pessoas. Até o final dessa pesquisa, que produzo em isolamento social, acredito que esse número terá alcançado níveis mais alarmantes. Em todo mundo já são quase 1.5 milhão de mortos e mais de 59 milhões de

infectados. Eu, mulher, mãe e brasileira, também corro risco de contrair a doença, bem como meus familiares e amigos. A expectativa de que uma vacina seja produzida o quanto antes é o que tem nos movido e nos dado esperança. O medo é presente, assim como a indignação. “Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. [...] Não nos afastemos muito. Vamos de mãos dadas.”<sup>10</sup>

---

10

Trecho da poesia “Mãos dadas” de Carlos Drummond de Andrade, publicada pela primeira vez no livro *O sentimento do mundo*, em 1940. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/files/2016/08/M%C3%83OS-DADAS.pdf>. Acesso em: 10/11/20

## 1.2 2020: um ano inesperado

Eu não consigo me lembrar em que momento ouvi falar do Coronavírus pela primeira vez. É uma memória difusa, diferente daquela que envolve a minha lembrança da queda das torres gêmeas nos Estados Unidos, por exemplo. Recordo-me bem que, na ocasião, em 2011, eu chegava da escola e liguei a TV no instante em que o segundo avião batia na segunda torre. Já no caso da tragédia do coronavírus não lembro se a primeira informação foi de uma notícia que li ou se ouvi alguém comentar. Parecia estar tudo bem na semana que antecedia os noticiários alarmando toda a população. Eu havia tido um encontro com minha orientadora num café no centro da cidade, no qual desenhávamos os próximos passos da minha pesquisa, onde eu entrevistaria algumas domésticas aposentadas. Em casa, durante o processo de contato com essas mulheres, esbarrei com a notícia de que entraríamos todos (ou quase todos) em quarentena: o vírus havia chegado ao Brasil.

Apesar de o país já ter enfrentado outras epidemias, a ideia de quarentena e de isolamento social é, culturalmente, um desafio para nós. Mas, diante da propagação do medo, das centenas de mortes que estavam desolando outras nações e do clima de tensão que já pairava nas cidades, a maioria dos cidadãos brasileiros pareceu compreender, inicialmente, a gravidade do problema. Porém, mais uma vez, nossa sociedade se depara com um governo enfraquecido, com interesses políticos que não priorizam os mais fragilizados, inclusive diante da pandemia. Percebe-se fortemente a dificuldade de diálogo com a população, bem como um impasse gigantesco em relação à adoção de medidas de contenção do vírus pelas autoridades.

O primeiro caso de coronavírus no Brasil foi registrado no estado de São Paulo no dia 26 de fevereiro de 2020. Um senhor de 61 anos, que havia acabado de retornar ao Brasil, esteve na Itália por quase 15 dias numa das regiões mais afetadas pela doença. A Itália já enfrentava uma situação de calamidade: todo território estava sob quarentena e centenas de pessoas já estavam morrendo todos os dias. O que sabíamos sobre a doença? Sabíamos que era uma gripe com os primeiros casos detectados em Wuhan, na China, no final de 2019. Sabíamos que era uma doença altamente contagiosa que poderia causar febre, tosse e graves problemas respiratórios. Sabíamos que era letal. E sabíamos também que não havia cura. O que mudou desde então no que diz respeito à doença? Não muita coisa. O país permanece promovendo o isolamento social em alguns lugares, enquanto noutros já podemos perceber um afrouxamento dessas medidas. Ainda não há cura e centenas de pessoas continuam morrendo diariamente aqui e ao redor do mundo.

Assim como a gripe de 1918 no Brasil, a pandemia de 2020 está sendo marcada por crises políticas, sociais e econômicas. Do mesmo modo que, no século passado, as pandemias carregavam uma imagem democrática nos seus efeitos, nos deparamos hoje com o mesmo discurso: o

coronavírus teria colocado todos em “pé de igualdade”. Um artigo no site *Alma preta*<sup>11</sup>, uma agência de jornalismo especializada na temática racial do Brasil, trouxe um debate sobre a questão da democracia na pandemia. No texto, os autores João Victor Santos e Thiago Prado apresentam algumas estatísticas interessantes que colocam a comunidade negra em posições muito distantes da noção de igualdade no que diz respeito à doença. Dedicado à memória de Dona Cleonice, a primeira mulher preta que morreu de Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro, o artigo destaca o fato de a doméstica ter apresentado um quadro de hipertensão e diabetes. Essas doenças, afirmam os autores, produzem sofrimento e maior mortalidade quando associadas ao coronavírus, apresentando também um impacto bastante significativo na mortalidade do povo negro.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, a diabetes tipo 2 alcança 50% a mais as mulheres negras em relação às brancas. Já a hipertensão revela-se mais comum em homens negros, chegando à marca de 14% dos óbitos por ano. Nesse sentido, afirmam os jornalistas, a pandemia assume um caráter racial no seu *modus operandis*. Isso pode ser observado em lugares de realidade social racialmente desigual, ou seja, em áreas de maioria negra. Nesses lugares, completam, é possível observar que o saneamento básico é precário, o que dificulta a prática das principais recomendações de distanciamento social e de higienização.

Algumas entidades não governamentais se mobilizaram nos últimos meses em prol de favelas e periferias, com arrecadação de alimentos, produtos de higiene, cestas básicas, medicamentos, dentre outros itens de sobrevivência, como mostrou uma matéria<sup>12</sup> em março deste ano, ao tratar da situação de aposentados numa favela carioca. Uma idosa, lembro bem de sua fala, disse que comprava apenas quatro sabonetes no mês, pois era o que dava. Quando acabavam, ela usava apenas água para lavar as mãos e para o banho. Assim como na Bahia de 1918, a população ainda é exposta ao descaso, desde os cuidados mais básicos, até responsabilidades mais importantes negligenciadas pelo Estado. Diante de situações como essas, afirmam os jornalistas do site *Alma Preta*, no processo de contaminação o vírus encontrará corpos em situação de maior vulnerabilidade. Há corpos, seguem os autores, que podem se preservar em quarentena, porém nem todos estão incluídos nessa possibilidade.

Nesse sentido, podemos pensar na desconstrução da noção de democracia em relação à doença, que afirma que ela atinge a todos, independente da classe e da raça. Noutra matéria<sup>13</sup> da

---

11

Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/coronavirus-quando-estar-no-mesmo-mar-nao-e-estar-no-mesmo-barco> Acesso em: 08/11/20

12

Reportagem transmitida pelo *Jornal Nacional* no dia 20 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/20/voluntario-consegue-sabao-para-doar-a-moradores-de-favela-no-grande-rio.ghtml> Acesso em: 09/11/20

13

*BBC Brasil*, em julho de 2020, nos deparamos com dados que confirmam que a doença causada pelo coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres. A matéria em questão aponta um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência e Saúde da PUC - Rio, sobre o fato de que morreram mais pretos do que brancos de Covid-19 no Brasil. A falta de acesso aos serviços de saúde, à moradia decente, ao saneamento básico e a situação da fome e miséria, leva muitos a se lançarem no mercado de trabalho informal para garantirem o alimento do dia ou complementarem a renda da casa.

Dentro desse grupo, encontramos muitas trabalhadoras domésticas que são responsáveis pelo sustento de suas famílias e que não podem ficar isoladas ou trabalhando a partir de suas casas, à distância. Durante um período, neste período da pandemia, foi decretado que o trabalho doméstico não deveria ser considerado uma atividade essencial. No começo de fevereiro de 2020 a função não estava listada na lei federal de nº 13.979<sup>14</sup>. Mas isso durou pouco tempo. De todo modo, mesmo com o decreto, centenas de domésticas perderam seus empregos ou continuaram prestando serviços nas casas onde trabalhavam<sup>15</sup>. E é nesse segundo aspecto que se concentra as reflexões dessa pesquisa.

Como dito mais acima, muitas dessas trabalhadoras foram vítimas da doença nos últimos meses, quando não algum de seus familiares, por serem expostas à doença e por conta de suas vulnerabilidades. Essas mulheres residem, em sua grande maioria, em bairros mais desprovidos da atenção do Estado. Muitas trabalham em mais de uma casa na semana, outras dormem nas casas de seus patrões, e algumas precisam, por exemplo, levar os filhos para o trabalho por não terem com quem deixá-los. Esse foi o caso de Mirtes.. De outra forma, temos o caso de Dona Cleonice que, no convívio com sua patroa que havia acabado de retornar da Itália, onde o contágio já era generalizado, por não ter seus serviços dispensados, tornou-se vítima fatal do coronavírus. Socorro, mãe de Beatriz que acabara de entrar para uma universidade pública no Pará, era diarista e teve que seguir com a rotina de serviços para garantir o sustento de sua família. Seu marido a levava e a buscava nas casas onde trabalhava, na tentativa de protegê-la. No intervalo de um mês, Socorro

---

GRAGNANI, Juliana. “Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo?” *BBC News Brasil*, em 12 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> Acesso em 15/10/20

14

Em 6 de fevereiro de 2020, o governo federal decretou a lei de nº13.979 que tratava das “medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.” Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 21/09/20

15

No capítulo 3 será abordada a história de uma trabalhadora que precisou passar parte da quarentena na casa dos seus patrões.

e seu marido foram mortos pela doença. Como estes, dezenas de outros casos tornaram trágica a categoria de trabalhadoras domésticas na pandemia.

Ao longo desta pesquisa, reconstruo histórias de trabalhadoras domésticas que, de alguma forma, foram vítimas da doença, através da análise documental e de entrevistas. A partir delas, analiso importantes questões relativas a essa categoria: reflito sobre as heranças escravocratas desde o seu surgimento, considerando os impactos desse legado mais de um século após o fim da escravidão, explicitando também as tensões existentes nas relações entre patrões e trabalhadoras, bem como a maneira como essas relações se estruturaram. Me interessa analisar, principalmente, os interesses que moveram essas relações durante a pandemia. Considero importante refletir sobre esses acordos, pois eles podem nos revelar injustiças ainda não superadas, responsáveis pelas profundas desigualdades nas quais essa profissão está enraizada.

### 1.3 O caso do menino Miguel. Quarentena para quem?

Era um dia de sol em Recife. O Brasil já estava enfrentando havia alguns meses a pandemia do coronavírus, como foi descrito no início desse texto. Muitos trabalhadores foram dispensados de suas atividades, por essas não terem sido consideradas atividades essenciais para a sobrevivência da população, como são essenciais os mercados, as farmácias e os hospitais. Um bairro chamado São José, localizado no centro da cidade, é o endereço do condomínio Píer Maurício de Nassau. Popularmente conhecido como “torres gêmeas”, a dupla de prédios enormes e com uma arquitetura moderna, contrasta com o lugar de construções antigas e históricas.

João Maurício de Nassau foi o governador de uma colônia holandesa no Recife. Nobre alemão-holandês de formação protestante aceitou, em 1636, o convite para administrar no Brasil os domínios conquistados por uma companhia Neerlandesa em terras nordestinas. Havia o interesse de Nassau em transformar Recife numa capital moderna, prova disso foi a introdução de métodos que aperfeiçoaram o cultivo de cana-de-açúcar. Ele também foi o responsável pelos traços urbanísticos do bairro de São José, onde se localizam as “torres gêmeas”. A alguns minutos dali, encontra-se a Praça da República, que exibe uma estátua do nobre alemão-holandês. Na mesma praça é possível encontrar um centenário Baobá, uma espécie de árvore vinda do continente africano.<sup>16</sup> É nesse lugar, onde dois opostos se cruzam e formam parte de uma cultura complexa, que trabalhava uma mulher chamada Mirtes Renata, mulher preta e empregada doméstica.

A história de Mirtes, narrada pela imprensa, começa naquela manhã de sol em Recife. Moradora do bairro do Barro, na periferia de Recife, Mirtes Renata Santana de Souza vivia com seu filho de cinco anos e com sua mãe. Ela estava divorciada, por isso seu filho Miguel encontrava o pai esporadicamente. Mirtes trabalhava para a mesma família havia quatro anos, o que indica que iniciou seus serviços na casa quando seu filho Miguel tinha apenas um ano de vida, o que pode confirmar depois em nossa entrevista.

O bairro do Barro, localizado na região periférica de Recife, tem sua história iniciada também no período de um Brasil colônia.<sup>17</sup> Com uma boa parte de suas casas construídas ainda no

---

<sup>16</sup>

João Maurício de Nassau é um importante nome na colonização holandesa em Pernambuco. Ainda que sua atuação como governador de uma colônia holandesa no Brasil não tenha durado muito tempo, foi responsável por um projeto notável tanto na história do Brasil, quanto na história colonial do século XVII. Os estudos científicos que viabilizou no interior do Brasil, foram responsáveis por exercer um longo impacto na visão que a Europa tinha do Novo Mundo. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/ciadasindias/wp-content/uploads/2015/08/JMNS\\_AW.pdf](https://www.historia.uff.br/ciadasindias/wp-content/uploads/2015/08/JMNS_AW.pdf) e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Maur%C3%ADcio\\_de\\_Nassau](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Maur%C3%ADcio_de_Nassau) Acesso em: 16/10/20

<sup>17</sup>

início do século XX tendo sido conservadas, o bairro é ligado ao centro de Recife por uma estrada hoje chamada de Avenida José Rufino, a mesma que ligava o antigo povoado à região central. Barro tem hoje cerca de 32 mil habitantes, com 90% dos moradores se autodeclarando negros. Para chegar ao apartamento onde trabalhava, Mirtes deveria levava em torno de uma hora. A sua mãe, uma senhora de idade, Dona Marta Santana, também prestava serviços para a mesma família, já antes da chegada de Mirtes, desde 2014.

Essa dinâmica entre mulheres da mesma família que trabalham na mesma casa pode ser vista como parte da construção do *ethos* do emprego doméstico. Quem não se lembra da cena onde a filha da personagem Minny Jackson no filme “Histórias cruzadas”, é obrigada a deixar a escola para trabalhar como doméstica com a mãe?<sup>18</sup> Num artigo onde analisei histórias de vidas de trabalhadoras domésticas de minha própria família, falei sobre como essas mulheres trabalhadoras agiam para que o trabalho doméstico fosse passado para outras gerações, ou mesmo como uma “rede de colaboração” quando o assunto era conseguir um emprego para uma colega ou uma pessoa da família nas casas onde trabalhavam. Essa prática é muito comum, uma vez que as patroas pedem que suas trabalhadoras indiquem outras mulheres para os serviços em suas casas ou nas de outras pessoas (Silva, 2018).

Uma das questões que formulei a Mirtes, em nossa entrevista, foi se ela havia começado a trabalhar desde criança. Não foi o seu caso, . Mas sabemos que esta é uma prática comum no que diz respeito aos serviços domésticos. No caso de Mirtes, ela foi indicada por sua mãe para trabalhar na mesma casa, quando sua patroa solicitou mais uma trabalhadora. Mirtes, na época, já tinha o pequeno Miguel e ainda era casada. Miguel raramente ficava com o pai para que ela trabalhasse, pois o progenitor morava em outra cidade. Ela costumava deixar o menino numa creche conhecida como “hotelzinho” e, quando era preciso, sob os cuidados de algum familiar.

Em nossa conversa, Mirtes contou que foram poucas as vezes que levou Miguel para o seu trabalho. No caso, foi uma forma de resolver a questão de não ter com quem deixar a criança durante a pandemia, uma vez que as escolas e o “hotelzinho” cancelaram suas atividades por tempo indeterminado. Recentemente, Miguel também havia passado cerca de dois meses na casa de praia

---

GONZAGA, Vanessa. *Com arquitetura conservada, Barro tem história ligada ao Brasil Colonial*. Brasil de Fato-Pernambuco, 21 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/02/21/com-arquitetura-conservada-barro-tem-historia-ligada-ao-brasil-colonial> Acesso em: 16/10/20

Cena do filme americano “Histórias Cruzadas”, lançado em 2011, com a direção de Tate Taylor. É um drama baseado num romance que conta as histórias de trabalhadoras domésticas negras que trabalhavam em casas de mulheres brancas, na década de 1960, no Mississipi. Na cena, o companheiro de Minny, um homem agressivo e violento, obriga sua filha a deixar a escola. Ao questionar a postura do pai com sua mãe, Minny diz à sua filha: “Não seja insolente!”. O filme está disponível em algumas plataformas digitais.

dos patrões de Mirtes, junto de toda a família. Enquanto a mãe trabalhava, Miguel podia se relacionar e brincar com as crianças da casa, que aparentavam ter idades iguais ou próximas à sua.

A casa de Mirtes, localizada numa parte alta do bairro do Barro, é uma casa simples. Há nela um quintal pequeno nos fundos a céu aberto, onde era possível encontrar vários brinquedos espalhados.<sup>19</sup> O quintal fica separado de uma varanda pequena por uma grade onde, segundo Mirtes, Miguel costumava subir. Na casa, Mirtes e Miguel dormiam no mesmo quarto, cada um em sua cama. Antes de dormir, Mirtes contou que os dois costumavam rezar o “Pai Nosso”. Na parede do quarto havia um grande cartaz no formato de uma bola de futebol. Este fez parte da última festa de aniversário de Miguel com o tema futebol, atividade que alimentava os seus sonhos.

Mirtes era uma das integrantes de um grupo de corrida chamado “Coiotes Corredores”. Durante a pandemia, período em que Miguel não estava indo para a escola, ele costumava ir para os treinos com sua mãe, onde era considerado carinhosamente uma espécie de mascote pelo grupo. Na parte da manhã, Miguel estudava em uma escola, enquanto no período da tarde ficava numa creche, ou “hotelzinho”, como ela mesma chamou o lugar. O fato de Mirtes trabalhar fora o dia todo exigia que essa fosse a dinâmica de sua rotina com o menino. Com as aulas suspensas pela pandemia, como dito antes, Mirtes precisou criar alternativas.

Se analisarmos algumas histórias de trabalhadoras domésticas, vamos perceber que levar o filho ou filha para o local de trabalho é algo habitual. Mulheres que geralmente alegam não ter com quem deixar a criança, na maioria das vezes, são atendidas por seus patrões, que autorizam a presença da criança na casa. Em muitos casos, em empregos que duram longos anos na mesma família, vimos histórias de meninos e meninas que cresceram nas casas e são, inclusive, acolhidos pela família em aspectos diversos: têm suas escolas pagas, ganham roupas, passeiam, dentre outros tipos de “ajudas” concedidas pelos donos da casa. Mas é curioso pensar que, apesar dessas “ajudas”, a criança nunca deixa de ser vista como o filho da trabalhadora e esse lugar, bem como o que sua mãe ocupa, igualmente carrega seus estigmas. Os estigmas, diz Virgínia Pereira (2012), estão presentes no emprego doméstico desde os idos coloniais. Isso acontece, afirma a autora, pois “as atividades são vistas como residuais, não produtivas e degradantes.”(2012, p.37)

Onde começa o trabalho dessas mulheres? Quais são os costumes enraizados em nossa cultura que determinam o lugar de uma mulher? Existe lugar para a infância no trabalho doméstico? Como se constitui, a partir da presença do filho da doméstica que frequenta a casa dos patrões, por exemplo, a ideia de que essa criança é diferente e que pode ser sujeita às atividades relacionadas aos cuidados com a casa? Qual a origem dessas diferenças?

---

19

Essas descrições foram feitas a partir de imagens observadas e de informações coletadas nas entrevistas dadas por Mirtes, em sua própria casa, ao programa Fantástico, da *Rede Globo*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8609438/> Acesso em: 02/09/20

Luiza Maria Silva Dantas (2008) observou o costume nas práticas de circulação de crianças entre as famílias de Belém (PA). Mais do que um costume, a autora identificou esse hábito como um fenômeno que, inclusive, pode perceber ao seu redor. Em sua pesquisa, Dantas provocou uma importante reflexão sobre a questão da infância, chamando a atenção para o fato de que, na sociedade em que vivemos, a noção ou o sentimento de infância nem sempre existiu. Com base na concepção de infância do historiador Philippe Ariès, ela mostrou que:

[...] o sentimento de infância, tal qual vivenciamos na sociedade moderna, nem sempre existiu; ele seria reflexo das transformações ocorridas na mentalidade social e decorrente de mudanças econômicas, o que faz com que somente uma parcela da população (classes médias e elites) compartilhe de fato do ideal de que “lugar de criança é na escola”. A criança das camadas populares continuaria seguindo a lógica da idade média, pois sua socialização, na maioria dos casos, se dá entre os adultos e a aprendizagem não é necessariamente controlada pela família. (DANTAS, 2008, p. 15)

Em 2016 a PNAD<sup>20</sup> investigou algumas informações sobre atividades domésticas realizadas por crianças e adolescentes com idades entre cinco e dezessete anos. De acordo com o informativo, caracteriza-se como trabalho infantil “aquele realizado por crianças com idade inferior à mínima permitida para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no País.”(2016, p.1). No Brasil, a Constituição permite que, a partir dos 16 anos, já se possa trabalhar, salvo em situações que exigem trabalho noturno, que ofereça algum tipo de perigo ou em circunstâncias insalubres.

Segundo dados da pesquisa, no Brasil, de 40,1 milhões de crianças, 1,8 milhão estava ocupada. Dessas, 30 mil eram representadas por crianças com idade entre 5 e 9 anos. As causas do trabalho infantil podem ser inúmeras, conforme aponta o informativo:

Elas podem estar vinculadas à pobreza, que leva as famílias a ofertarem a mão de obra dos filhos muito cedo; a um sistema educacional deficiente, que torna a escola desinteressante para os alunos e promove elevadas taxas de repetência e evasão; à estrutura da família; à escolaridade dos pais; à incapacidade dos pais de assumir as responsabilidades do domicílio; ao local de residência; ou mesmo ao sistema de valores e tradições da sociedade. (PNAD/TRABALHO INFANTIL, 2016, p, 8)

---

20

Em junho deste ano, durante uma campanha nacional contra o trabalho infantil, o jornal *Brasil de Fato*<sup>21</sup> compartilhou uma matéria que alertava sobre um possível aumento do número de crianças exploradas pelo trabalho infantil no país devido aos impactos econômicos causados pela pandemia do novo coronavírus. As possíveis conseqüências denunciadas pela campanha coordenada pelo Ministério Público do Trabalho revelam que mesmo proibido, o trabalho infantil atinge cerca de dois milhões de meninos e meninas. Somente no ano passado, aponta a matéria, das 159 mil denúncias contra violações dos direitos humanos, 86 mil tinham como vítimas crianças.

Uma das questões levantadas na campanha avalia que o trabalho infantil ainda é algo muito naturalizado no Brasil, pois é visto como uma solução para o pobre. Outro importante destaque é em relação à cor, que apresenta “dados que escancaram o racismo: [as crianças negras representam 62,7% da mão de obra precoce](#) no país. Quando se trata de trabalho infantil doméstico, esse índice aumenta para 73,5%, sendo mais de 94% meninas.” (SUDRÉ, 2020).

No estudo sobre as “crias de família” na Amazônia, Dantas vai observar que entre as “crias” mulheres, a idade de aproximadamente 10 anos é marcada por uma ruptura que determina quando a menina deixa de brincar com as crianças da casa e passa a ser considerada pronta para começar a fazer os trabalhos domésticos. Como veremos também na pesquisa de Damasceno (1997), analisada no próximo capítulo, Dantas aborda certa expectativa das “famílias criadoras” em relação ao comportamento das “crias”: que as crianças fossem meigas, dóceis e não manifestassem nenhum tipo de resistência à condição a qual estariam sujeitas dentro das famílias. Contudo, mostrou Dantas, “quando decidem casar, ir embora e ‘constituir família’, são induzidas a permanecer na casa em que foram criados por ‘gratidão’.”

O sentimento de gratidão é uma tensão persistente nas relações entre os patrões e suas trabalhadoras domésticas. Boa parte das trabalhadoras com as quais tive oportunidade de conviver ou conversar, expressa, em algum momento de suas trajetórias, uma espécie de gratidão atrelada a sensação de “dívida” com seus patrões. Seja porque recebeu ajuda para pagar a escola dos filhos, para comprar alguns elementos da obra da casa ou algum suporte em tratamentos com a saúde, dentre diversos outros tipos de assistência ou “agrados”.

Jurema Brites (2007) traz luz sobre o que acontece nestas relações, a partir da noção de “ambigüidade afetiva”, cunhada pela antropóloga Donna Goldstein. Sobre isso, Brites vai dizer:

Na própria realização das tarefas de cuidado e manutenção das casas e das pessoas – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores –, assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e

---

21

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/12/crescimento-da-exploracao-do-trabalho-infantil-e-risco-iminente-durante-pandemia> Acesso em: 17/11/20

empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor. No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, por uma ambigüidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil. (BRITES, 2007, p. 93-94)

O que temos aqui, afirma Brites, é um amplo processo de reprodução da desigualdade. Além de descrever as relações que se desenvolvem nas casas dos patrões, a autora nos mostra um jogo de interação entre as trabalhadoras e suas patroas que vivem em universos sociais diferentes.

A doméstica [...] no convívio diário com outra mulher, constrói, troca e remodela saberes domésticos, num ambiente onde cumplicidade e antagonismo andam sempre de mãos dadas e onde a desigualdade subentendida nessas trocas informa um exemplo típico de “reprodução estratificada”. (BRITES, 2007, p. 95)

Assim como a ambigüidade afetiva que está presente nessas relações é considerada pela autora, é importante explorar ainda os dilemas relacionados a esses universos distintos. No Rio de Janeiro, como observou Silva (2018), de um lado temos as trabalhadoras domésticas que residem em bairros de camadas populares e do outro temos as patroas que vivem na Zona Sul da cidade, por exemplo, sinalizada no imaginário do pobre como “lugar de gente rica”. Essa observação, conclui Silva, contribui para pensar na circularidade entre dois mundos na mesma cidade que, ainda que marcados pela distância hierárquica, reproduzem modelos de vida que atuam em novas situações. (VELHO, 2012)

É importante esclarecer que, na pesquisa de Dantas sobre as “crias de família”, nenhuma das atividades realizadas nas casas pelas crianças ou jovens eram remuneradas. Nesse caso, trata-se de “família criadora”, que oferece casa, comida, estudos, roupas, afetos, etc., em troca de serviços e favores dos mais variados. A questão é que essa troca fica subentendida. As mulheres, quando alcançam idade adulta, em vez de serem estimuladas a saírem de casa, observa Dantas, são incentivadas a permanecerem ali, junto da “família criadora”, exercendo as mesmas atividades por toda sua vida. Não estudam, não casam, não têm filhos e não constroem suas próprias casas, mas trabalham durante toda a vida para várias gerações da família.

A personagem Jéssica, no filme “Que horas ela volta?” (2015), dirigido por Anna Muylaert, ao chegar a São Paulo, na casa dos patrões de sua mãe, é recebida “como se fosse” uma visita: fica

no quarto de hóspedes, faz suas refeições na mesa com a família, enquanto sua mãe come na cozinha. Jéssica até se serve do sorvete que foi comprado para o filho do casal. Em minha monografia, ao reconstruir as histórias de trabalhadoras domésticas de minha própria família, contei a história de uma tia que trabalhava havia quase 30 anos em uma casa no Rio de Janeiro, onde seu filho cresceu acessando todo capital disponível no lugar: a casa, a comida, os livros, as escolas, os cursinhos de inglês, as refeições na mesa de jantar com a família, pequenos passeios, a arte, os diálogos, os cheiros. Ela dizia: “*William era bem tratado. Deixavam ele ver televisão na sala, viam televisão com ele.*” (Silva, 2017, p.12)

Casos como os das “crias de família” podem ser identificados, de forma muito similar, nas relações entre trabalhadoras e patrões. No terceiro capítulo da pesquisa, a trajetória desta tia trabalhadora doméstica, que trabalha há quase 30 anos numa mesma casa, será revisitada. Atualmente, durante a pandemia, ela se desdobra para prestar serviços na casa da filha de sua patroa, a quem “criou” e viu crescer, além de atender às solicitações de atividades domésticas nas casas de tios e avós da mesma família. Há inúmeras questões a se considerar nesse e o “dilema da gratidão” é um dos principais obstáculos enfrentados por esta trabalhadora.

Miguel, o filho de Mirtes, brincava com as crianças da casa. Quando estava ali, tinha acesso a coisas bem diferentes das que estava habituado em sua vida no bairro do Barro. Miguel podia, por exemplo, tomar banho de piscina com as outras crianças. Na monografia, tratei também sobre a existência de um mundo naturalizado de segregação dos espaços e da poluição que, claramente, serão associados a uma questão de classe. “Os cômodos da empregada, o banheiro da empregada, o copo e o prato da empregada”. Espaços separados por uma linha invisível, que determina os locais nos quais a trabalhadora pode circular para além da sua função: a manutenção, organização e limpeza do lar.

Por que o filho da empregada é convidado a se sentar à mesa para participar das refeições com a família, enquanto sua mãe come sozinha na cozinha? Por que o filho da trabalhadora pode tomar banho de piscina e sua mãe não? No filme “Que horas ela volta?”, a personagem Val, doméstica pernambucana que cuidava da família há muitos anos, parecia ver a piscina como um lugar separado por essa linha invisível. Um lugar que ela não podia frequentar. Numa noite, enquanto todos dormiam e a piscina era enchida novamente, após sua patroa ter mandado trocar a água, Val entra na piscina ainda rasa, faz uma ligação para sua filha e diz: “*Jéssica, adivinha onde é que eu tô? Eu tô dentro da piscina.*” Val passa água nos braços e no pescoço e sai sorrindo, feliz.

Jurema Gorski Brites (2007), em sua análise sobre o mundo do trabalho doméstico, vai dizer que apesar das relações de afeto entre a empregada e os membros da família, ambas as partes vão construindo uma consciência sobre a distância social que as separa. Mirtes entendia que na casa onde trabalhava ela tinha um lugar, bem como seu filho, apesar da liberdade de frequentar

determinados espaços. Miguel permanecia sendo o “filho da empregada”. Mas até que ponto, ou em quais contextos e lugares, dizer que os empregados são “como se fossem da família” é algo que faz sentido? Em que momento, ou diante de quais condições, essa situação pode entrar em conflito com as hierarquias e com o distanciamento social que separam os dois lados, se for esse o caso de Mirtes e Miguel? Aliás, antes de tudo, essa ideia precisa ser desnaturalizada, uma vez que se costuma mascarar os aspectos mais duros da exploração a que estão sujeitas as trabalhadoras domésticas.

A personagem Val era como se fosse da família, mas não o bastante para se sentar à mesa ou para um banho de piscina. William, filho da minha tia, era como se fosse da família, mas não o bastante para deixar de dormir no chão do “quartinho da empregada” todas as noites, durante anos. “Como se fosse da família”, mas não é. E é nesse “mas não é” que estaciona a linha invisível que separa os dois mundos.

## CAPÍTULO 2. QUEM SÃO AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS?

### 2.1 Uma visita a Recife do século XIX. O trabalho doméstico na escravidão e no pós-abolição

O Nordeste é uma região brasileira marcada por grandes desigualdades sociais, que se aprofundaram, segundo o IBGE, com os cortes no programa Bolsa Família e com a chegada da pandemia.<sup>22</sup> Apesar de avanços importantes, a região carrega consigo uma bagagem histórica de injustiças. Por outro lado, é também um dos lugares mais bonitos em nosso país: o povo, suas praias reluzentes, músicas, comidas e boas energias contagiam e atraem milhares de turistas. Desse cenário, faz parte a cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco. Recife também é conhecida em nossa história por receber navios negreiros, onde desembarcavam milhares de cativos africanos para serem submetidos à mão de obra escrava no Brasil. Não diferente de outros estados na época, Recife recebeu centenas de mulheres negras e escravas, de idades diversas, que contribuíram para o processo de formação da classe de trabalhadoras domésticas no decorrer do tempo.

Num artigo que reflete sobre a experiência de domésticas no Recife durante a escravidão e no período pós-abolição, Maciel Henrique Silva (2017) nos conta sobre o modo como as trabalhadoras domésticas no Brasil do século XIX inventavam seus próprios mecanismos de sobrevivência. As chamadas classes subalternas num Brasil imperial, como mostra o historiador, nem sempre podiam ou queriam recorrer à justiça ou à polícia para solução de problemas como questões referentes aos seus direitos. Neste sentido, o autor revela:

Fugir de casa à noite, fofocar as intimidades domésticas da família, ir para festas e namorar, frequentar as igrejas, demorar-se no mercado e nos chafarizes ou fontes onde lavavam roupa, furtar objetos da casa dos patrões e patroas para entregar a parentes pobres, negociar as condições de trabalho por si mesmas, conseguir a permissão para criar filhas em casas de patrões, receber alguma doação, eram ganhos obtidos no jogo das experiências cotidianas. Apenas em situações-limites, como estupros e defloramentos, dirigiam-se à Delegacia de Polícia, à Justiça, utilizando-se de algum nível de proteção da parte de testemunhas e aliados ocasionais. (SILVA, 2011, p. 20)

---

22

De acordo com estudos realizados pela FGV, dos cinco estados que ficaram mais desiguais nos últimos cinco anos, todos são nordestinos. Durante esses cinco anos, apenas dois dos 27 estados, mais o Distrito Federal, não ficaram mais desiguais: Sergipe e Pernambuco que já tinham índices elevados. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/desigualdade-de-renda-cresce-no-nordeste-e-diminui-nas-demais-regioes-aponta-ibge.ghtml> e <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2020/05/06/nordeste-aprofunda-desigualdade-diz-ibge-norte-tem-perda-generalizada-de-renda.htm>  
Acesso em: 14/11/20

A luta de mulheres libertas no Brasil foi marcada, na maioria das vezes, por uma resistência solitária ou com poucos aliados, destaca Silva. Os contextos de lutas, diz o autor, já eram demarcados por uma cultura escravista e patriarcal. O que não mudou muita coisa um século depois, se observamos o movimento das trabalhadoras domésticas na luta por direitos nas últimas décadas. Jovens meninas e adolescentes órfãs, conforme o autor, eram vítimas da exploração e controle doméstico disfarçado de proteção ou mesmo da ideia de “favor”. As noções de proteção, favor, controle e isolamento, “são elementos culturais que marcam as experiências de domésticas em diversos contextos e espaços”. (Silva, 2011, pp. 20-21).

O trabalho doméstico, de fato, é um lugar de solidão, como verifiquei em investigação anterior para minha monografia de graduação (Silva, 2017). Em minha experiência, observando domésticas em seus locais de serviço, pude constatar que os elementos citados acima, eram/são fundamentais para que a dinâmica do trabalho doméstico funcionasse de acordo com a estrutura em que se mantinha/mantém.

De acordo com o historiador Maciel Henrique Silva (2011), dezenas de mulheres pretas e livres se ofereciam para o trabalho doméstico: esperavam que seus senhores dessem a elas boas vestimentas e bons tratamentos, o que nem sempre acontecia.. Ao contrário disso, afirma o autor, o que se tinha era um cenário de violências e desprezo no serviço doméstico.

Por meio da restauração da narrativa etnobiográfica de Vó Nair, uma benzedeira de 94 anos que vivia na cidade de Novo Hamburgo (RS), Margarete Fagundes Nunes, Magna Lima Magalhães e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2013) vão buscar compreender as formas de ocupação de mão de obra negra no mundo do trabalho na região do Vale dos Sinos<sup>23</sup>. Neste precioso trabalho, as autoras se lançam no desafio de registrar, através da palavra viva de uma importante personagem, a presença da mão de obra das mulheres negras na construção da memória coletiva do mundo do trabalho nesta região.

Ao analisarem a fala de Vó Nair, as autoras remontam os fragmentos das imagens do trabalho da mulher negra, ainda escravas, na cultura germânica que estava se estabelecendo naquele lugar. No artigo, vão destacar uma importante questão referente às mulheres negras da época, e isso acredito ter relação com praticamente toda mulher negra escrava, que é a “passagem da sua condição de escrava de estimação, na infância, para a sua condição de trabalhadora livre, na fase adulta, quando passa a desempenhar as funções de cozinheira, lavadeira, passadeira, além de ama-de-leite.” (NUNES, MAGALHÃES E ROCHA, 2013, p.271). Mais do que isso, a expectativa, vão mostrar as autoras, “era que a passagem da condição de escrava de estimação para a de empregada

---

23

O Vale dos Sinos é uma região historicamente importante para o estudo da contribuição dos imigrantes alemães para o processo de industrialização do Rio Grande do Sul.

doméstica se configurasse na possibilidade de encontrar bons patrões, ou seja, que se lhe fizessem concessões e a tratassem como 'pessoa'<sup>24</sup>. ” (2013, p. 281)

Pensar essas passagens da fala de Vó Nair, a partir do trabalho de Nunes, Magalhães e Rocha (2013), me ajuda no diálogo com alguns fragmentos do artigo de Silva (2011). Diante da ausência do Estado, enquanto um caminho político na conquista por direitos, o autor observa que as criadas acabavam por ceder às vantagens oferecidas pelo paternalismo.

O paternalismo persistiu como um conjunto de códigos importantes nas relações de poder. Pobreza, orfandade, desamparo, isolamento, fome, secas, desaguavam nas cidades brasileiras um contingente de pessoas que conheciam muito pouco de leis e de sua suposta impessoalidade. Os códigos paternalistas, quero crer, eram mais acionáveis na infrapolítica dos grupos subordinados, com efeito, mais imediatos no cotidiano, ainda que não duradouros. (SILVA, 2011, p. 34)

Silva (2011) analisou as décadas finais do Império. Uma Recife que se adaptava a um novo modo de vida pós-abolição e que criava estratégias políticas para exercer ainda um controle sobre o povo negro, agora liberto. Chalhoub vai falar sobre “as dificuldades dos deputados, em 1888, em imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem os recursos às políticas de domínio características do cativo.” (Chalhoub, 1996, p. 23).

Essa breve exposição sobre a situação da mulher negra doméstica no final da era imperial, me conduz a pensar na situação da mulher negra doméstica no século XXI. Estariam essas relações paternalistas superadas no que diz respeito ao trabalho doméstico? Se a categoria já conquistou uma série de direitos e garantias, por que ainda essas relações trabalhistas são fortemente marcadas pelas trocas afetivas, amizades e favores, produzindo situações de enorme ambigüidade? Por que, mesmo após tantos anos, o trabalho doméstico carrega características tão intensas de uma era de escravidão? Por que, em meio a uma grave pandemia, a classe das domésticas foi considerada uma classe prestadora de um serviço essencial?

Entendo que as casas precisam de manutenção em relação à organização e à limpeza, mas o que está por trás da necessidade de se manter nas casas, mesmo sob o risco da contaminação de uma doença, uma pessoa para lavar, passar, cozinhar ou passear com o cachorro da família? Entender a razão de nossa cultura ainda se fortalecer num passado de injustiças, dor e crueldade,

---

24

O antropólogo Roberto Da Matta (1997), em seus estudos sobre a hierarquia na sociedade brasileira, mostra como a noção de pessoa se distingue da de indivíduo. Segundo o autor, o indivíduo é o sujeito da lei, para quem as regras e repressões foram feitas, enquanto que a pessoa merece solidariedade e um tratamento diferente. As diferenças entre ambos, mostrou Da Matta, são formas de conceber o universo social e de nele agir. A noção de pessoa surgiu com Marcel Mauss (1974), que apresentou a ideia de pessoa como um “ser psicológico” e altamente individualizado. DA MATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

pode nos ajudar a analisar as crises que enfrentamos hoje e a criar caminhos e possibilidades para o futuro.

Entretanto, em meio a tudo isso, nos deparamos com histórias como as de Mirtes e seu filho Miguel, que reviram feridas abertas de uma era escravista e trazem à tona a realidade de milhares de mulheres que ainda são vítimas de explorações, injustiças e descasos em seus locais de trabalho, no caso, as casas de seus patrões. No próximo ponto, apresento alguns dados e estatísticas atualizados sobre o trabalho doméstico no Brasil e discuto importantes questões sobre a divisão sexual do trabalho.

## 2.2 As domésticas em números: o cenário das trabalhadoras no país

O trabalho doméstico representa a principal atividade profissional para as mulheres brasileiras, sendo realizado em sua maioria por mulheres negras e de baixa renda. De acordo com um relatório apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>25</sup> ao final do ano de 2019, das mulheres brasileiras ocupadas, 14,6% delas se concentravam em atividades remuneradas no trabalho doméstico, o que representa mais de 5,7 milhões de mulheres compondo uma categoria voltada quase que exclusivamente para trabalhadoras. A pesquisa indica que de 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres empregados no serviço doméstico, 3,9 milhões eram mulheres negras. Portanto, representando o total de 63% das trabalhadoras domésticas no território brasileiro. A realidade dessas mulheres, destaca o relatório, as direciona de forma desproporcional para trabalhos como os de serviço doméstico. Em contextos onde o desemprego está em alta e o mercado de trabalho enfrenta um cenário de precariedades, é o trabalho doméstico que vai surgir como alternativa para as mulheres. Mas por que esses números permanecem sempre tão expressivos? O que está estruturalmente firmado em nossa sociedade que faz com que as mulheres sejam, na maioria das vezes, direcionadas para o emprego doméstico?

No Rio de Janeiro de 1870, a historiadora Sandra Graham (1992) vai observar que “trinta mil mulheres escravas e livres labutavam como domésticas. Elas representavam 71% das trabalhadoras da cidade.” (1992, p. 243). Para uma melhor compreensão dessa expressiva concentração de mulheres trabalhadoras em atividades domésticas remuneradas – e, também, não remuneradas, é necessário construir um diálogo com o debate em torno da divisão sexual do trabalho.

Buscando analisar a questão da divisão sexual do trabalho a partir do contexto francês, Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007) afirmam que esses termos se aplicam em dois sentidos. Um primeiro sentido refere-se à diferente distribuição de mulheres no mercado de trabalho, nas profissões e na relação tempo x espaço dessa distribuição. Num segundo sentido, pode-se analisar como essa distribuição se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres.

Segundo Hirata e Kergoat, foi no início dos anos 1970, na França, sob impulso do movimento feminista, que surgiram trabalhos que constituem a base teórica para estudos desse conceito. A partir do surgimento desse movimento de mulheres, junto da consciência de “opressão”, percebe-se que existe uma mão de obra efetuada de forma gratuita pelas mulheres, “que esse

---

25

O relatório foi baseado nos dados da PNAD Contínua, que é realizado pelo IBGE. O estudo está integralmente disponível aqui: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35231&Itemid=444](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444) Acesso em 20/10/20

trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.” (2007, p.597)

Em termos de definição, Hirata e Kergoat vão apresentar, portanto, a seguinte explicação:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599)

Mas para as autoras, essa forma de divisão sexual do trabalho, que se organiza a partir do princípio de separação e do princípio de hierárquico, precisa de novas configurações. Elas observam que apesar de a condição feminina ter melhorado nas últimas décadas, não é sobre isso que essa análise deve tratar, mas sobre a questão da distância entre os grupos de sexo, pois esta permanece insuperável.

Dentro das novas configurações que Hirata e Kergoat propõem, destaco uma que corresponde diretamente às questões desta pesquisa. Elas dizem que:

As mulheres das sociedades do norte da França trabalham cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes. (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 601)

Com a externalização do trabalho doméstico, as autoras vão observar o que chamam de “função de apaziguamento das tensões nos casais” (2007, p. 602), o que em nada contribui para o avanço da luta pela igualdade, afirmam. Por que isso acontece? Hirata e Kergoat afirmam que, ao mesmo tempo em que existe uma expansão da categoria em relação à profissões de nível superior, essas mulheres têm a necessidade de delegar a outras mulheres as atividades domésticas e familiares.

Durante o tempo em que frequentei a casa onde minha mãe trabalhava, por exemplo, eu observei a dinâmica entre os patrões. Ele, famoso e conceituado médico da coluna. Ela, PhD e conceituada médica da mão. O casal tinha duas filhas adolescentes e um grande apartamento para gerenciar. Trabalhavam muito, tinham seus consultórios e, por várias vezes, minha mãe contou de jantares sendo interrompidos por causa de uma cirurgia de emergência que precisavam sair para

realizar. Ambos também viajavam juntos para congressos importantes de medicina. Mas tinham também a casa e as inúmeras responsabilidades que um espaço de convívio exige: contas a pagar, compras para fazer, decidir o jantar ou o almoço das meninas, resolver questões escolares, levar as meninas para as aulas de dança ou para o dentista, pagar professor de música, agendar o banho do cachorro, resolver a questão do edredom que estava na lavanderia, decidir como seria organizado o guarda-roupas, estar em casa para conversar com a decoradora que precisava ver o problema na instalação da cortina, contratar uma nova passadeira, dentre outras várias atividades que estavam sob domínio da patroa. Esta, por sua vez, podia delegar à sua trabalhadora doméstica a maioria desses serviços ou dividir com ela a responsabilidade física, mental e afetiva que todas essas tarefas demandavam.

No que diz respeito às trabalhadoras, Hirata e Kergoat se questionam sobre como essas mulheres lidam com a noção de delegação, quando se trata de suas próprias casas. Afinal, elas também delegam o trabalho doméstico a outras mulheres, como fazia Mirtes Renata, mãe de Miguel. Quando isso não acontece, lidam com a sobrecarga em seus múltiplos sentidos. A questão que as autoras colocam é que as conseqüências são bastante diferentes nas realidades dessas trabalhadoras em suas vivências com seus filhos. Elas observam que:

[...] a servidão doméstica provoca para a migrante uma ruptura da relação mãe-filho: “diferentemente do que ocorre com os empregadores do Primeiro Mundo próspero, ela não pode viver com sua família e, ao mesmo tempo, incumbir-se dela economicamente. Essas migrantes do Sul, para fazer “o trabalho das mulheres” do Norte, deixam seus próprios filhos aos cuidados das avós, irmãs, cunhadas, e às vezes só voltam para casa depois de longos períodos, o que acarreta “o traumatismo inevitável dos filhos que deixaram em seu país”. (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 605)

Por fim, no artigo, Hirata e Kergoat concluem que ainda que as mulheres estejam plenamente conscientes da opressão e da desigualdade, permanecem assumindo as responsabilidades, das maiores às menores, do trabalho doméstico, sejam elas feministas, sindicalistas, políticas, executivas, doutoras, professoras, faxineiras ou babás. E que, para compreender isso, é preciso questionar e pesquisar sobre os âmbitos psicológicos da dominação e das dimensões afetivas.

De volta ao relatório do IPEA, as pesquisadoras concordam que o trabalho doméstico envolve um número significativo de atividades. Das ocupações exercidas por mulheres no trabalho doméstico, 100% das atividades se concentravam em serviços internos domésticos, sejam elas brancas ou negras, enquanto os homens que atuam na área estão presentes nas atividades externas: cuidavam de jardins, hortas e carros. Na casa onde minha mãe trabalhava, era com o patrão que os

porteiros tratavam sobre os cuidados com os carros da família, pois lavar os carros dos condôminos era uma forma de garantir um “dinheiro extra”. Nesse sentido, aponta o estudo, pode-se observar a existência da divisão sexual do trabalho.

Na obra *Mulheres, raça e classe*, Angela Davis (2016) analisa profunda e detalhadamente a vida doméstica dos escravos e escravas dos Estados Unidos em meados do século XIX, apresentando algumas importantes perspectivas para se refletir sobre a divisão sexual do trabalho. Davis mostra que essa vida doméstica tinha uma importância muito grande na vida social e na dinâmica entre os escravos e escravas, em relação às suas próprias casas. Esses espaços, ressaltou Davis, eram o único lugar onde eles podiam verdadeiramente experienciar suas vidas e corpos como seres humanos. E, exatamente por isso, pela igualdade como eram tratados fora de suas casas, as mulheres não eram diminuídas por suas funções domésticas.

[...] O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Os escravos executavam importantes tarefas domésticas e não eram, portanto, meros ajudantes de suas companheiras. (DAVIS, 2016, p. 29)

Essa divisão sexual do trabalho não parece ter sido hierárquica: as tarefas dos homens não eram certamente nem superiores e nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres. Ambos eram igualmente necessários. Além disso, ao que tudo indica, a divisão de trabalho entre os sexos nem sempre era rigorosa; às vezes os homens trabalhavam na cabana e as mulheres podiam cultivar a horta ou mesmo participar da caça. (DAVIS, 2016, p. 30)

Se as mulheres negras sustentavam o peso da igualdade no espaço da opressão, era com seus companheiros no ambiente doméstico que elas podiam desfrutar dessa igualdade, revela Davis. Havia um esforço desesperado e cotidiano para que pudessem manter a vida familiar, onde alcançassem a mais plena liberdade e independência possível, salienta a autora. Em sua obra, Davis mostrou que “escravos e escravas tinham um talento impecável para humanizar um ambiente criado para convertê-los em uma horda subumana de unidade de força de trabalho.”(2016, p. 27-28) Se, conforme Davis, essas mulheres negras escravas transmitiram para suas descendentes um “legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher” (2016, p.41) por que mais de um século depois nos deparamos com esses dilemas em torno da divisão sexual do trabalho? Quais são as barreiras que encontramos que dificultam o acesso a uma reflexão mais profunda sobre os âmbitos psicológicos da dominação, como analisaram Hirata e Kergoat (2007)?

A história do trabalho doméstico enquanto uma ocupação, conforme mostra o estudo do IPEA, foi também marcada pela migração de jovens meninas que saíam de cidades do interior e eram acolhidas em casas de famílias das grandes cidades, “numa relação com fronteiras profissionais muito pouco definidas”. (IPEA, 2019, p. 18). Em “Criadas, criadas, filhos de criação”<sup>26</sup>, Maria Angelica Motta-Maués (2006) analisa, a partir do termo “cria de família”, enquanto uma categoria social, determinadas configurações de famílias relacionadas com a adoção e a circulação de crianças e adultos na Amazônia.

Em sua pesquisa, Motta-Maués buscou identificar algumas práticas comuns que envolviam, na maioria das vezes, a circulação de crianças. Dentre elas, por exemplo, o encaminhamento dessas crianças pelos seus próprios pais, vindas dos interiores, para as casas de pessoas das grandes cidades. A intenção, como mostrou Motta-Maués, era de que ali elas pudessem ser cuidadas e educadas, sendo consideradas as “crias da casa de família” ou mesmo “crias”. Outra prática comum, apontada pela autora, é o costume de cuidar de alguma criança na ausência da mãe que sai para trabalhar, atividade essa realizada por adultos da própria família ou mesmo por outras crianças na mesma posição.

A pesquisa de Motta-Maués me fez resgatar as histórias de vida de mulheres de minha família, trabalhadoras domésticas, que, assim como as crias de família da Amazônia (DANTAS, 2008), foram encaminhadas por seus pais, ainda quando crianças, para trabalharem em casas de família no Rio de Janeiro. Num dos relatos colhidos por mim, uma das entrevistadas contou que, aos onze anos, teve seus estudos interrompidos por decisão do pai. Este a enviou para trabalhar numa casa em Angra dos Reis, município da cidade do Rio de Janeiro, onde ela ajudava a cuidar das outras crianças da casa, bem como desempenhava atividades domésticas. A mulher contou que era trazida pela família a cada quinze dias para passar o final de semana em sua própria casa. O pagamento pelos seus serviços prestados, era entregue nas mãos do seu pai, que o administrava da maneira que lhe convinha.

Em sua pesquisa, a antropóloga Caetana Maria Damasceno (1997) analisou, a partir de uma investigação de anúncios nos jornais do Rio de Janeiro da década de 1940, como se construiu a noção de boa aparência “como princípio seletivo de oportunidades profissionais”. Damasceno observou que, ao longo dos anos 1940, a boa aparência se tornou uma construção social que era negociada e empregada em recrutamentos de mão de obra naquele período. A relevância do estudo

---

26

“Criadas, Criadas, Filhos de Criação: Filhos todos são? Adoção, afetividade e família na Amazônia”. Texto de Maria Angelica Motta-Maués apresentado no GT 24 – Família e Curso da Vida, durante a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Goiânia/GO, de 11 a 14 de junho de 2006.

de Damasceno para este trabalho está justamente no diálogo que a autora constrói sobre como a divisão sexual do trabalho está ligada com o crescimento das camadas médias da Capital, na época.

Com a expansão de alguns bairros que passam a ser considerados nobres, em busca de um estilo de vida moderno, existia, por outro lado, o crescimento das favelas, onde se concentravam os migrantes pobres e, em sua maioria, destacou como Damasceno, não-brancos. Nessa busca por compreender a relação da noção de boa aparência com o debate sobre democracia racial, onde a boa aparência vai sendo compreendida no sentido de “só para brancos”, a autora mostrou de que forma foram se fortalecendo as barreiras raciais aos postos de empregos da classe média. Tais valores, mostrou Damasceno:

Orientam o lugar do negro enquanto construção histórica e cultural negativa, [...] Ao mesmo tempo, e de forma complementar, os afro-brasileiros podem continuar a ter inculcada a versão de que o trabalho manual é o seu lugar, o que os levaria a inibir suas expectativas de ascensão por meio da disputa de postos de trabalho nos setores administrativo e profissional liberal. (DAMASCENO, 1997, p. 6)

Foi no mundo do trabalho, afirmou a autora, que as regras de sociabilidade se revelaram severas com as pessoas de cor. Alguns dados destacados por ela mostram que, no estado do Rio de Janeiro, em 1872, a força de trabalho feminina representava 68% dos serviços domésticos. Na virada do século, houve um aumento na participação da mulher nas indústrias ou trabalhos relacionados à educação e à saúde chegando a totalizar cerca de 80% da mão de obra nos serviços domésticos remunerados. Com isso, a antropóloga observa que:

O exame minucioso dos anúncios mostrou que durante a década de 40 os anunciantes empregadores mostravam uma grande preferência por mulheres brancas para os serviços domésticos, exigência que logo se transfere (principalmente depois de 1945) para as atividades de rotina de escritório e do pequeno comércio em que a cor submerge sob a rubrica boa aparência. Como contraponto, as mulheres de cor continuavam a oferecer-se para os serviços domésticos. (DAMASCENO, 1997, p. 14)

Ainda que as indústrias fossem lugares bastante limitados para a atuação das mulheres, Damasceno observou que havia um deslocamento mais freqüente das mulheres brancas, que deixavam os serviços domésticos para ocuparem lugares mais valorizados no mundo do trabalho, liberando os postos dos serviços domésticos para serem preenchidos pelas mulheres negras. Mais adiante, discutindo sobre a associação da cor branca com a noção de “boa aparência”, a autora mostrou que as qualidades físicas e morais eram requisitos fundamentais: para os serviços domésticos, buscava-se mulheres que tivessem bons dentes, asseio, respeito, boa saúde e conduta, fossem de confiança, sossegadas, alegres e carinhosas. Já para mulheres que ocupassem cargos fora

do âmbito doméstico, esperava-se que fossem ativas, inteligentes, instruídas, educadas e ambiciosas, atributos que, aliados à noção de boa aparência, ampliam o sentido moral das características fenotípicas, como acentua a autora.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), as mulheres francesas que investem em suas carreiras e ascendem profissionalmente precisam externalizar o trabalho doméstico de suas residências. Esses postos de trabalho são ocupados por outras mulheres em situação precária, de camadas baixas e, em sua maioria, como apontam as estatísticas, mulheres negras. Ambos os grupos, os de mulheres brancas e negras, são forçadas a enfrentarem a chamada “dupla jornada” de trabalhos. Ainda que de modo e intensidades distintos, elas estão sujeitas ao excesso de carga de trabalho física e mental. A esse respeito, sobre a trabalhadora doméstica, as pesquisadoras do IPEA destacam que:

O trabalho doméstico e de cuidados segue como uma atribuição eminentemente feminina, impondo às mulheres uma série de prejuízos – a existência da dupla jornada de trabalho, a precária inserção no mercado de trabalho, a menor proteção social (especialmente quando os sistemas de proteção se aproximam da ideia de seguros sociais, disponíveis apenas àqueles que cumprem um conjunto de requisitos no mercado de trabalho) ou as maiores taxas de adoecimento mental. E é esse trabalho doméstico que, transposto ao espaço do mercado, ocupa um contingente muito expressivo de mulheres, particularmente negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres, constituindo-se no maior grupamento profissional para as mulheres brasileiras em pleno século XXI. (IPEA, 2019, p. 8)

Um importante indicador trazido pelo relatório do IPEA é o que lança luz sobre o tempo da jornada de trabalho a que essas mulheres, trabalhadoras domésticas, são submetidas. O relatório analisa dois aspectos: a jornada produtiva, que compreende o trabalho em troca de remuneração, e a jornada reprodutiva, que compreende o trabalho doméstico e de cuidados realizados nas casas das próprias trabalhadoras. Sobre o tempo total de trabalho, sabe-se que, no Brasil, as mulheres trabalham mais do que os homens. O acúmulo dessas duas jornadas, a de trabalho pago e a de trabalho não pago, faz com que esse grupo de trabalhadoras seja exposto “a doenças ligadas ao corpo físico, derivadas do cansaço, do aparecimento de lesões oriundas de esforços repetitivos, bem como emocional e psicologicamente frágeis, expondo-as a maiores riscos de depressão e outras doenças emocionais.” (2019, p.29).

É no trabalho doméstico que podemos identificar uma profunda expressão da divisão sexual do trabalho que reserva às mulheres, sejam elas brancas ou negras, a responsabilidade de cuidar da casa e da família, quer esteja atuando diretamente nesse cuidado ou delegando as funções para outras mulheres. Essa exposição às doenças físicas e de cunho emocional é resultado de uma longa trajetória de esforços “de caráter repetitivo, monótono e infundável.” (PORTO, 2008). É transferido

para as trabalhadoras a parte mecânica das atividades domésticas, que demanda um tempo maior e que, também, resulta em insatisfação.

Que mulher, afinal, reconhece como prazeroso passar penosas horas, de maneira repetitiva, realizando atividades relacionadas à limpeza e à organização e, ao final do dia ou aos finais de semana, ter que realizar as mesmas tarefas em sua própria casa? “Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas. Esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas.” (DAVIS, 2016)

No item a seguir apresento a entrevista que realizei com Mirtes Renata em 19 de agosto de 2020, fazendo dialogar alguns eventos da história de sua vida com o debate sobre interseccionalidade. Na ocasião da entrevista, haviam se passado quase três meses da morte de Miguel, seu filho, no trágico acidente no condomínio Pier de Nassau, em Recife.

### 2.3 A trajetória de Mirtes Renata: um recorte interseccional

Conhecer o outro, enquanto ser humano, é um sentimento que nos fascina desde nossos primórdios. Sejam coisas ou pessoas, elas fascinam a nossa alma. Para além do que é incompreensível, a ciência materializa no mundo dos extremos o nosso desejo humano de conhecer. E conhecer é uma ciência refinada. No fazer antropológico, Gilberto Velho (1981) vai afirmar que o envolvimento com nosso objeto de pesquisa é inevitável. E eu concordo com ele, pois apesar de toda minha familiaridade com o trabalho doméstico por um lado, e por outro a minha insistente busca em transformar o que é “familiar em exótico” (Da Matta, 1985), não me deixar afetar<sup>27</sup> pelas histórias e trajetórias das trabalhadoras domésticas, sejam elas de minha família ou não, era um trabalho praticamente impossível.

A despeito das diferenças e impactos em relação à trajetória de Mirtes Renata, eu pude observar muitas características que aproximam sua história das de outras mulheres, mas também atentei para as peculiaridades que fazem com que suas experiências se tornem únicas.

A proposta inicial deste trabalho era pesquisar sobre o caso do menino Miguel através de arquivos disponibilizados na internet, pelas mais diversas plataformas. Mas, como antropóloga em formação, eu sentia falta da escuta da narrativa de Mirtes. O fazer antropológico pela internet tem lá seus contratempos e, dependendo do objeto, é um enorme desafio ressignificar tanta tecnologia. Mas a internet era minha nova ferramenta e eu precisava encontrar o “pote de ouro” no final do arco-íris. Eu sabia que seria impossível me encontrar com Mirtes. Porém, eu não conseguia me distanciar do pensamento: “Quem é Mirtes? De onde vem essa mulher? Como ela foi parar na casa de Sarí?” E tais perguntas a internet ainda não respondia. Foi quando, curiosamente, numa rede social, eu pesquisei pelo nome Mirtes Renata e encontrei seu perfil. Eu sabia, mesmo com minha pouca experiência com a antropologia e com os trabalhos de campo, que uma coisa seria ler os artigos escritos por jornalistas e outra seria poder ouvir a própria Mirtes me contando a história de sua vida, bem como a tragédia ocorrida com seu filho Miguel.

Daniel Bertaux (2010) nos faz pensar sobre as diferenças entre narrativas de vida e histórias de vida, nos mostrando que uma coisa é a história vivida e outra é a narrativa que a pessoa faz de sua vida. Segundo o autor, as narrativas propõem uma observação direta, focada na interação face a face. Elas vão permitir que o observador consiga perceber “as lógicas de ação no seu

---

27

Em “Ser afetado” (1990), a antropóloga francesa Jeanne Favret-Saada debate sobre a importância de nos deixarmos “afetar” pelo nosso objeto de pesquisa ou pelas nossas experiências em campo. Ela se apropria desta ação como uma espécie de “dispositivo metodológico”, e busca nos mostrar que tal dispositivo não é nem a observação participante e nem a empatia. Favret-Saada compartilha sua experiência no Bocage Francês com a feitiçaria, e conta como foi preciso se deixar afetar pelo ritual para que pudesse ter acesso às informações que precisava.

desenvolvimento biográfico e as configurações de relações sociais no seu desenvolvimento histórico” (BERTAUX, 2010, p. 17). Neste sentido, o autor ressalta que as narrativas de vida são orientadas para uma forma de narrativas de prática, nos ajudando a compreender os contextos sociais onde os indivíduos estão inscritos. A concentração nas práticas recorrentes, afirma, nos leva a compreender a lógica de ação desses atores.

Retomando o relato sobre minha pesquisa, enviei uma mensagem para Mirtes me apresentando e a convidando para uma entrevista virtualmente. Para minha surpresa, após alguns dias ela me respondeu e agendamos a entrevista para a semana seguinte. Haviam se passado quase três meses da morte de Miguel e era perceptível que muitas pessoas estavam interessadas em conversar com ela. Várias entrevistas já tinham sido realizadas, diversos textos foram escritos e a quantidade de reportagens sobre o caso de Miguel era incontável. Mas Mirtes me deu atenção em meio ao seu luto e pude conversar diretamente com ela, o que trouxe um novo significado para sua história em minha pesquisa.

Na manhã do dia 19 de agosto eu estava me preparando para conversar com Mirtes. Ao mesmo tempo em que eu queria saber muitas coisas, entendia que entrevistaria uma mulher que estava passando pelo processo do luto e, claro, além de tantas outras questões por trás da sua vida de trabalhadora doméstica, de mulher negra e moradora da periferia de Recife. Como fazer para que ela percebesse a sua trajetória como algo importante naquele momento de tanta dor?

O sociólogo e antropólogo Yves Winkin (1998) alerta para o risco de colocarmos em campo métodos de trabalho que se aproximam do que denominou de “aspiradores de dados”<sup>28</sup>, ao se referir a uma busca desenfreada por entrevistas gravadas por parte de pesquisadores iniciantes, que tudo desejam registrar, sem fazerem efetivamente um esforço para compreenderem os dados obtidos. A entrevista etnográfica, diferente do que propõe uma entrevista guiada por um questionário, tem como motor uma relação social particular que é a relação entre o pesquisador e o pesquisado. Muitas vezes marcantes e intensas, podem conter risos de bom humor ou até mesmo expressões de raiva. Emoções e lágrimas não são raras. É um momento no qual desconhecidos podem se encontrar e se distanciar posteriormente sem, muitas vezes, voltarem a se ver.

Perguntei a Mirtes se ela saberia usar um aplicativo no celular, para que pudessemos conversar melhor. Ela prontamente me respondeu que sim. No horário marcado entrei no aplicativo

---

28

Termo citado pelo antropólogo e sociólogo belga Yves Winkin, ao fazer referência aos estudantes que escapavam da observação, se apropriando de gravadores, câmeras de fotografia e vídeos no campo. Segundo o autor, devemos primeiro passar pela experiência da observação para, assim, depois de estabelecidos, podermos usar tais ferramentas. Quando em processo de formação, ele dizia que seus professores, nos anos 1940, não permitiam o uso de câmeras. Elas eram como um aspirador, os faziam coletar dados sem saber o que coletavam. Poderiam ser como um preservativo, pois os protegiam do perigo. Sentiam-se à vontade por trás da câmera. Era uma maneira de não estar realmente cara a cara com o outro, e isso ameaçava arruinar o trabalho de campo. In: WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Editora Papyrus, 1998, p. 139-140.

e, pronto, estava “cara a cara” com Mirtes Renata, a mãe de Miguel. Não havia me planejado para fazer muitas perguntas. Eu queria que Mirtes ficasse à vontade para falar ou não do que tinha acontecido com seu filho, pois meu real interesse estava na narrativa que ela faria sobre si, sobre a história de sua vida e sobre como ela começou a fazer os serviços domésticos na casa de Sarí. Não menos importante seria identificar em nossa conversa questões que pudessem me auxiliar na investigação sobre o trabalho doméstico durante a pandemia, uma vez que Mirtes estava trabalhando nesse período, junto de sua mãe e, também, na companhia de Miguel.

Naquele momento, acreditei que precisava de artifícios que me aproximassem de Mirtes. Eu tenho necessidade de criar um ambiente onde minhas entrevistadas se sintam acolhidas, e não como se eu estivesse investigando suas vidas e me beneficiando de alguma forma. Para mim, é fundamental que elas entendam a importância de suas falas e se percebam como protagonistas desse projeto. Não saberia o quão confortável ela ficaria para contar coisas sobre sua intimidade para uma pessoa estranha que a encontrou nas redes sociais. Dizer que eu era filha de uma ex-trabalhadora doméstica era uma estratégia que eu utilizava para que minhas interlocutoras se sentissem mais à vontade ou criassem algum tipo de identificação comigo. Mas para aquele momento, eu abri as portas do diálogo dizendo que eu também era mãe e que, apesar do pouco tempo vivenciando a maternidade, eu já podia alcançar o coração dela e entender a dor pela qual ela estava passando. Creio que ela se sentiu acolhida em nossa conversa.

Mirtes: Quando a gente sente aquele amor muito forte pelo nosso filho, é... E quando a gente perde, é algo muito pesado. Você agora é mãe, tem uma criança de 10 meses. Você sabe o quanto você ama a sua filha. O quanto ela é tudo na sua vida. E quando a gente perde um filho da forma que eu perdi é algo muito difícil. Eu tô sem chão sem meu filho.

Aline: Eu posso imaginar. Eu não me imagino sem a minha filha. [...]

Mirtes: Eu não me imaginava sem o meu filho. [...]

Serena, Mirtes conversou comigo através de uma chamada de vídeo por aproximadamente uma hora. Utilizando um fone de ouvido, me atendeu sentada no sofá de sua sala enquanto preparava o almoço. A casa era a mesma na qual ela havia aparecido em entrevistas que deu para alguns programas de televisão. Disse-me que tinha saído para correr e tornaria às ruas mais tarde. É possível acompanhá-la com os Coiotes Corredores<sup>29</sup> através de suas redes sociais, onde eles compartilham fotografias de seus encontros. Eu queria entender como a paixão pela corrida entrou

---

29

Ver a página do grupo Coiotes Corredores aqui: <https://www.instagram.com/coiotescorredores/?hl=pt-br>

em sua vida. Num dado momento de nossa conversa, perguntei e, para minha surpresa, Mirtes me respondeu: “Quem me apresentou a corrida foi Sarí.”

Abordei nesta pesquisa questões sobre os efeitos e os impactos da atividade doméstica na vida das mulheres trabalhadoras. Apresentei análises sobre as conseqüências na saúde física e mental e, também, sobre como o excesso de trabalho impede essa mulher trabalhadora doméstica de se dedicar à outras atividades que lhes proporcionem algum tipo de prazer, devido ao tempo das jornadas de trabalho. Não é algo comum encontrar uma trabalhadora doméstica que pratique esportes.

Pierre Bourdieu (2006) vai analisar, em *A Distinção*, os limites definidos pelos capitais econômicos e culturais para a prática de determinados esportes nas diferentes classes, e o modo como a prática desses esportes está relacionada a tais limites. Um dos pontos abordados por Bourdieu é a questão do tempo livre que o indivíduo teria para se dedicar à prática. Tanto as mulheres das classes dominantes quanto as mulheres das classes populares, afirma Bourdieu, podem buscar no esporte efeitos sobre o corpo externo ou sobre o corpo interno, porém toda relação estabelecida com o esporte, inclusive a escolha de qual esporte praticar vai depender dos capitais adquiridos ou herdados de cada um desses grupos.

Mirtes abordou algumas vezes em nossa conversa a sua relação com o seu corpo. “Eu sofri muito preconceito por ser mulher, por ser negra, por ser gorda.” Sobre sua iniciação na corrida, Mirtes contou:

Quem me apresentou a corrida foi Sarí. Ela começou a correr e tudo mais e disse: “Mirtes, por que que tu não corre?” Porque antes eu fazia funcional. “Por que tu não corre? É bom. Faz bem.” Isso e aquilo outro. Eu disse: “Eu vou tentar. Eu vou... porque nunca me passou pela cabeça praticar corrida de rua. Aí eu só corria na esteira, na academia. Aí comecei a treinar. Ela pagou minha primeira inscrição, que foi a do McDonald's. A corrida do mês de outubro das mulheres. E só tinha mulher nessa corrida. Ela pagou minha primeira inscrição. E nesse período eu fui treinar. Comecei a treinar e participei da corrida. E comecei a gostar da corrida, me apaixonei pela corrida. É muito bom correr e principalmente a sensação depois que você corre, de leveza, algo... é algo muito bom. Depois que você corre é muito bom, é muito bom. E a corrida me proporcionou muitas amizades. Pessoas... amizades realmente verdadeiras. E foi um período também que eu conheci o pessoal dos “Coiotes corredores” e comecei a interagir com eles e tô com eles. Já faz um ano e pouco, dois anos... Vai fazer dois anos em dezembro que eu tô nessa equipe. Teve alguns períodos que eu precisei parar, precisava dar mais atenção a Miguel. Aí teve um tempo que eu emagreci, engordei, emagreci, engordei. Agora voltei a treinar de novo pra mim poder esparecer a mente.

Mirtes Renata Santana de Souza nasceu em 25 de fevereiro de 1987 em Alto José do Pinho, um bairro de Recife. Aos três anos de idade foi morar em Bonança, distrito da cidade de Moreno.

“Passei 24 anos da minha vida morando em Bonança.”, contou Mirtes. Lá estudou e viveu uma “infância raiz”.

A minha infância foi muito boa. Eu era criança raiz mesmo. Eu era feliz. Extremamente feliz. Era criança raiz. Eu não tinha acesso à tecnologia, telefone, *videogame*, *tablets*, essas coisas não. Era brincadeira de rua mesmo. Brincava de bola. Na escola a gente brincava muito de barra bandeira, empinava pipa, jogava bola de gude, rodava pião. Era bem moleca mesmo. Foi uma fase muito boa.

Em Bonança, Mirtes viveu com seus pais e irmãos. Contou que, aos 18 anos, perdeu seu irmão de 14:

Tava faltando uma semana pra completar 15. Meu irmão foi assassinado. Mataram ele por engano quase em frente à casa da minha avó, lá em São Martins. E foi um período bem difícil, muito difícil mesmo. Infelizmente a gente não pôde tocar o caso pra frente porque a pessoa que matou meu irmão ameaçou toda família. Infelizmente a gente precisou se calar. A gente precisou se calar perante isso e a morte do meu irmão ficou impune. Hoje se meu irmão tivesse vivo, ele ia estar com 30 anos. Faz 15 anos já da morte do meu irmão. E nisso a gente tocou. Tentou tocar a vida pra frente, tocou a vida pra frente. Foi um período bem difícil.

Como ela havia referido antes, a infância “foi uma fase muito boa” e este período da sua adolescência “foi bem difícil”. Uma dualidade de sentimentos e de experiências que colocam Mirtes em dois lugares extremos em sua memória: o da alegria de ter vivido uma infância feliz e o da tristeza de ter perdido seu irmão tragicamente sem o direito de lutar por justiça. Ao final dos seus estudos no ensino médio, Mirtes contou que tentou algumas vezes acessar a universidade pública: “Fiz pré-vestibular. Tentei vestibular três vezes, mas infelizmente bati na porta e não consegui entrar. Fiz vestibular pra Geografia e infelizmente não consegui entrar.” Diferente da história de muitas trabalhadoras, Mirtes entra no trabalho doméstico já adulta, depois de ter vivido muitas experiências em outros empregos. Sua mãe, como ela me contou, também não trabalhava como doméstica.

É importante reforçar a questão da escolaridade de Mirtes<sup>30</sup>, no sentido de que ela se destaca dentro da categoria de trabalhadoras domésticas, por ter conseguido concluir os seus estudos secundários. A sua trajetória enquanto doméstica é curta e começa depois de diversas tentativas e experiências em outros tipos de trabalhos, inclusive trabalhos que exigiam dela

---

30

No último dia 25 de novembro, foi noticiado que Mirtes Renata havia se matriculado no curso de Direito, que dará início no primeiro semestre de 2021. Segundo Mirtes, ela escolheu o curso de Direito, pois “sentiu na pele” a morosidade do sistema, e que vê essa formação como uma missão e um dever de ajudar o próximo. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/25/mae-de-miguel-mirtes-se-matricula-em-curso-de-direito-meu-filho-me-deu-o-dever-de-ajudar-o-proximo.ghtml> Acessado em: 29/11/20

determinado tipo de “capacitação”. Uma característica comum em trabalhadoras de idade mais avançada do que Mirtes (que tinha 33 anos quando eu a entrevistei) é a baixa escolaridade. Sidney Mintz (1984) nos ajuda a refletir sobre essa singularidade ao analisar a vida de Taso, um trabalhador de cana porto-riquenho que não era o tipo médio de trabalhador naquele ofício. Ao falar sobre como as empresas evocam tipos característicos e representativos de trabalhadores, Mintz diz que:

Taso não é, ao meu ver, (e nem ao seu próprio, acredito), representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico. Taso se destaca de seus semelhantes por sua inteligência e articulação extraordinárias. Contudo, eu insistiria que Taso é representativo de seu tempo, de seu lugar e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal, enriquecida por sua perspicácia incomum, incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país. (MINTZ, 1984, p. 55)

Mirtes fez curso de panificação e de pastelaria, mas não teve a oportunidade de exercer a profissão. “O dono da padaria onde estagiei só queria homens. Não queria mulher.” Na conversa percebi que foi nesse período da vida de Mirtes, quando sai de casa para buscar empregos, que ela começa a perceber e a enfrentar uma série de preconceitos e discriminações, como dito um pouco acima, por ser mulher, negra e gorda. Já foi carpinteira, vendedora de tapioca e recepcionista de um clube para banho. Mirtes passou sete anos trabalhando nesse clube aos domingos e, aos sábados, como auxiliar de cabeleireira junto de sua irmã. Nos anos finais de sua função como recepcionista no clube, Mirtes já tinha Miguel e, às vezes, o levava junto para o trabalho.

A respeito da questão de que existem trabalhos para homens e trabalhos para mulheres, Verena Stolcke (1990) vai refletir sobre quais razões levam a diferenças sexuais e raciais, bem como as de classe, se destacarem, dentre outras características dos seres humanos, para reproduzirem opressões sobre as mulheres. Por que as diferenças sexuais biológicas estruturam as desigualdades entre homens e mulheres como agentes sociais? (STOLCKE, 1990, p.102)

A desigualdade de gênero na sociedade de classe, afirma Stolcke, é resultado de uma tendência histórica específica que busca naturalizar as desigualdades socioeconômicas. “Essa “naturalização” ideológica da condição social, que desempenha um papel tão fundamental na reprodução da sociedade de classes, é que é responsável pela especial importância atribuída às diferenças sexuais”. (STOLCKE, 1990, p. 103).

No século XIX, mostrou Stolcke, as diferenças de sexo vão adquirir um significado singular como uma das fontes de diferenciação social. Durante o processo de formação da sociedade de classes, “atribuiu-se às mulheres o papel instrumental de mediação entre a pureza biologicamente concebida e a proeminência social.”(1990, p.114) Numa sociedade industrial em pleno avanço, prossegue a autora, as mulheres foram definidas por suas características sexuais, acima de tudo

como mães. Uma vez imersas na maternidade, elas não poderiam competir com os homens em termos iguais. Como resultado disso, ressalta Stolcke, o que se tem é a discriminação no mercado de trabalho, salários desiguais e a exclusão da política, por exemplo.

Em suas experiências no mundo do trabalho, Mirtes contou que sofreu humilhações e violências físicas e verbais. Quando fez o curso de carpintaria, enfrentou dificuldades em ocupar esses espaços por ser mulher.

Eu fiz um curso de carpintaria que o governo do Estado aqui tava oferecendo, pro pessoal trabalhar em Suape<sup>31</sup>. Tava um “boom” naquele tempo em Suape. E o governo tava oferecendo o curso pras pessoas trabalharem na construção do porto, naquela área toda ali de Suape. E eu fiz o curso de carpintaria. Nesse período eu também fui procurar emprego na Arena Pernambuco. Tava construindo a Arena. Não consegui porque precisava de experiência na carteira e eu ainda não tinha. Eu tinha acabado de finalizar o curso e eu não tive a oportunidade de ter. Não me deram a oportunidade de poder ir trabalhar. Aí uma construtora aqui do Recife me chamou pra trabalhar. Chamaram algumas pessoas do curso, que fizeram o curso pra trabalhar. E eu fui selecionada e eu comecei a trabalhar como carpinteira. Trabalhei em três obras. Passei um bom tempo da minha vida trabalhando em obras como carpinteira. E tinha outras mulheres também que eram pedreiras, eram ajudantes [...] No começo era difícil, mas em algumas obras eles tão dando oportunidade. Mas são poucas, são pouquinhas. Tanto que nesse período também sofri preconceito por ser mulher. Tanto que, quando eu saí de uma obra, eu fui procurar emprego em outra e o rapaz disse... Eu perguntei, né, se tavam precisando de carpinteiro lá na obra. Aí ele disse: “É pro seu marido?” Eu disse: “Não. É pra mim.” Ele disse: “Sim, pra você?” Eu disse: “É.” Ele disse: “Olha, mulher que vem procurar emprego em obra é quenga.” Aí aquilo me ofendeu. Eu disse: “Veja só, estou aqui à procura de emprego. Né de macho não! Eu tô em busca de emprego, trabalhar, ter meu dinheiro. Só isso.” E isso foi algo muito chato. Muito chato. Sofri preconceito por isso. Ainda nesses períodos assim, fui fazer entrevista pra trabalhar em loja. Não fui aprovada porque eu não estava de acordo com os padrões de beleza que a sociedade exige. A questão do corpo, porque eu era gorda. Eu sou gorda.

É importante analisar essa questão do corpo. Mirtes falou sobre o seu corpo em alguns momentos de nossa conversa e sobre como a percepção dos outros sobre ele tornou-se um obstáculo em sua vida. Bell Hooks (1995) refletiu sobre como o corpo da mulher negra tem sido, desde a escravidão, visto como um símbolo de uma presença feminina que mais se aproxima de uma

---

31

O Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, mais conhecido como Porto de Suape, é um porto brasileiro localizado no estado de Pernambuco, na região metropolitana do Recife. O Complexo surgiu como instituição pública em 1978, por meio da Lei Estadual nº 7.763, que criou a empresa SUAPE - Complexo Industrial Portuário, cuja finalidade era administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/o-que-e-suape>  
Acesso em: 29/11/20

natureza primitiva. Mais do que em qualquer grupo de mulheres em nossa sociedade, disse Hooks, os corpos das mulheres negras têm sido considerados apenas corpos, sem mentes.

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. (HOOKS, 1995, p. 469)

É exatamente a aceitação cultural dessas representações que continuam a informar a maneira como as mulheres negras são vistas. Em termos culturais, o corpo da mulher negra é colocado numa categoria tida como bastante distante da vida mental, mostrou a autora. Nos lares nos Estados Unidos, segundo Hooks, não é comum a presença de mulheres negras trabalhando como domésticas, mas isso não impede o fortalecimento de suposições racistas e sexistas de que esse grupo de mulheres é naturalmente mais capacitado para cuidar dos outros. Essa mentalidade, disse Hooks, vem da construção da mulher como ama de peito que amamenta e sustenta a vida de outros ou como a mãe preta que cuida de todas as necessidades dos brancos e dos mais poderosos.

Bell Hooks salienta que existe uma insistência cultural para que as mulheres negras sejam consideradas inatas para o trabalho doméstico e que, provavelmente, a aceitação passiva desses papéis por essas mulheres seja um dos principais fatores que as impedem de seguirem outros caminhos profissionais ou, nas palavras da autora, tornarem-se intelectuais. Em sua própria infância, o trabalho doméstico tinha que estar acima de qualquer outra atividade. Caso isso não fosse cumprido, ela corria o risco de ter seus livros queimados. De acordo com ela, essa situação

[...] incutiu em minha consciência o senso de que era de algum modo não apenas errado preferir ficar sozinha lendo, pensando e escrevendo, mas também meio perigoso para meu bem estar, e um gesto de insensibilidade para com o bem estar dos outros. Na idade adulta passei anos julgando e por isso fazendo com que fosse importante para mim terminar qualquer outra tarefa, por mais inconseqüente que pudesse ser, para só depois me dedicar ao trabalho intelectual. Claro, muitas vezes eu chegava no espaço destinado a esse trabalho cansada, exausta e sem energia. A socialização sexista inicial que ensina as negras e na verdade a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazerem do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (HOOKS, 1995, p. 469-470)

Lélia González (1984) afirma que, historicamente, as atividades destinadas às mulheres negras no Brasil fizeram com que elas incorporassem a inferioridade e a subordinação. Como trabalhadoras, essas mulheres não tinham as qualificações que o mercado exigia. Chamada de “boa aparência” (DAMASCENO, 1997), a condição trouxe como consequência a reserva de posições consideradas subalternas no mercado de trabalho, mais especificamente, o emprego doméstico.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí. (GONZÁLEZ, 1984, p. 230-231)

Analisando a questão da relação do corpo da mulher com o trabalho, Maria Ignez Paulilo (1987) aborda as diferenças entre trabalho leve e trabalho pesado, destinados a homens, mulheres e crianças no Sertão da Paraíba no final da década de 1970. O trabalho considerado pesado, mostrou Paulilo, era o relacionado com a limpeza do mato e com a criação do gado. Já as mulheres, responsáveis pelo “trabalho leve”, ajudavam no plantio, na colheita e eram responsáveis pelas atividades domésticas. As mulheres dedicavam-se também a ocupações artesanais, como a produção de redes e chapéus, por exemplo. Essas atividades, diz Paulilo, são realizadas como forma de complementar a renda familiar.

A mulher encarregada pelo trabalho doméstico e o homem exercendo o papel de provedor da família é a configuração familiar que aparece na origem da maior parte dos sujeitos de pesquisa. (ÁVILA, 2009). O sustento da casa, também observou Paulilo, cabe ao homem, enquanto a mulher emprega-se apenas para “ajudar em casa” ou garantir um “dinheiro a mais”. No “trabalho leve” feminino, a mulher planta, arranca mato miúdo e aduba. Para isso, referente a um dia de trabalho, a mulher recebe a metade do pagamento do homem, pois não é considerado um “trabalho pesado”. O que determina o valor de uma diária não tem a ver com o tempo ou esforço, mas sim com o sexo de quem a recebe.

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é freqüente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos têm remunerações distintas. (PAULILO, 1987, p. 4)

Mirtes foi questionada, em suas relações sociais, sobre o seu corpo enquanto estética e enquanto competência. Ainda que estivesse habilitada para exercer determinadas funções, era sobre o seu corpo que esses outros atribuíam expectativas. Novamente citando Hooks (1995), “só corpo, sem mente”. A sua relação com o trabalho doméstico remunerado começa na casa de Sarí. Sua mãe, Dona Marta, trabalhava para esta família desde 2014. Nesse mesmo ano, Mirtes engravidou e “descansou”<sup>32</sup> de Miguel. Ela e seu companheiro Paulo, que moravam em Obó, no interior, foram convidados por Dona Marta para morarem juntos na casa que ela havia comprado no Barro, após a filha ter se divorciado e vendido a casa de Bonança. Miguel tinha um ano de vida.

Aí depois que Miguel completou um ano foi que eu comecei a buscar emprego. E surgiu a oportunidade de eu fazer faxina. Mãinha disse: “Ó, lá na casa de Sarí tá precisando de uma pessoa pra fazer faxina. Você quer?” Eu disse: “Quero.” Aí eu fui. Comecei a fazer faxina. Sarí se agradou de mim, da faxina que eu fiz. E toda sexta-feira eu ia fazer faxina. (Mirtes Renata)

Após um certo período, Mirtes começou a trabalhar de segunda a sexta para Sarí. Com a chegada da pandemia de Covid-19, seus patrões decidiram ficar na casa que tinham em Tamandaré:

E ela disse pra gente... Disse que todo mundo ia pra Tamandaré pra se proteger da pandemia. Então a gente pegou e foi pra Tamandaré se isolar lá. Apesar que, no começo, houve realmente um isolamento. Mas depois, gente de fora começou a vir pra casa deles e isolamento em si já era. E foi nesse período também que eu peguei Covid. [...] algumas vezes também eu precisei vir a Recife com eles pra fazer faxina no apartamento. Eles sempre saíam pra resolver uma coisa ou outra e eu ficava fazendo faxina no apartamento. Foi nesse período também que eu contraí Covid. Mesmo doente eu continuei trabalhando. Eu fazia uma coisa ou outra. Depois ia deitar. Aí levantava e ia fazer outra coisa. Depois ia deitar de novo. E foi assim, até eu me recuperar. (Mirtes Renata)

---

32

Durante a entrevista, Mirtes usou o termo descansar para se referir ao nascimento de Miguel. Num artigo de Maria do Socorro Aragão, da Universidade Federal do Ceará, sobre linguagem regional popular no Nordeste, nos chamados “dicionários regionais”, Aragão aponta “descansar” como tendo o sentido de dar a luz, parir, ter filho. O *Dicionário Aurélio Buarque*, diz a autora, registra o termo como brasileirismo. Disponível em: <https://profala.ufc.br/wp-content/uploads/2018/04/trabalho2.pdf> Acesso em:30/10/20

Junto de seus patrões, sua mãe e seu filho Miguel, Mirtes seguiu para a casa de Tamandaré, onde passou quase três meses. Ela contou que, lá, iniciava suas atividades por volta de oito horas da manhã, mas não tinha horário pra finalizá-las.

Eu fazia as coisas, acompanhava a aula de Miguel. Quando terminava o almoço, minha mãe dava com a limpeza da cozinha. Dava um intervalozinho, aí eu descansava um pouco. Sentava lá na frente um pouco. Aí estourando, quando dava umas cinco horas, eu voltava pra cozinha que era pra fazer o jantar. E eu só me recolhia depois que todo mundo jantasse, lavava a louça, recolhia os pratos, lavava. Depois que eu ia me recolher, tomar banho. Umas sete e meia, oito horas da noite. Já teve dias de eu largar nove horas da noite. (Mirtes Renata)

Perguntei a Mirtes se lá tinha um quarto para que ela dormisse com sua família:

Lá tinha o quarto de empregada, mas com esse período de pandemia ela disse que não ia receber ninguém de fora, aí ela deixou a gente dormir num quarto de hóspedes. Aí a gente dormia no quarto. Neste quarto tinha um banheiro, tinha TV. Aí a gente passou esse período dormindo nesse quarto. (Mirtes Renata)

Como não lembrar novamente de Jéssica, personagem do filme “Que horas ela volta?”, quando ela chega de Pernambuco para ficar com sua mãe na casa de seus patrões, se oferecendo para ocupar o quarto de hóspedes? O quarto de empregada é lugar de segregação (Brites, 2007). Ele existe exatamente para separar, em momentos que não estejam relacionados ao trabalho, a doméstica dos espaços de intimidade da casa, ou seja, a existência do quarto da empregada estabelece limites à circulação dessa trabalhadora. Durante a estadia de Mirtes com sua família em Tamandaré, não foi o seu caso. Mas isso me leva a pensar sobre quantos e quais sacrifícios os patrões estão dispostos a se submeterem para manterem suas trabalhadoras em suas casas durante uma pandemia.

A rotina de trabalhos no apartamento em Recife também era intensa. Mirtes, como foi dito, cuidava da comida e dividia as outras tarefas com sua mãe. Nesses cuidados, contou Mirtes, também fazia parte de suas atividades “olhar as crianças”.

Era específico. Eu preparava as refeições. Tudo da cozinha era comigo. E ajudava a organizar uma parte do apartamento. Mãinha tomava conta das roupas e limpava outra parte do apartamento. E as duas olhavam as crianças. Ela [a patroa] saía pra shopping, pra médico. Não dava pra levar as crianças. A mãe dela [ficava] deitada. Às vezes, viajava. E a gente tinha que se revezar nos serviços e com as crianças também. Já houve vezes que minha mãe... ela mandava minha mãe ir dormir lá no apartamento pra olhar as crianças porque ela ia sair. Ou então no outro dia ela precisava sair muito cedo e minha mãe dormia no trabalho. E depois de tudo isso que aconteceu, algo muito chato que ela me disse, algo que machucou... Lá na delegacia

quando eu fui encontrar ela, ela disse na minha cara que a gente olhava os filhos dela porque queria. Que não tinha obrigação não. Mas a gente olhava porque havia necessidade e, também, porque muitas vezes porque ela mandava. (Mirtes Renata)

Em muitos casos de trabalhadoras domésticas, podemos observar que várias funções são realizadas na rotina de trabalho, mas que não foram “combinadas” no ato da contratação. Há no emprego doméstico o trabalho remunerado e o não-remunerado. Algumas atividades e responsabilidades vão, aos poucos e sutilmente, se incorporando na rotina da trabalhadora. Sem que se perceba muito, o trato que antes era cozinhar, limpar a casa e cuidar das roupas, por exemplo, já se transformou numa quantidade incalculável de pequenos favores e gentilezas que, no final no mês, não correspondem ao salário pago, mas podem explicar a sobrecarga de trabalhos físico e mental que descarregam sobre esta mulher: idas ao mercado, cuidados com as crianças, limpar os sapatos, idas às lavanderias, levar as crianças para aulas de dança ou ao dentista, cuidados com os animais, dentre tantos outros. E se Mirtes não precisasse interromper o preparo do almoço para descer com o cachorro?

Mirtes me contou sobre a sua relação com a igreja. Denominando-se católica<sup>33</sup>, falou sobre sua relação com a música, com a oração, com lideranças de ministérios e com a falta de tempo que, após começar a trabalhar em Recife, dificultou sua ida às missas:

Já cantei na igreja, já. Muito tempo, muito tempo. Aí eu casei. Engravidei, casei. E depois vim morar aqui em Recife e fui trabalhar. E às vezes eu chegava muito cansada e não dava pra ir à missa aqui da capela. Que aqui próximo de casa tem uma capelinha. Capelinha de Santo Antônio. Quando eu morava em Bonança, eu fazia parte da Paróquia de Santa Teresinha. E foi um período muito bom, muito bom quando eu participava efetivamente mesmo na igreja. Aí agora não tô tão praticante, porquanto eu tava trabalhando, chegava cansada. (Mirtes Renata)

De acordo com Maria Betânia de Melo Ávila (2009), as trabalhadoras domésticas do Recife têm a mais longa jornada de trabalho das regiões metropolitanas no Brasil, com uma média de 47 horas de trabalho por semana, sejam elas trabalhadoras de carteira assinada ou não. Em Recife também, mostrou a autora, se concentra o maior número de trabalhadoras domésticas que exercem suas funções para além da jornada de trabalho legal de 44 horas. Em Tamandaré, Mirtes chegou a trabalhar quase 12 horas por dia. Conforme apontou o estudo de Ávila, não só no Brasil como em

---

33

Ávila (2009) destaca em seus estudos uma informação importante sobre a influência da Igreja Católica na vida das trabalhadoras: “A Igreja Católica, através da sua ala chamada de “progressista”, foi um sujeito de fundamental importância na organização das empregadas domésticas do Recife, tanto do ponto de vista da formação política das primeiras militantes, como do apoio material e pessoal a essas militantes em situação de pobreza. A sede do sindicato é, até hoje, de propriedade da Diocese do Recife.” (2009, p.162)

outros países da América Latina, as longas jornadas de trabalho são uma realidade que acompanham o desenvolvimento do emprego doméstico. Em Recife, Mirtes saía de casa cedo para que conseguisse estar no apartamento de Sarí por volta de oito horas da manhã. Ela precisava pegar dois ônibus e um metrô e levava em torno de uma hora e meia de sua casa no Barro até a capital. Em seu estudo, Ávila afirma:

Se acrescentarmos a essas jornadas diárias de trabalho o tempo gasto nos deslocamentos entre a casa e o trabalho, o uso do tempo no cotidiano do trabalho remunerado vai ser acrescido de duas a quatro horas, levando em conta os trajetos de ida e volta entre a residência e o local do emprego. A maioria das empregadas domésticas, neste estudo, reside em áreas periféricas da cidade do Recife ou em outros municípios da Região Metropolitana. As residências nas quais trabalham estão situadas em diversos bairros de classe média e alta que compõem as regiões mais urbanizadas, no sentido de infra-estrutura e bem-estar, e distantes das áreas periféricas nas quais essas trabalhadoras residem. Os deslocamentos refletem, portanto, o acesso desigual das classes ao solo urbano, também analisados como elemento importante do contexto dos sujeitos. (ÁVILA, 2009, p. 188-189)

O tempo livre de trabalho, segundo Ávila, é um tempo escasso no cotidiano dessas trabalhadoras. Antes do trabalho doméstico, Mirtes conseguia manter uma rotina e relação com sua igreja. Depois, parou de frequentar, pois o cansaço a consumia. O tempo do trabalho, prossegue a autora, se constitui como um impedimento para realização de outras atividades, e as formas de superação desse impedimento estão sujeitas a tensões permanentes. (ÁVILA, 2009, p.210)

Já caminhando para o final de nossa conversa, Mirtes falou do ocorrido com Miguel. Sua narrativa nas redes sociais, nas entrevistas aos programas de televisão e em tantos vídeos disponíveis na internet são bastante impactantes. Mas ouvi-la contar sobre quando encontrou Miguel caído no chão, olhar em seus olhos e entender que ela está compartilhando a lembrança dolorosa daquele momento, foi profundo e comovente. Eu, no lugar de mãe, quis abraçá-la. Quando Mirtes tomou fôlego para começar a falar sobre o dia 2 de junho de 2020, foi como se eu tivesse puxado o ar junto dela. A sensação foi de não respirar durante os minutos em que ela falava. Um silêncio desconcertante me ameaçava. Então, ela não quis mais falar sobre o assunto. Foi quando eu soltei o ar e dei outro rumo para entrevista. Foi quando ela começou a me contar sobre sua rotina com o trabalho no apartamento de Sarí, desde a hora em que saía de casa até a hora em que retornava. Falou sobre como Sarí a apresentou à corrida, sobre a sua relação com o grupo de corredores e, então, da relação de Miguel com a igreja:

Ele gostava de ir pra igreja. Gostava. Quando ele ia pra missa, ele dizia: “Oh, mamãe, Jesus tá falando.” Ele chamava o Padre de Jesus. É que ele não entendia que era padre, né? Representante e tudo mais. Ele dizia que o padre era Jesus. Ele sabia rezar o Pai Nosso, sabia rezar o “Santo anjo do senhor”. Todo dia de noite, antes de dormir, a gente rezava. Deitava com ele na cama e a gente rezava. (Mirtes Renata)

Já no fim da entrevista, Mirtes me contou sobre como estava lidando com a nova rotina sem Miguel e sem trabalho. Ela me disse que tinha voltado a correr e que ia começar um acompanhamento psicológico junto de sua mãe. Mas que estava muito comprometida com o caso do filho, com questões judiciais e assuntos diversos. Pelo fato de estar sem trabalho, perguntei a Mirtes como estava enfrentando e superando essa questão em sua vida:

A gente tá vivendo de doação. O pessoal da rede de mulheres negras todo mês manda uma cesta básica pra gente. Eles também, com algumas pessoas da rede, depositaram alguns valores na minha conta. Pessoal do Gajop<sup>34</sup> também tá ajudando. Tem uma atriz que eu não posso falar o nome, porque ela pediu sigilo, também tá me ajudando. Então, assim, a gente tá vivendo de doação. Pra mim é uma situação um pouco difícil, assim... Não achando ruim a doação. É bom. Graças a Deus! Deus tá abençoando pra não passar necessidade. Mas porque, assim, eu sempre fui acostumada a trabalhar pra ter as minhas coisas, pra ganhar meu dinheiro. Fui acostumada a trabalhar pra ter meu dinheiro. Então eu preciso resolver essa questão trabalhista pra poder arrumar logo um emprego. (Mirtes Renata)

Quando encontrei o perfil de Mirtes numa rede social, tratava-se de uma conta privada com pouco mais de 500 seguidores. Precisei solicitar para que ela me permitisse acompanhá-la. Na mesma época em que Mirtes respondeu à minha mensagem, ela deixou o seu perfil aberto para todo o público e iniciou a sua luta por justiça, se apropriando das ferramentas que estavam disponíveis para que ela pudesse ter voz. Atualmente, Mirtes Renata conta com quase 22 mil seguidores em sua rede, onde manifesta diariamente a sua dor, a sua saudade, a sua nova rotina e, principalmente, o seu desejo de justiça por Miguel. Sobre o movimento nas redes sociais que essa mulher negra, periférica e trabalhadora tem feito para que a tragédia com seu filho não seja esquecida, eu discutirei alguns pontos no próximo capítulo. Analiso também a figura de Sarí a

---

34

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP é uma entidade da sociedade civil, criada em 1981, que tem como missão institucional defender e promover os Direitos Humanos, com foco no Acesso à Justiça e Segurança, em especial, dos segmentos socialmente vulneráveis. Atua há mais de 35 anos na defesa irrestrita de direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://gajop.org/sobre-o-gajop/>  
Acesso em: 29/11/20

partir de uma entrevista que ela concedeu a um programa de televisão e, por fim, construo um diálogo entre a história de vida de uma pessoa da minha família, minha tia, na sua relação com o trabalho doméstico durante a pandemia.



e quarenta. A gente pegou o ônibus, pegou o metrô. Aí cheguei sete horas em pontinho. Eu cheguei até um pouco mais cedo no trabalho por conta que ela pediu pra eu chegar uma hora mais cedo. Ela precisava que eu olhasse a filha dela enquanto ela levasse a mãe dela pro aeroporto. Então eu cheguei mais cedo, levei meu filho. E quando a menina acordou, eu fiquei lá. Eles ficaram lá brincando. Depois chegou a manicure e foi o tempo que ela chegou e fez uma parte da unha dela, porque ela precisou sair pra ir ao dentista que ela tinha hora marcada. E eu fiquei tomando conta das crianças. E as crianças tavam brincando e corria prum lado e pro outro e eu dizia: “Não, não corre”. Pra não bater nas coisas, pra não quebrar, pra não cair, se machucar. Aí pegava as crianças, botava pra sentar na mesa da cozinha pra assistir desenho. E elas correndo prum lado e pro outro, prum lado e pro outro e eu sempre chamando atenção pra não acontecer nada. Aí eu disse: “Pronto! Já que ninguém quer me obedecer, ninguém vai passear com Mel”, que é o nome da cadela. “Bora fazer assim, vocês vão ficar se comportando. Aí mais tarde antes de eu sair, eu levo vocês pra passear com Mel. Mas agora vocês não vão porque vocês tão me aperreando”. Aí foi tempo que minha patroa chegou e eu disse: “Sari, eu não vou levar as crianças pra passear com Mel por conta que eles tavam aperreando e eles vão ficar aí contigo.” Aí ela: “Ah, tá certo! Vai-se embora que eu olho eles aqui.” Fui embora. (Mirtes Renata - Programa Encontro)

Por que razão as trabalhadoras domésticas passeiam com os cachorros? Ou por que os cuidados com o cachorro da família se tornam responsabilidade da trabalhadora doméstica? Podemos chamar essa atividade de “trabalho doméstico gratuito” (Ávila, 2009). Numa das histórias de vida que analisei (Silva, 2017), atentei para relação da trabalhadora com o cachorro da casa. Era ela quem limpava a sujeira que o animal fazia no apartamento, como também dava banho, alimentava e descia para a rua à noite para passear por alguns minutos. Em entrevista, a trabalhadora contou que sair à noite para passear com o animal, por outro lado, era um momento no dia em que ela podia respirar um pouco e sair do isolamento ao qual era submetida.

A antropóloga Dora Porto (2008), por sua vez, vai debater a questão do isolamento social que atinge dezenas de trabalhadoras que passam toda semana sozinhas dentro dos apartamentos onde trabalham, consumidas pelo excesso de tarefas que mal têm tempo de almoçar ou ver a luz do dia. Quando observadas em detalhe, afirma Porto (2008), as histórias de vida das trabalhadoras domésticas revelam que a dor e o sofrimento físico, psicológico e moral, inseparável do trabalho doméstico, são fatores que comprometem a saúde e levam ao adoecimento. No caso, não me parece ser a situação de Mirtes, que mais demonstrava correr para cumprir uma das dezenas de tarefas que tinha para fazer no dia. Ainda mais se considerarmos a tensão em torno dos lugares naquele momento por causa da pandemia. Mirtes prosseguiu na entrevista ao programa:

E ele ficou chorando um pouco e tudo mais. Eu disse: “Mamãe já volta. Mamãe já vem.” E fui-me embora. Quando eu voltei ao prédio, fui à

portaria, peguei uma encomenda. Quando cheguei em frente ao elevador social, o zelador saiu da sala do encarregado “às carreiras”, dizendo que alguém havia caído lá do prédio. Chega deu uma dor forte no meu peito. A gente pegou o elevador e foi até o L. Quando chegou lá, quem tava ali no chão era meu filho. Meu filho tava estirado ali no chão. Eu gritei: “Miguel, Miguel, volta. Não faz isso comigo. Não faz isso com mãe. Porque você fez isso, meu filho?” Ainda chamei: “Sarí, Sarí, me ajuda! Miguel que tá aqui no chão.” E eu olhei o batimento dele, ele tava vivo ainda. Nisso o encarregado chegou, segurou a mãe de Miguel, fez uma oração e pediu pra ele respirar. Teve uma hora que ele abriu a boquinha e ficou respirando, respirando pela boca. Aí o olhar fixo sem piscar. Ele não piscava. Eu disse: “Nossa Senhora, que sofreu pelo seu filho na cruz, tira minha vida e dê ao meu filho. Deixe meu filho viver.” E nisso chamaram o SAMU. Chamaram a polícia. A polícia veio e não fez nada. O SAMU tava demorando. Nisso veio um morador do prédio que é médico, olhou o Miguel, aí ele disse: “Miguel ainda tá vivo, mas precisa ser socorrido com urgência.” Minha patroa subiu, pegou a minha bolsa. Pegou a chave do carro. E a gente socorreu Miguel, pro hospital da restauração. Chegando lá, Miguel ainda chegou com vida. Depois Miguel foi a óbito. (Mirtes Renata - Programa Encontro)<sup>37</sup>

O caso de Miguel comoveu o Brasil. No dia 2 de junho, um menino negro de cinco anos havia caído do nono andar de um dos prédios mais luxuosos da capital de Recife. Mas o que havia acontecido? Miguel estava brincando dentro de um apartamento com outras crianças, sob os cuidados de um adulto,. O apartamento de Sarí está localizado no quinto andar do prédio. Mirtes havia descido para passear com o cachorro da família e deixado seu filho sob os cuidados de sua patroa. Após o trágico acidente, Sarí levou Mirtes e o menino ao hospital.

O médico, as enfermeiras...botou meu filho lá, numa salinha e disse: “Mãe, você vai ter que ficar aqui”. Eu disse: “Não. Eu preciso tá do lado do meu filho”. E aquela dor no meu peito foi apertando mais ainda. Foi apertando mais ainda. Ela disse que meu filho não resistiu. Aquilo doeu tanto. Eu perdi meu filho. Por uma questão de falta de paciência. O tanto que eu tinha paciência pros filhos dela. Ela confiava os filhos dela de olhos fechados, a mim e a minha mãe, que trabalhava pra ela. Ela confiava totalmente na gente. E por uma questão nem de 10 minutos ela não teve paciência com meu filho e não tirou meu filho daquele elevador. (Mirtes Renata - Programa Encontro)

Através de material jornalístico produzido e disponibilizado na internet, onde acessei textos, vídeos e entrevistas, observei as narrativas de vários sujeitos: as falas de Mirtes, do pai de Miguel, da avó de Miguel, da tia de Miguel, de Sarí e de outros personagens. O drama que

---

37

Entrevista disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8605167/> Acesso em 14/11/20

envolveu essas famílias pode ser visualizado naqueles minutos captados pelas câmeras do prédio onde Mirtes trabalhava: Miguel entrou e saiu diversas vezes do elevador. Nessas idas e vindas, ele trocava do elevador social para o elevador de serviços. Tudo aconteceu na presença de Sarí. Nos vídeos é possível perceber que ela conversa com o menino. Na última vez em que Miguel acessa um dos elevadores, Sarí aperta, ao que tudo indica até o momento, o botão que leva para a cobertura do prédio. Ainda dentro do elevador, Miguel aperta outros botões. Sozinho, o menino saiu do elevador quando este chegou ao nono andar. Foi a última vez que as câmeras captaram imagens de Miguel ainda com vida. Poucos minutos depois, ele foi encontrado caído no chão da parte térrea do condomínio.

É algo que, depois que eu enterrei meu filho [...] Teve o velório. Ela foi pro velório. Mas eu não tinha visto a filmagem. Eu não vi a filmagem. Tanto que eu até estranhei a reação da minha irmã no velório. Eu disse: “Gente, por favor. Eu quero paz no velório do meu filho. Respeitem”. Tanto que quando eu cheguei no velório, Sarí tava lá e Serginho. Eu fui, abracei os dois. Minha mãe também abraçou. A gente não tava sabendo do que realmente aconteceu. E depois que eu enterrei meu filho, eu cheguei em casa e recebi o vídeo das câmeras. E vi o que realmente aconteceu. Poxa! Aquilo me bateu um, sei lá, uma raiva. Uma angústia. Eu liguei pra ela. Eu peguei e liguei pra ela, porque ela não tinha ligado pra mim. Liguei e perguntei: “Sarí, por que você deixou meu filho no elevador? Por que você não pegou ele pela mão e tirou ele do elevador? Por que você apertou pra ele ir lá pra cima, pra cobertura? Sarí? Eu amo teus filhos, como se fossem meus. Um único momento que eu confiei meu filho a você, você deixou meu filho naquela situação. Por quê?” Ela disse: “Não, eu não apertei o botão do elevador. Eu vou provar a você”. Só ficou dizendo que ia provar a mim, que não apertou. Ela pode provar o que for. Mas ela deixou o meu filho dentro do elevador. Ela deixou o meu filho em risco. Ela deixou meu filho em perigo. Ela deixou o meu filho dentro do elevador. Ela deixou a porta fechar. Ela não teve a coragem, a capacidade de segurar na mão do meu filho e tirar dali de dentro. Porque se fosse o filho dela, a filha dela que tava no apartamento, eu tinha tirado. A única coisa que ele queria era a mim. Ele só queria a mãe dele. E ela não teve um pingão de paciência com o meu filho, enquanto eu tive toda paciência do mundo com os filhos dela. (Mirtes Renata - Programa Encontro)

A fala de Mirtes nos permite observar alguns importantes sentimentos característicos das mulheres negras, amas-de-leite, que tinham seus próprios filhos tirados de seus braços para que pudessem se dedicar aos cuidados dos filhos das mulheres brancas da Casa Grande. No documentário “Babás” (2010), de Consuelo Lins, a diretora aborda o comportamento e as particularidades que constituíam a personalidade dessa mulher escrava no século XIX. Ao analisar uma fotografia de 1860 feita em Recife, onde é retratada a imagem de uma ama-de-leite, que tinha



ao velório de Miguel, junto de seu marido, o prefeito Sérgio Hacker. Lá ela foi hostilizada por pessoas que já haviam assistido ao vídeo do menino no elevador.

Após a repercussão do vídeo e do caso, a internet foi tomada por diversas manifestações, levando, inclusive, Sarí a se desconectar das suas redes sociais, nas quais se mostrava uma pessoa altruísta, pedindo doações para um hospital infantil nos Estados Unidos. Na mesma semana, enquanto diversas plataformas apelavam para que Mirtes se manifestasse, Sarí se negou a conceder entrevistas. Após três dias de silêncio, divulgou uma carta direcionada a Mirtes. No dia em que a carta foi divulgada, Mirtes já havia concedido entrevistas ao vivo em rede nacional. Na carta, Sarí dizia:

Carta a Mirtes,

Como mãe, sou absolutamente solidária ao seu sofrimento. Miguel é e sempre será um anjo na sua vida e na sua família. Não há palavras para o sofrimento dessa perda irreparável. Nunca, mas nunca mesmo, pude imaginar que qualquer mal pudesse acontecer a Miguel, muito menos a tragédia que se sucedeu. Te peço perdão. Não tenho o direito de falar em dor, mas esse pesar, ainda que de forma incomparável, me acompanhará também pelo resto da vida. Estou sendo condenada pela opinião pública como historicamente outros foram. As redes sociais potencializam o ódio das pessoas. Tenho certeza que a Justiça esclarecerá a verdade. Na nossa casa sempre sobrou carinho e amor por você, Miguel e Martinha. E assim permanecerá eternamente. Rezo muito para que Deus possa amenizar o seu sofrimento e confortar seu coração. (Sarí Gaspar Côte Real).<sup>39</sup>

No mesmo dia, dezenas de pessoas se manifestavam em suas redes sociais. Os sites de notícias estavam repletos de matérias relacionadas ao caso. Homenagens, “vaquinhas on-line”, desenhos, textos, poesias, reflexões. No mesmo dia, havia acontecido um protesto próximo ao prédio onde Mirtes trabalhava. Dezenas de pessoas se reuniram pedindo justiça por Miguel. O que tirou a vida de Miguel, o menino preto de cinco anos, filho da trabalhadora doméstica?

Um mês e dois dias depois, o programa de televisão “Fantástico” também da *Rede Globo*, que mostrou detalhes do ocorrido com Miguel na semana do acidente, trouxe uma entrevista exclusiva com Sarí. Na mesma semana, ela havia sido indiciada por abandono de incapaz, podendo vir a ser condenada em até 12 anos de prisão. Sarí concedeu uma entrevista de sua própria casa, transmitida na noite do dia 05 de julho de 2020 à repórter Beatriz Castro. Abaixo, a entrevista foi transcrita na íntegra.

---

39

A carta divulgada para a imprensa pela assessoria do prefeito de Tamandaré e marido de Sarí, Sérgio Hacker, está disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/06/patroa-sari-corte-real-divulga-carta-sobre-a-morte-do-menino-miguel.html> Acesso em 08/11/20

Repórter: Ele abriu a porta sozinho para ir atrás da mãe?

**Sarí:** Sim. Pra ir atrás da mãe.

Repórter: E o que aconteceu? Você vai atrás dele e vê que ele tá indo pro elevador?

**Sarí:** Ele corre pro elevador. Chama o elevador. Num instante ele chega. Aí quando abre a porta eu seguro e digo: “Miguel, você não vai descer. Volta pra cá pra esperar sua mãe”.

Repórter: Você não apertou o botão?

**Sarí:** Não apertei. Não. Eu só botei a mão, como se fosse acionar [...]

Repórter: Por que que você fez isso?

**Sarí:** Pra ver se eu conseguia... Minha última alternativa pra ver se eu convencia ele a sair. Pra ver se dessa forma ele fosse sair.

Repórter: Ele não tava acostumado com elevador. Você não achou que ele poderia correr risco ali sozinho?

**Sarí:** Não. Isso não me passou pela cabeça.

Repórter: O que que você achou que poderia acontecer se ele ficasse sozinho no elevador?

**Sarí:** Eu não achei que seria essa tragédia. Eu acreditei que ele voltaria pro andar. Pro quinto andar. Até porque ele conhecia os números, sabia tudo. Eu acreditei que ele voltaria pro quinto andar.

Repórter: E quando você viu o Miguel no chão, a mãe desesperada?

**Sarí:** No primeiro momento o que eu imaginei foi que a gente tinha que socorrer. O que a gente podia fazer por ele. Eu dirigi. Só Deus sabe como eu dirigi. Nunca cheguei tão rápido na minha vida num hospital. Eu fiquei com ela lá, até por volta de quatro e meia, quinze pras cinco da tarde. Foi quando eu tive que vir pra casa. Pra poder... Minha amiga precisava ir pra casa. Pra poder ficar com Sofia.

Repórter: Você não se preocupou com o que aconteceu?

**Sarí:** Na mesma hora eu liguei pra Mirtes, mas ao mesmo tempo eu tava tentando acalmar minha filha que também tava desesperada com a situação. Eu me vi ali, naquela situação, com toda aquela movimentação. Minha filha, ele. Eu me senti ali naquela situação sem conseguir falar com Mirtes... Foi tudo muito rápido.

Repórter: Muita gente se pergunta e vou perguntar pra você, por que você não puxou e tirou o menino do elevador?

**Sarí:** Porque o maior contato que eu tive com Miguel foram esses dois meses na pandemia. Todas as vezes que precisava chamar a atenção dele, eu solicitava que ou a mãe ou a avó que fizesse isso. Eu nunca me dirigi diretamente a ele pra repreender ele em nada. Sempre a mãe ou a avó. Eu não me senti segura pra isso.

Repórter: Você sentou pra voltar a fazer a unha?

**Sarí:** Não deu tempo de sentar.

Repórter: Você voltaria pra fazer a unha? Era esse o objetivo?

**Sarí:** Jamais. Diante daquela situação não tinha como. Não tinha cabimento um negócio desse.

Repórter: Você sente algum tipo de culpa ou de arrependimento?

**Sarí:** Eu sinto que eu fiz tudo que eu podia. E se eu pudesse voltar no tempo, eu voltava. Se eu soubesse que tudo isso ia acontecer, eu voltava. E ainda tentava fazer mais do que eu fiz naquela hora.

Repórter: O que você faria de diferente?

**Sarí:** Esperava mais. Não sei. Se eu pudesse voltar no tempo, esperava mais. Não sei. Eu só sei que se eu pudesse voltar no tempo, naquela hora eu faria diferente. Eu fiz nada prevendo o que aconteceu. Eu fiz nada prevendo o que aconteceu.

Repórter: O que você achou do inquérito, da mudança de tipificação do crime, pra um crime mais forte?

**Sarí:** (Silêncio...)

Repórter: Você não esperava?

**Sarí:** Não. Não dessa maneira.

Repórter: Você tem medo de ir parar na prisão, Sarí?

**Sarí:** Não. Até hoje eu tô aqui firme, porque muita gente depende de mim. E se lá na frente o resultado for esse, eu vou cumprir o que a lei pedir. Eu acho que tá na mão da Justiça. Não cabe a mim, não cabe à mãe de Miguel julgar, não cabe à sociedade. Cabe à Justiça. Eu vou aguardar o que a Justiça decidir.

Repórter: Você pediu perdão a Mirtes?

**Sarí:** Pedi.

Durante a entrevista, Sarí estava sentada numa parte da sala de seu apartamento. Vestindo uma blusa branca e uma calça jeans, tinha os cabelos loiros e longos jogados na parte da frente dos seus ombros. Sem brincos e com um colar contendo um pingente dourado com a imagem de uma mulher grávida, Sarí tinha as unhas pintadas e usava um sapato baixo preto. Ao seu lado, uma estante com livros e fotografias. No dia seguinte à entrevista de Sarí, numa segunda-feira, a internet estava novamente agitada em torno do caso de Miguel. Diversas pessoas se expressaram fazendo especulações a respeito da imagem construída por Sarí durante a entrevista. Sempre glamourosa e maquiada nas redes sociais, Sarí causou um impacto na frente das câmeras, conforme descreveu o jornalista Yuri Ferreira para o site *Hypenees*.<sup>40</sup>

A esposa do prefeito de Tamandaré apareceu em rede nacional de cara limpa, sem maquiagem, com um terço na mão e a voz calma. Supondo que a primeira-dama tentou criar uma imagem para se isentar da culpa, algumas falas no mundo virtual afirmaram que Sarí adotou recursos que poderiam ser lidos numa perspectiva da linguagem semiótica. No caso de Sarí, a sua postura e a maneira como estava vestida, estavam carregadas de significados. Observou-se a fala calma e pausada, como se lhe faltasse o ar. A cor da roupa, o terço católico, a ausência de maquiagem. A construção da imagem da candura, nenhum símbolo de riqueza sendo ostentado.

Uma análise de discurso feita por Luana Soares (UnEB) e Danielle Ferreira (UFB) reflete sobre a fala de Sarí no programa dominical.<sup>41</sup> As autoras problematizam certas questões afirmando

<sup>40</sup>

Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/07/sari-corte-a-construcao-de-boa-moca-da-indiciada-pela-morte-de-miguel-em-entrevista-ao-fantastico/> Acesso em: 02/11/20

<sup>41</sup>

Disponível em: <https://midia4p.cartacapital.com.br/a-entrevista-de-sari-corte-no-fantastico-uma-analise-de-discurso-e-de-imagem/> Acesso em 02/11/20

que faz parte do “lugar da branquitude”, enquanto identidade, sugerir uma “bondade natural”. Vimos em Chalhoub (1996) a preocupação da sociedade branca com a libertação dos escravos, quando chamavam os pobres de classes perigosas. As autoras vão apontar, por exemplo, para o fato de Sarí ter sido privilegiada durante seu depoimento, quando teve a delegacia de polícia aberta para ela duas horas antes do horário em relação ao qual costuma funcionar, na expectativa de que ela não fosse constrangida ou mesmo por questões de segurança. Na entrevista, as autoras observam um detalhe importante: ao “afirmar que fez tudo o que podia”, Sarí transfere a responsabilidade pelo ocorrido para o menino Miguel. Quando se supõe que a responsabilidade do que aconteceu foi da própria criança, dizem as autoras, o processo de adultização forçada que é infligida à criança negra no Brasil é fortalecido.<sup>42</sup>

Buscando compreender de forma mais analítica a figura de Sarí, investiguei um artigo de Maria Aparecida Silva Bento (2002) sobre branqueamento e branquitude no Brasil. A autora discute importantes aspectos acerca deste tema, onde diz que a noção de branqueamento em nossa sociedade é considerada um problema do negro que “descontente e desconfortável na sua posição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir-se de suas características raciais.” (2002, p.1). Bento observa que nesse processo não há muitas análises sobre o branco, a não ser quando ele é apresentado como um modelo universal de humanidade:

Considerando seu grupo como padrão de referência de toda espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa a sua identidade racial, danifica a sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (BENTO, 2002, p. 2)

Bento levanta uma discussão em torno do papel do branco nas desigualdades raciais e afirma que a falta de análises voltadas para esse sujeito implica na persistente ideia de que as desigualdades raciais no Brasil são um problema do negro. Por que há um silêncio sobre o branco? O branco, afirma a autora, reconhece as desigualdades raciais, mas não as associa à discriminação.

---

42

Ao longo de alguns anos tem se desenrolado no Brasil uma discussão em torno da redução da maioria penal. Em 2015, a PEC 171/93 chegou a ser aprovada pelo Congresso, mas ainda aguarda apreciação do Senado. Entre os argumentos que vão contra a redução da maioria penal está o fato de que essa redução atingiria principalmente jovens em condições sociais vulneráveis, ou seja, jovens negros, pobres e periféricos seriam os mais afetados. Esse é o perfil predominante dos presos no Brasil, uma população que já ultrapassa a marca de 750 mil pessoas. Disponível em: <https://www.politize.com.br/reducao-da-maioridade-penal-argumentos/> e <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados> Acesso em 14/11/20

Segundo ela, tirar o branco do foco da análise é uma forma de evitar discutir sobre as diferentes dimensões do privilégio. Ainda que esteja em situação de pobreza, o que não é o caso de Sarí, o branco tem o privilégio simbólico da brancura. Segundo Bento, existem benefícios concretos e simbólicos para que se evite caracterizar o lugar do branco em nossa história. Isso que a autora denomina de silêncio e cegueira legítima o não compensar ou o não indenizar o negro. Neste sentido, as políticas de ações afirmativas, por exemplo, são consideradas protecionistas.

Na imagem de Sarí, vimos então uma mulher branca, que parece ter buscado transmitir uma reputação imaculada durante uma entrevista. Na perspectiva de Bento, esse comportamento da branquitude é uma forma de praticar a violência racial e dela se beneficiar concreta ou simbolicamente.

Inicialmente, Sarí buscou silenciar: excluiu suas redes sociais e, provavelmente, se preservou dentro de casa. Como vimos antes, alguns dias após a tragédia, ela tornou pública uma carta direcionada à Mirtes na qual lamentava a morte do menino e dizia “sobrar amor em sua casa” por Mirtes e sua família, afirmando ter certeza de que a Justiça iria esclarecer a verdade. Por outro lado, vimos Mirtes gritando aos quatro cantos a sua indignação e a sua dor, participando de programas de TV e de manifestações e ampliando o seu engajamento nas redes sociais. Afinal, foi a própria Mirtes, mulher negra, doméstica e periférica, que ergueu voz por justiça em oposição a uma mulher branca, de poder e influência que, na primeira oportunidade, teve o privilégio, por exemplo, de prestar seu depoimento à polícia num horário fora do atendimento comum à população, na prerrogativa de preservar a sua integridade. Bento observa que:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2002, p. 6)

Bento destacou um importante elemento que está na origem desse processo, que é a questão do medo. O medo daquilo que é diferente e que está na essência do preconceito. O ideal do branqueamento nasce do medo. Assim como observamos em Chalhoub (1996), que mostrou como os negros eram considerados integrantes de uma classe perigosa e vistos como fontes de problemas, Bento explicou que o medo foi uma forma encontrada pela elite branca, no final do século passado, para resolver problemas de um país ameaçador onde a maioria das pessoas eram não-brancas.

Esse medo assola o Brasil no período próximo à Abolição da Escravatura. Uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país, e tanto eles

como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica durante quase quatro séculos, por parte dessa elite. (BENTO, 2002, p. 10)

A branquitude, afirmou Bento, é uma guardiã silenciosa de privilégios. A noção de privilégio, para a autora, contribui para o entendimento da discriminação e da manutenção das desigualdades. Logo no início de minha entrevista com Mirtes, ela falou sobre as dificuldades e a demora no andamento do processo no caso de Miguel:

Esse tempo todinho, eu disse: “Poxa, ainda nada, nada?” Aí meu advogado disse: “Mirtes, o Fórum tá fechado. Já enviei muitos e-mails pra lá e ninguém responde. Às vezes, quando responde, diz que não sabe informar.” Aí o Fórum reabriu agora há pouco. Aí eu peguei e fui lá no Fórum com minha outra advogada. Eu não pude entrar no Fórum, mas ela entrou e me passou tudo, todas as informações. Eu tava lá fora na portaria. E eu cobreí. Mandeí um áudio e tudo mais, pedindo, cobrando agilidade do pessoal da Cemando, que é uma central de mandados. Porque já fazia bastante tempo e nada de eles notificarem Sarí. (Mirtes Renata)

No mês de julho, Sarí foi denunciada pelo Ministério Público por abandono de incapaz com resultado de morte. Tinha um tempo determinado para apresentar sua defesa e esse prazo foi prorrogado. Em setembro, seus advogados alegaram sua inocência e culparam Miguel pela sua própria morte. No início do mês de outubro, os bens da família Côrtes Real foram bloqueados, de modo que pudessem vir a garantir uma possível indenização para a família de Miguel. A primeira audiência de instrução e julgamento foi marcada para o dia 3 de dezembro de 2020, quando Sarí será ouvida.

A decisão do Ministério Público ressaltou que a relação trabalhista entre Mirtes e seus patrões continha uma série de ilegalidades e que havia “discriminação estrutural” envolvendo as relações de trabalho doméstico, impactando questões sociais e promovendo segregação e preconceito. Isso teria relação com o fato de que Mirtes e sua mãe recebiam seus salários pela folha de pagamento da prefeitura, comandada por Sérgio Hacker. Segundo contou Mirtes:

Quando foi em fevereiro, ela oferece... ela mandou a gente assinar, eu e minha mãe. Ela mandou a gente assinar o contrato para receber pela prefeitura. Não havia outra opção. Ela disse que a gente ia assinar o contrato e a gente ia ficar recebendo pela prefeitura. E infelizmente a gente não tinha outra opção. A gente assinou o contrato pra gente poder receber o nosso salário. E continuamos trabalhando. (Mirtes Renata)

Desde o ocorrido, Mirtes nunca mais retornou à casa onde trabalhava. Ela tem sido acompanhada por advogados que, além de cuidarem do caso referente à morte do menino, também atuam na garantia dos seus direitos enquanto trabalhadora. Mas, e se fosse ao contrário? Essa pergunta circulou por muitas análises sobre a morte de Miguel. Para Mirtes, se fosse ao contrário e ela estivesse encarregada de cuidar de um filho da patroa que tivesse se acidentado, ela acredita que seria muito provável que a maneira com que a Justiça e a sociedade tratariam o caso seria bastante diferente.

Naquele período em que ocorreu o acidente, em Pernambuco, o trabalho das domésticas não era considerado uma atividade essencial. Diante disso, os patrões de Mirtes estavam descumprindo um decreto, obrigando-a ao trabalho, bem como sujeitando-a aos riscos de contrair a doença, o que, de fato, vimos que aconteceu. A morte de Miguel ocorreu na mesma semana em que diversos protestos surgiam ao redor do mundo contra o racismo. Os protestos foram deflagrados pela morte de um homem negro por um policial branco nos Estados Unidos. Para a historiadora Luciana da Cruz Brito (UFRB), os protestos e a morte de Miguel resumem o debate sobre a questão racial nos dois países. Em entrevista à *BBC Brasil*, Brito vai dizer que:

Desde o início da pandemia estamos falando das trabalhadoras domésticas. Elas foram as primeiras a ser infectadas sem saírem do país. Foram as primeiras a aparecer no fundo das *lives* (transmissões ao vivo) das celebridades. Então, essa mulher, Mirtes Renata, a mãe de Miguel, foi infectada, não tinha onde deixar o filho e o levou para o local de trabalho, que era um local de infecção — já que os patrões dela estavam infectados. Esse é o primeiro ponto. Depois temos a cena da patroa em casa rodeada de serviçais. Eu chamo isso de "delírios escravistas coloniais da sociedade brasileira". É o saudosismo do Brasil escravocrata colonial. É o sentimento que faz uma pessoa se rodear de serviçais num contexto de pandemia e de isolamento social. Ainda que esses serviçais, a doméstica, a manicure e o menino, estivessem correndo risco de vida. (Luciana Brito, para *BBC Brasil*)<sup>43</sup>

Num contexto como esse, no qual uma pandemia dissemina uma nova doença que ainda não tem cura, diante de casos como os de Mirtes e Miguel e de tantas outras histórias que não ganharam a mesma visibilidade, posso afirmar que o racismo é evidenciado e as diferenças de classes e intra-gênero são escancaradas. É importante observar quais as possíveis mudanças da epidemia de 1918, quando se denunciavam hábitos de higiene inadequados nas comunidades, para

---

43

Reportagem feita por Camilla Costa para a *BBC Brasil* no dia 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110> Acesso em: 21/11/20

a pandemia de 2020, quando os cidadãos informam que não têm condições de comprar sabonetes para lavar as mãos ou tomar banho. Atentar para o governo de 1918, que ordenava o empilhamento dos corpos dos mortos em carroças da prefeitura, e para o governo de 2020, que orienta os hospitais a acumularem corpos de vítimas da doença em contêineres em seus pátios. O que mudou de Recife do século XIX, quando as ex-escravas precisavam levar seus filhos para as casas onde trabalhavam, para a Recife de 2020, onde vive Mirtes Renata?

Nosso grande desafio não consiste apenas em enfrentar a pandemia, mas em refletir, sobretudo, sobre a maneira como se tem atribuído humanidade e em pensar sobre os diversos impactos que um evento como esse tem sobre os sujeitos que convivem no mundo, projetando um novo modelo de sociedade. Em entrevista para o jornal *El País*<sup>44</sup>, o psicanalista Christian Dunker ressaltou que a escolha entre a vida e a economia durante a pandemia que o Brasil está enfrentando é um movimento que escancara a ideia de que existem vidas que podem morrer, abordando o conceito de necropolítica.<sup>45</sup>

Nas epidemias no Brasil, a raça é uma condição importante. Ela continua sendo um fator determinante que vai estabelecer o lugar de cada indivíduo na sociedade, de acordo com a sua cor, gênero, camada social e outros marcadores sociais de diferença que podem ser acionados, como a sexualidade e a geração, por exemplo. O legado da dinâmica com a gripe espanhola em 1918, segue moldando a saúde pública nos tempos presentes. O número de casos e de mortes aumenta sobremaneira entre a população negra, pois é o grupo mais exposto por conta de questões específicas, provocadas e agravadas pelas desigualdades sociais.

No que diz respeito ao trabalho doméstico, vimos na história de Mirtes que os serviços prestados na casa onde trabalhava eram mais importantes do que a proteção à sua própria vida e à vida de seu filho. Segundo o advogado trabalhista André Barreto, que acompanha o caso, Mirtes estava trabalhando durante um período de isolamento social, no qual o trabalho doméstico não era considerado uma atividade essencial, como destacado nesta pesquisa. Barreto acentua que Mirtes estava reduzida a uma situação de trabalho análogo ao escravo ou pelo menos de precariedade imensa. É por isso, inclusive, que Miguel acompanhou a mãe até o ambiente de trabalho, pois ela não tinha com quem deixá-lo.<sup>46</sup>

---

44

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-08/pandemia-expoe-necropolitica-a-brasileira-e-uma-certa-elite-que-nao-ve-alem-do-umbigo.html> Acesso em 14/11/20

45

Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um [ensaio](#) questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. O ensaio virou livro e chegou ao Brasil em 2018, publicado pela editora N-1. Para Mbembe, quando se nega a humanidade do outro qualquer violência torna-se possível, de agressões até morte. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/> Acesso em 14/11/20

46

Luísa Maria Silva Dantas (2016), por sua vez, destaca em sua tese sobre o trabalho doméstico que:

“[...] os trabalhos que ressaltam as relações entre domésticas e empregadores salientando a ambigüidade e ambivalência da relação tratam de um aspecto emblemático deste arranjo mais ainda bastante atuante nas práticas contemporâneas. Ainda que a quantidade de domésticas que moram na residência do patrão diminua a cada ano, e que os direitos voltados à categoria estejam sendo ampliados, modificando as práticas e representações sobre esta atividade, a continuidade e proximidade das relações estabelecidas no ambiente doméstico continuam colocando o afeto como elemento bastante pertinente nos significados atribuídos às suas ações pelas trabalhadoras. Afeto este bastante sobressaltado quando enfocamos as relações entre babás e crianças, mas que podem já ser adultas.” (DANTAS, 2016, p. 90)

Dantas alerta que essas trabalhadoras podem enfrentar “grandes dificuldades na construção subjetiva de si mesmas”, o que pode influenciar no recebimento das remunerações e na formalização dos vínculos trabalhistas. Nesse sentido, me interessa refletir também sobre como esses sentimentos agem sobre as vidas dessas mulheres e quais os efeitos que esses vínculos podem ter, por exemplo, nas vidas das trabalhadoras e patrões durante a pandemia de Covid-19. Para analisar essas questões, eu revisito a trajetória de uma tia, irmã da minha mãe, trabalhadora doméstica, que estudei em minha monografia. Considero atualmente o fato de esta mulher estar trabalhando durante o período de pandemia e discuto, a partir de uma segunda entrevista, os dilemas enfrentados por ela, bem como as estratégias criadas pelos patrões para que ela permanecesse no trabalho.

Antes disso, prossigo com a trajetória de Mirtes Renata, mas dessa vez analisando sua agência enquanto uma mulher negra e periférica, que tem mobilizado a internet e diversos sujeitos e entidades na luta por justiça para seu filho Miguel. Abordo, inclusive, algumas questões relativas ao uso do celular por trabalhadoras domésticas, tema já explorado em alguns estudos (SILVA, 2007; ÁVILA, 2009; BARROS, 2007). Observo os efeitos e possíveis mudanças que essas ações podem ter provocado na vida de Mirtes. Por exemplo, o fato de a Universidade Federal Rural de Pernambuco ter criado um instituto em homenagem ao seu filho Miguel, e tantos outros eventos que, num espaço muito curto de tempo, tornaram Mirtes superexposta nas mídias.

### 3.2 “E se fosse o contrário?”<sup>47</sup>. A voz do povo é a voz de Mirtes

Em meio a tantas perdas durante o ano de 2020, foi a trágica morte de uma criança negra de cinco anos, que agitou os quatro cantos do Brasil e sugeriu muitas questões e debates devido à forma como tudo ocorreu.

Do mês de junho em diante, desde que Mirtes Renata ficou “órfã de filho”, ela foi acolhida por inúmeras manifestações de afeto, compaixão e humanidade. Em meio a uma pandemia, quando quase toda a população era orientada a permanecer em casa, a internet tornou-se um território de imensa sociabilidade. Um lugar onde passamos a conviver, a trabalhar e a externar, de forma mais intensa e prolongada, nossas emoções e opiniões.

Foi nesse lugar, de conexões incalculáveis e múltiplas redes, que Mirtes Renata percebeu que teria espaço para levantar sua bandeira por justiça e para se fazer ouvida. Conversar com ela era importante para meu trabalho, mas não achava que seria algo possível. Naquele momento, Mirtes estava no foco dos debates sobre racismo e desigualdade e a tragédia que ela vivia era a chamada das principais matérias de programas e jornais mais importantes do país. Enviei uma mensagem e não demorou muito para que Mirtes me respondesse aceitando o meu convite para uma entrevista.

Desde que comecei a estudar Ciências Sociais, alguns temas me provocaram e me causaram certa inquietação. Pensar sobre as novas formas de comunicação e de tecnologia, na perspectiva das Ciências Sociais, era um caminho que eu comecei a desenhar conforme os estudos iam fazendo sentido para mim. Perceber o mundo ao meu redor enquanto filha de trabalhadora doméstica, foi se tornando um exercício mais crítico e desafiador. Quando eu decidi estudar sobre o trabalho doméstico, num primeiro momento, na graduação, optei por analisar os impactos das novas tecnologias no cotidiano das trabalhadoras. Refletir sobre a trajetória de Mirtes, implica também em analisar o seu ativismo nas redes sociais.

Em trabalho anterior (Silva, 2017), busquei analisar os diferentes sentidos de que se reveste o aparelho celular no cotidiano das trabalhadoras domésticas, em seus locais de trabalho. Considerei que o uso do celular é um fenômeno que vem tomando uma proporção cada vez maior, alcançando praticamente todas as camadas sociais. Na categoria das trabalhadoras domésticas, aponte, por exemplo, algumas das principais funções do uso do aparelho de celular, como

---

47

A frase “E se fosse ao contrário?” repercutiu nas ruas de Recife durante um ato realizado por manifestantes, na mesma semana da morte de Miguel. A frase faz referência à fala de Mirtes numa entrevista dada à *Rede Globo* no dia seguinte ao acidente com o menino, quando ela disse: “Se fosse ao contrário, eu não teria direito à fiança.” Disponível: <https://www.diariodolitoral.com.br/brasil/patroa-da-mae-de-miguel-pede-perdao-em-carta-aberta/135363/> e <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/04/meu-rostho-estaria-estampado-diz-mae-de-menino-que-morreu-ao-cair-de-predio-ao-identificar-primeira-dama-de-tamandare-como-patroa.ghtml> Acesso em 08/11/20

combinar escalas de serviço, receber ligações da patroa pedindo para trabalhar em outros horários, poder resolver questões familiares, e as formas de as trabalhadoras se “fazerem presentes” nas vidas dos filhos. Mas, de todas essas funções, eu me interessei particularmente em observar como o uso do celular poderia interferir no sentimento de solidão que essas mulheres manifestavam em suas rotinas.

À medida que estudava as trajetórias de algumas trabalhadoras, notei que havia uma dimensão comunicativa em seus cotidianos, considerando que o acesso ao aparelho celular servia como forma de “minimizar a solidão, democratizar a comunicação, promover acesso à informações e, principalmente, nutrir suas relações de afeto.” (SILVA, 2017, p. 38)

Em dezembro de 2017, a Themis<sup>48</sup> e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) criaram um aplicativo direcionado às trabalhadoras domésticas, denominado *Laudelina*. O nome faz referência a Laudelina de Campos Melo, ativista do movimento negro que, em 1936, criou em Campinas (SP), a primeira associação de trabalhadoras domésticas no Brasil. O aplicativo

Tem o objetivo de divulgar os novos direitos e a criação de uma rede entre as trabalhadoras domésticas e seus sindicatos. O *Laudelina* possui um manual sobre os direitos das trabalhadoras; calculadoras de salários, benefícios e rescisão contratual, lista de instituição de proteção de diferentes cidades do Brasil e redes de contatos de trabalhadoras de uma mesma região, possibilitando a troca de informações, o fortalecimento de uma rede de apoio e facilitando a organização das trabalhadoras. (Site *Themis*)

Mais recentemente, a *Themis* lançou a campanha “Essenciais são nossos direitos”, voltada para o debate em torno da saúde e dignidade das trabalhadoras domésticas em tempo de pandemia.

<sup>49</sup> A campanha busca alertar sobre os impactos da Covid-19 sobre a categoria, divulgando dados como, por exemplo, o fato de 53% dos empregadores terem demitido suas trabalhadoras, o que equivale a mais de 1 milhão de mulheres que perderam seus empregos no Brasil.

Como dito antes, em minha própria pesquisa verifiquei que o uso do aparelho celular tinha impacto importante sobre a vida das trabalhadoras domésticas. Do mesmo modo, Ávila (2009) também observou que o celular apareceu nas conversas com suas interlocutoras, “como uma tecnologia que confere autonomia na comunicação externa” (2009, p. 196). Para que um aplicativo

---

<sup>48</sup>

A Themis – Gênero, Justiça e Direitos humanos é uma organização da sociedade civil criada em 1993, em Porto Alegre (RS), por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça.

<sup>49</sup>

A organização criou um site para debater exclusivamente sobre a questão das trabalhadoras domésticas e da pandemia. Disponível em: <http:// essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br/> Acesso em: 13/10/20

de celular fosse criado para beneficiar as trabalhadoras domésticas, há uma expectativa de que essas mulheres utilizem a ferramenta.

Um exemplo disso é que Mirtes conversou comigo por meio de seu aparelho celular. Provavelmente, é sua ferramenta de comunicação para interagir nas redes sociais e com a mídia em geral. Conforme ela contou, seu filho Miguel, durante algum tempo, no período da pandemia, estava assistindo às aulas através do celular. Ele não pôde ficar com seu pai enquanto Mirtes trabalhava, pois o pai não tinha acesso à internet e nem telefone. No dia da entrevista, quando Mirtes me revelou isso, ela concluiu: “Agora tem. Pois ele comprou um ontem.” Muito provavelmente, o pai de Miguel também passou a acompanhar, pelas redes, a mobilização por justiça em torno do caso de seu filho.

Atualmente, com pouco mais de 27 mil seguidores, Mirtes Renata se define em sua biografia enquanto corredora, mãe de Miguel e utiliza a *hashtag* #justiçaporMiguel.<sup>50</sup> A primeira postagem de Mirtes sobre a perda de seu filho ocorreu no dia 2 de agosto de 2020, quando ela compartilhou um frase feita pela artista Mana Bernardes<sup>51</sup>. A artista criou uma série de pôsteres com frases ditas por Mirtes. Essas frases foram estampadas em camisetas e compartilhadas por várias outras artistas que aderiram à campanha. Frases como: “Vi que era tudo mentira.”, “O resto da minha vida sem meu filho.”, “Se é lei, é para todos.”, “Ela deixou meu filho ir embora.”, foram ditas por Mirtes em alguns momentos e motivaram a campanha. Chamada de “Ouçam Mirtes, mãe de Miguel”, a campanha teve a proposta de reunir mulheres ativistas, militantes, advogadas e familiares para “amplificar a voz de Mirtes de Souza, mãe de Miguel.” Abaixo, algumas das participantes, incluindo Mirtes.



Foto: Site Alma Preta/Divulgação.

50

Desde a morte do menino, quando a internet foi intensamente mobilizada, a *hashtag* #justiçaporMiguel alcançou, somente no mês de junho, mais de 300 mil publicações. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/04/justicapormiguel-famosos-se-comovem-com-morte-de-filho-de-domestica-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml> Acesso em: 09/11/20

51

Mana Bernardes é designer, poeta e artista plástica. Tem sua caligrafia estampada em diversos projetos, objetos e vários outros tipos de artes e manifestações. Disponível em: <http://manabernardes.com/> Acesso em: 05/11/20

Acho importante destacar, no que se refere à campanha, que não foram apenas mulheres negras que participaram. Algumas famosas atrizes brancas também disponibilizaram suas imagens para apoiar o projeto. Todas elas compartilharam suas imagens em suas redes sociais, com milhões de seguidores, vestindo a camiseta com alguma fala estampada de Mirtes. A campanha foi lançada no mês de setembro de 2020.

No mesmo mês, Mirtes Renata compartilhou uma notícia de que a cantora brasileira Adriana Calcanhoto havia composto uma canção em homenagem ao seu filho Miguel. No dia 18 de setembro, a cantora realizou uma *live* em sua própria rede social para lançar a música e conversar ao vivo com Mirtes. Além de Mirtes, estavam presentes outras mulheres responsáveis pela campanha “Ouçam Mirtes, mãe de Miguel.” Abaixo, a letra da canção:

## 2 DE JUNHO<sup>52</sup>

No país negro e racista  
 No coração da América Latina  
 Na cidade do Recife  
 Terça-feira 2 de junho de dois mil e vinte  
 Vinte e nove graus Celsius  
 Céu claro  
 Sai pra trabalhar a empregada  
 Mesmo no meio da pandemia  
 E por isso ela leva pela mão  
 Miguel, cinco anos  
 Nome de anjo  
 Miguel Otávio  
 Primeiro e único  
 Trinta e cinco metros de vôo  
 Do nono andar  
 Cinquenta e nove segundos antes de sua mãe voltar  
 O destino de Ícaro  
 O sangue de preto

---

52

Canção de Adriana Calcanhoto feita em homenagem à Miguel Otávio. Letra disponível em: <https://www.letras.mus.br/adriana-calcanhoto/2-de-junho/> Acesso em: 14/11/20



Em alguns casos, não avaliar e mitigar os riscos associados à pandemia da Covid-19 e ao racismo sistêmico tem sido letal. Um exemplo disso foi o trágico falecimento de Miguel Otávio Santana da Silva, uma criança afro-brasileira de 5 anos, no Brasil. Muitas pessoas no Brasil trabalham seis dias por semana no trabalho doméstico, de modo que é mais provável que situações precárias sejam mais habituais do que se sabe. (Dominique Day - G1)

De acordo com a jornalista Marina Meireles, a morte de Miguel foi considerada trágica pela ONU, que destacou os riscos decorrentes do fato de o trabalho doméstico ser considerado essencial, assim como a vulnerabilidade da população negra diante dessa situação. Mirtes já mobilizou seus seguidores para que eles a ajudassem a pressionar, através do envio de e-mails, o Tribunal de Justiça de Pernambuco para que a audiência com Sarí fosse marcada, convocou as pessoas para que participassem de atos públicos e participou de dezenas de *lives*, inclusive internacionais. Seu engajamento em sua principal rede social, o *Instagram*, tem crescido dia após dia.

As menções a Miguel são inúmeras. Diariamente surgem nas redes sociais dezenas de referências a ele e a sua mãe. Após tamanho envolvimento de Mirtes com artistas, instituições, eventos e seguidores, nunca mais consegui que ela respondesse às minhas mensagens. Diante de possíveis mudanças que a relação de Mirtes com as redes sociais possa ter gerado em sua vida e rotina, é importante refletir sobre os efeitos que essa acelerada exposição causou sobre a vida desta mulher, trabalhadora doméstica negra. Podemos também analisar o modo como Mirtes passou a empreender uma nova narrativa em torno do seu corpo, do seu lugar de fala enquanto mulher negra e a invocar a sua própria experiência de vida para ressignificar a sua noção sobre luta e justiça.

Num artigo em que reflete sobre a atuação na mulher negra no ciberespaço, Jéssica Mara Raul (2019) observou que as mulheres negras têm, historicamente, se mobilizado em vários espaços políticos na busca por justiça social. Com o fenômeno do uso de celulares, destaca Raul, as possibilidades de registros e diálogos foram ampliadas, tornando a divulgação de um evento algo quase simultâneo. A internet tem se tornado um lugar de articulação das mulheres negras. O caso de Mirtes é uma prova real disso. Desde que aumentou o seu engajamento nas redes sociais, após a morte de Miguel, Mirtes foi apoiada por diversos grupos de mulheres negras que, de formas variadas, acolheram a sua história.

Raul (2019) analisou o uso das redes sociais “como espaço de redes de mobilização” (2019, p.3). Se por um lado as redes sociais vêm desnudando os comportamentos enraizados na mentalidade do brasileiro, como acentua Raul, por outro elas possibilitam a instrumentalização de sujeitos e grupos sociais. Grupos como Kilomba Collective, Articulação negra de Pernambuco,

Rede de mulheres negras de Pernambuco, Afro Resistance e Pensar Africanamente<sup>55</sup>, são alguns dos coletivos que acompanham, debatem e denunciam o caso de Miguel. A autora afirma que:

Narrativas cotidianas são visibilizadas a partir de discussões empreendidas por mulheres negras no ciberespaço, resultando em memórias do particular, para refletir sobre os diferentes aspectos comuns às experiências de mulheres negras brasileiras, cujas “comunidades virtuais” problematizam o passado colonial, suas permanências, conseqüências e formas de contemporização. (RAUL, 2019, p. 4)

Para ela, a interseccionalidade de opressões de raça gênero e classe contribuem para a reflexão sobre a importância de se discutir as relações raciais desenvolvidas por mulheres negras no contexto da internet. Erguer a voz, complementa a autora, “é uma forma de rebelião consciente sobre a autoridade dominante.” (RAUL, 2019, p.5). Edméa Santos (2017), citada por Jéssica Raul, afirma que:

as tecnologias digitais têm possibilitado a construção de ambiências com dispositivos que potencializam a reflexão, a crítica, e a materialização de práticas autorais, não somente individual mas também coletiva, fundamentada na colaboração, na dialogicidade e na interatividade, fazendo aflorar uma inteligência coletiva. (SANTOS apud. RAUL, 2019, p.6)

De fato, Mirtes tem utilizado a sua condição de mulher negra e periférica, vítima de injustiças e preconceitos, para uma construção política de uma ação coletiva por meio das mídias. Esses espaços, criados por mulheres negras, são instrumentos de luta e análise para enfrentar e denunciar o racismo. A esse respeito, Raul analisa o fato de que

As ativistas se apropriam de uma ferramenta da atualidade para produzir e disseminar conhecimento sobre e para mulheres negras, contribuindo para seu empoderamento em que a escrita possibilita desafiar as imagens estereotipadas, restituindo-lhes sua condição de sujeito histórico, cujas interpretações produzidas sobre os diversos temas sobre os quais se debruçam constituem um ponto de vista de enfrentamento ao silêncio imposto aos seus corpos racializados e que produz o lugar epistêmico de onde parte o conhecimento contra hegemônico. (RAUL, 2019, p.6-7)

---

55

Para ver as redes sociais desses coletivos: <https://www.instagram.com/pensar.africanamente/>;  
<https://www.instagram.com/kilombacollective/?hl=pt-br>; <https://www.instagram.com/articulacaonegrape/?hl=pt-br>;  
<https://www.instagram.com/redemulheresnegraspe/>; <https://www.instagram.com/afroresistance/>

Trabalhadora doméstica de 33 anos, mulher negra, moradora do bairro do Barro, na periferia de Recife, corredora, carpinteira e católica. Mirtes, mãe de Miguel, se transformou numa voz potente na luta por justiça após a morte de seu filho em junho de 2020. A sua voz carrega centenas de outras vozes que, de maneiras diversas, se intensificam e se manifestam com o propósito de mostrar para Mirtes que ela não está sozinha. Aliás, é uma frase que ecoa em suas redes sociais: “Mirtes, você não está sozinha!”. A despeito de outros possíveis interesses virtuais que podem estar presentes, o caso de Miguel está atravessando os oceanos e criando raízes nos debates sobre a questão do negro na sociedade brasileira. Como demonstrei nessas análises, a história tem chamado atenção de pessoas de vários segmentos. Músicas, ilustrações, artigos, pesquisas, matérias, entrevistas e documentários foram produzidos sobre o episódio envolvendo a morte de Miguel.

Recentemente, a *Rede Globo* lançou um programa especial veiculado no dia 20 de novembro de 2020, no Dia Nacional da Consciência Negra. O programa, “Falas Negras”<sup>56</sup>, dirigido pelo ator Lázaro Ramos, traz 22 atores negros que interpretam personagens verdadeiros, com depoimentos contra o racismo. Entre as figuras de Malcom X, Milton Santos, Toussaint Louverture e Mariele Franco, por exemplo, está Mirtes, a mãe de Miguel. Na biografia dos personagens interpretados pelo programa, Mirtes aparece como a mãe de Miguel, que morreu após cair de um prédio de luxo no Recife. Segundo o site da emissora, “a proposta é mostrar que o espírito de luta e de resistência dos povos afrodiáspóricos, ultrapassa a barreira do tempo e dos limites territoriais.”

Para encerrar a minha reflexão sobre a vida de Mirtes Renata e o seu recente engajamento nas redes sociais, reproduzo uma frase da filósofa Angela Davis, segundo a qual quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela<sup>57</sup>. Ainda que esteja amparada por organizações, artistas e movimentos, Mirtes tem se tornado protagonista de uma corrente que, desde a morte de Miguel, vem tomando grandes proporções. Uma corrente que tem buscado dar visibilidade e amplificar a sua voz na luta por justiça, pois como disse a ativista Mônica Oliveira, integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, a luta de Mirtes não é só dela. É uma luta de todas nós.<sup>58</sup>

---

56

Informações sobre o programa disponível em: <https://gshow.globo.com/series/falas-negras/noticia/falas-negras-saiba-tudo-sobre-o-especial-do-dia-da-consciencia-negra-da-globo.ghtml> Acesso em: 08/11/20

57

A frase faz parte de uma fala de Angela Davis, proferida em julho de 2017, num curso oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, chamado “Decolonial Black Feminism in The Americas”. O curso é uma iniciativa de uma rede internacional de organizações feministas e decoloniais voltado a pesquisadores, ativistas e feministas negras de diversos países. O vídeo com a fala completa da filósofa está disponível aqui: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4793-ufrb-recebe-angela-davis-na-abertura-do-curso-black-feminism> Acesso em: 08/11/20

58

Reportagem disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/tres-meses-apos-morte-do-menino-miguel-ativistas-e-familiares-continuam-a-cobrar-justica> Acesso em: 08/11/20

### 3.3 Revisitando a história de uma trabalhadora da minha família: memórias e resignações

É quase impossível falar sobre o trabalho doméstico e não incorporar em minhas reflexões e análises as experiências das mulheres trabalhadoras de minha família. Em meu trabalho de conclusão de curso de graduação, eu analisei alguns aspectos de mudanças e continuidades na vida dessas mulheres, mas ficaram em aberto várias outras questões acerca de suas trajetórias. A despeito das angústias que o tema suscita em mim mesma, decidi revisitar a história de vida de uma pessoa da minha família - uma mulher negra e trabalhadora doméstica que não pode interromper sua atividade profissional durante a pandemia. Minha tia, a quem aqui chamarei de Marlene, tem 63 anos de idade e trabalha em “casa de família” desde os 16. Desde então, esta foi a sua única ocupação: o emprego doméstico. Atualmente, ela está aposentada, mas permanece trabalhando na mesma casa, onde presta serviços há mais de 30 anos.

A história de vida da trabalhadora Mirtes Renata foi um importante instrumento para minha pesquisa. Ao relatar a trajetória de Marlene, meu objetivo é apresentar questões relativas ao caso de mulheres que ainda estão trabalhando na pandemia e refletir sobre os impactos que tal condição está provocando em suas vidas e em suas rotinas. Uma de minhas preocupações, ao longo da presente pesquisa, é sobre a questão da essencialidade do trabalho doméstico na pandemia e, nesse sentido, apresentei o caso de Mirtes e a tragédia de seu filho Miguel. A partir de agora, discuto a questão da essencialidade do trabalho doméstico a partir de outras perspectivas de violência.

É importante destacar que a narrativa de Marlene está atravessada por minhas próprias observações, considerando que existe um intenso vínculo afetivo entre nós duas e a nossa convivência é marcada pela presença. Marlene é a irmã mais velha de minha mãe, é minha madrinha e uma mulher por quem eu possuo imenso respeito e gratidão. Sua trajetória tem uma forte ligação com a trajetória de minha mãe, pois as duas prestaram serviços domésticos para as mesmas famílias durante anos. Apesar de minha mãe já ter interrompido sua atuação no trabalho doméstico remunerado, o diálogo entre as duas através do celular, por exemplo, acontece diariamente. Nas conversas, estão presentes, na maioria das vezes, assuntos relacionados às famílias para as quais Marlene ainda trabalha. Os assuntos também chegam em formato de reclamação, desabafos e, até mesmo, do que Cláudia Fonseca (2004) chamou de fofoca<sup>59</sup>.

---

59

A fofoca, segundo estudos da antropóloga Cláudia Fonseca (2004), “envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. [...] A fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública.” FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Reconstruir as memórias dessas mulheres, seja de forma individual ou coletiva, é também uma forma de dar voz a essas trabalhadoras. Ao analisarem as memórias escritas por um trabalhador camponês, Marta Cioccarri e Djane Della Torre (2013) mostram como tal exercício traz a reflexão sobre a identidade de quem narra, reinventando sentidos em meio às lembranças dos acontecimentos (CIOCCARI; DELLA TORRE, 2013). Nesta perspectiva, o relato, como apontaram as autoras, não representa um retorno ao passado, mas sugere uma reconciliação do narrador com a própria história. .Sentar e ouvir as histórias das mulheres de minha família sobre suas infâncias, por exemplo, é uma experiência intrigante. Nessas narrativas de si, eu observo uma pluralidade de sentimentos que se chocam com o dilema entre escolha e destino. Há uma certa instabilidade nas emoções e se confundem choros com risos. A forma como minha mãe e minha tia fazem referência ao pai, chamando-o de “papai”, me remete à profunda submissão e dependência que tinham dele. Ele, o pai que as tirou da escola para trabalharem em casas de família, que administrava seus salários e que “arranjava-lhes” casamentos. Marlene, particularmente, conta sobre sua relação com seu pai, meu avô, de forma mais amistosa. Mas seguirei analisando a sua trajetória como trabalhadora. Faltariam-me tempo e ânimo, neste momento, para uma imersão mais profunda nos estudos em meu seio familiar.

Marlene é a filha mais velha de um grupo formado por seis irmãos. Desses, três são mulheres e todas são ou foram trabalhadoras domésticas. Como dito, aos 16 anos ela iniciou sua carreira em “casas de família” e continua prestando serviços domésticos desde então. Pelas minhas contas, são 47 anos quase que ininterruptos nessa profissão. Digo quase, pois quando seu filho nasceu, ela permaneceu algum tempo em casa lavando roupa para fora: “Lavava, passava e entregava. Na mão. Não tinha máquina. Lavava no tanque. William era pequenininho. Colocava ele na banheira perto de mim, no tanque”. (SILVA, 2017, p.44). Quando seu filho completou oito anos, ela conseguiu um emprego num apartamento em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Assim como Mirtes, Marlene precisou levar a criança, pois não tinha com quem deixá-la. Mas no seu caso a dinâmica foi bastante diferente: Marlene dormia no apartamento durante toda a semana e, com isso, seu filho dormia lá com ela. Diante dessa situação, a criança foi posta durante um tempo numa escola pública da região. Contudo, não demorou muito para que sua patroa se disponibilizasse a pagar uma escola particular para o menino. Assim foi feito até a faculdade.

Vimos com Dantas (2008) como se constituem as chamadas “crias de famílias” nos arranjos familiares na Amazônia, onde ela estudou sobre a ambigüidade de suas disposições dentro dessas famílias, e sobre o modo pelo qual, em alguns momentos, eram tratadas como “parentes” e noutros como domésticas, uma vez que a maioria dessas crias eram mulheres. Aqui, na história de Marlene, como referi antes, seu filho, uma criança negra, cresceu no lar de uma família rica e branca. Não é uma situação incomum dentro da realidade de trabalhadoras domésticas brasileiras.

Como seu filho passava toda semana no trabalho da mãe, com o andar dos anos, acabou por projetar em sua mente a noção de “lar”. As escolas, os cursinhos, o lazer, o ambiente, as conversas, a comida, as roupas e vários outros hábitos e gostos, foram sendo introduzidos no cotidiano do menino, de modo que ele se constituiu a partir de um conjunto de influências. Segundo Bourdieu (2006), o gosto por determinadas coisas e práticas é o que gera o estilo de vida. E no estilo de vida se reúne o conjunto de preferências do indivíduo, como por exemplo, o vestuário, a linguagem ou a *hélix* corporal. (BOURDIEU, 2006, p.165)

Moradora de um bairro na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, Marlene segue diariamente para trabalhar no bairro da Lagoa, situado na Zona Sul da cidade. A baixada é uma região onde se concentram os bairros de camadas mais populares. De acordo com o jornalista Eduardo Miranda<sup>60</sup>, em todo o país, essa região foi considerada uma das mais vulneráveis à Covid-19. Fatores como os precários serviços de saúde e a infraestrutura sanitária colaboram para o quadro. Miranda acrescentou: “o trânsito entre moradores da Baixada que viajam diariamente para a Zona Sul da capital para trabalhar pode ser mais um responsável pelas infecções.” Apesar da disseminação do coronavírus ter tido início entre pessoas que chegavam do exterior, os números de óbitos e de casos entre os municípios da Baixada chamaram a atenção dos pesquisadores. Voltarei no tema da Covid-19 mais adiante.

Na primeira entrevista que Marlene me concedeu, no ano de 2015, conversamos na sua casa. “[Foi] no sofá de sua sala, um móvel de madeira bruta muito bonito que faz conjunto com a mesa de centro e de jantar, oferecidos por sua patroa, que ela conversou comigo como se fosse a primeira vez que estivesse me vendo.”(SILVA, 2017). Apesar de saber muito sobre o seu passado, ouvi-la narrar sua própria história é um exercício importante no fazer antropológico. E sempre há coisas que nunca foram ditas, que nunca foram lembradas. Sempre há novos gestos, emoções e percepções que muito podem revelar sobre as trajetórias. Conversamos ali, naquela sala onde também havia uma cristaleira grande combinando com os outros móveis, na qual Marlene guardava dezenas de bibelôs, presentes, imagens de santos, porcelanas e diversos outros objetos. Na casa, onde hoje reside com seu companheiro, Marlene me contou sobre a trajetória dela e das suas irmãs, as três filhas de Seu Hélio. Falou sobre a partida de sua mãe quando ela tinha seis anos e sobre o reencontro vinte anos depois. Contou com orgulho sobre ter podido concluir o ensino fundamental e sobre como foi que começou no seu primeiro emprego. Como registrei naquele período, Marlene falava de maneira muito tranquila, como se tratasse cada acontecimento como um curso normal em sua vida.

---

60

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/27/baixada-fluminense-rj-e-uma-das-regioes-mais-vulneraveis-a-covid-19-em-todo-o-pais> Acesso em: 09/11/20

Não há como se debruçar sobre a trajetória de uma doméstica que dorme no trabalho sem perguntar sobre o quarto onde ela ficava. Na história de Marlene, a questão do quarto sempre foi algo muito desconfortável de se abordar, pois por mais de vinte anos ela dormiu num colchonete no chão junto do filho, num quatinho nos fundos do apartamento. Não havia cama. O lugar, usado também como depósito, armazenava bicicletas, malas de viagens e todo tipo de objeto que precisasse ser guardado ou “escondido” para não interferir na organização do apartamento.

Desde que se aposentou, há três anos, Marlene e seus patrões firmaram um acordo segundo qual ela continuaria trabalhando, mas poderia passar a dormir em sua própria casa e teria uma folga durante a semana. Cabe destacar que, aos finais de semana, a cada quinze dias, ela também trabalha na casa dos pais de sua patroa. Para entender melhor a dinâmica de trabalhos nas casas dessas famílias, descrevi anteriormente essas relações da seguinte forma:

Desenvolvi este trabalho [...] a fim de tratar analiticamente do percurso de três mulheres irmãs e suas experiências de empregadas domésticas que “moram nas casas de suas patroas”, que também são mulheres que integram a mesma comunidade familiar. Observando as trajetórias dessas empregadas, sejam pelas experiências compartilhadas em nossas relações de parentesco ou através de suas narrativas, considere a dinâmica presente entre as duas famílias: a das empregadas com suas respectivas patroas, que também eram irmãs. (SILVA, 2018, p. 2-3)

Em resumo, Marlene e suas duas irmãs circularam durante anos entre as casas destas famílias, que também eram frutos do trabalho de três irmãs. Eu observei que essas irmãs trabalhadoras, além de estarem ligadas por laços de parentesco e afetividade agiam como uma “rede de colaboração” quando o assunto era conseguir um serviço para a outra na casa de alguém. Agiam também como mediadoras entre as amigas de suas patroas e outras mulheres conhecidas que precisavam trabalhar. Atualmente, das três irmãs, apenas Marlene segue como trabalhadora fixa.

Recentemente, por mensagem no Whatsapp, contei a Marlene sobre minha nova pesquisa e perguntei se ela me concederia uma entrevista novamente. Combinamos que eu iria até a sua casa, que é bem próxima de onde eu estava. Não nos víamos há um bom tempo devido ao distanciamento social. Quando cheguei à sua casa, ela me recebeu no portão e usava máscara. Era sua folga e eu disse que não tomaria muito do seu tempo. Sei que os dias que essas mulheres têm para ficar em suas casas são, muitas vezes, voltados para as atividades em seus próprios lares. A situação de Marlene, na ocasião, não era diferente. Cheguei lá com um pedaço de bolo que minha mãe havia feito, sentei-me na sala que descrevi com mais detalhes acima e aguardei seu retorno da cozinha. Iniciamos a conversa falando de Luísa, minha filha, a quem ela não via pessoalmente há

bastante tempo, apenas por fotografias. Eram tantos os assuntos de caráter pessoal e afetivo que precisei ficar atenta a uma brecha em nossa conversa para dar início às perguntas que eu tinha me planejado fazer. Não demorou muito para que começássemos a falar sobre o coronavírus e essa era a minha oportunidade.

Antes de entrar nas questões sobre o seu trabalho durante a pandemia, Marlene me contou como estava sendo a sua dinâmica de circulação entre as outras casas dos familiares de sua patroa, lugares onde, do mesmo modo, estava prestando serviços.

Eu aposentei, né? E aí continuo na casa. E ela continua me pagando o salário que ela pagava antes. Não. Ela diminuiu um pouco. Tirou um pouco. Mas me paga o décimo e as férias também. Eu tô indo pra casa da filha deles toda segunda. Ela perguntou se eu queria ir. Aí o pai falou: “Se você for, é só um dia na semana. E a gente não vai mexer no seu salário.” Disse que não ia mexer. E ela falou que ia me pagar, mas aí que ela não me paga o preço da diária. Paga menor porque eles não mexeram no meu salário. Mas eu tô seriamente pensando em falar com ela que ano que vem eu não vou mais. Vai ter que ver outra pessoa ou eu vou querer aumentar. Eu só vou lá um dia, mas faço tudo. Olha só: cozinheiro, lavo, passo [...] (Marlene)

Nós sempre falávamos em conversas da família que, no dia em que a filha da patroa de Marlene fosse embora de casa, ela levaria Marlene junto dela. Marlene chegou na casa quando a menina era apenas um bebê e, até hoje, não esconde o orgulho que carrega de vê-la conquistando as coisas na vida, crescendo profissionalmente e até mesmo com o que é mais trivial: “Ela aprendeu a fazer feijão.” Em nossa conversa, o tom de sua voz ao falar da “menina” muda, de modo a transparecer doçura e contentamento: “Ela tá com um consultório [...]”. Nessa hora eu perguntei o que aconteceu quando fomos notificados de que precisaríamos entrar “todos” em quarentena:

Eu tava em casa. Aí eu ia voltar no dia seguinte. Aí ela ligou e falou: “Ah, Marlene, não vem. Fica em casa que a gente vai ver como é que vai ser. Aí foi aumentando, aumentando. Fui ficando em casa. um mês em casa. Mas aí ela foi e depositou o meu pagamento. Aí fui ficando. Daí meu patrão foi e pegou. Ficou com Covid. Aí ela foi e falou que ela tinha pego. Daí o que que ela fez? Perguntou se eu podia ir pro apartamento da mãe dela, que tava vazio e tinha que limpar lá uns livros do doutor. E eu aproveitava e fazia comida pra eles, pra minha patroa e pro meu patrão.[...] Aí eu fazia, ela passava, eu deixava a bolsa com a comida na portaria e ela pegava. Fiquei lá uma semana. Mas não tive contato com ninguém. Depois voltei pra casa. Aí um tempo depois, ela falou: “Marlene, você não quer vir aqui limpar o apartamento? A gente não vai ficar em casa. Você vem na sexta, trabalha sexta e sábado e depois você vai embora.” Aí ela falou que era pra mim arrumar um carro pra me levar que ela pagava a passagem. Aí tô até hoje. (Marlene)

Uma das minhas questões era sobre até que ponto os patrões estariam dispostos a ter dentro de suas casas uma pessoa que circula em outros ambientes, correndo o risco de contaminação, para cuidarem das tarefas domésticas. É importante refletir sobre o que, de fato, leva os patrões a não abrirem mão de suas trabalhadoras em plena pandemia. No caso que estou abordando, o motorista busca Marlene em sua casa na Baixada Fluminense e a leva para o apartamento na Zona Sul. Com a pandemia, ela voltou a dormir em seu trabalho. O mesmo motorista a leva para a Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, todas as segundas-feiras para trabalhar na casa da filha de sua patroa. Ela dorme lá e na terça pela manhã a filha a leva de volta para o apartamento de sua patroa. Às sextas-feiras é a sua folga e, a cada quinze dias, ela trabalha aos finais de semana na casa dos pais de sua patroa. Em resumo, Marlene circula em três casas da mesma família durante a semana.

Ávila (2009) relatou o caso de uma mulher que tinha uma jornada semanal submetida a três regimes de tempo e trabalho diferentes. Ela se desdobrava em função das tarefas e das necessidades das patroas e dos patrões. Há, pelo que se percebe na história de Marlene, uma forte relação de gratidão pelo fato de a patroa ter ajudado na criação do seu filho e por todos os favores e gentilezas recebidos pela trabalhadora e por sua família em todos esses anos. Não ter uma cama para dormir, por exemplo, nunca foi um elemento que levasse Marlene a argumentar sobre o seu direito de ter um lugar digno para descansar. Sabemos que existe uma grande dificuldade no manejo da linguagem dos direitos entre as trabalhadoras domésticas. Na conversa, ela contou que, depois de 30 anos de trabalho com a mesma família, compraram pela primeira vez uma cama para que ela pudesse dormir.

Marlene contou sobre a preocupação de sua patroa em relação ao isolamento social durante suas folgas e nos finais de semana em que ela está em casa:

Ela fala: “Olha, você já vai no carro. Chega em casa e fica quieta dentro de casa”. Mas aí ela fala que se eu tiver que sair, ir a algum lugar, [que devo] levar sempre o álcool em gel e sempre de máscara. Isso ela fala. Mas ela não faz nem ideia que eu às vezes saio e vou para a casa de outras pessoas. Nossa! Eles ficam apavorados! (Marlene)

Marlene contou sobre a forma como tem enfrentado a pandemia. Disse que tem medo, mas que não deixa de se reunir com seus amigos:

Eu tenho medo. Agora então que tão falando que vai vir a segunda onda, ah, eu fico. Agora então...! Às vezes aqui no bairro eu não ando de máscara, às vezes eu uso. Quando vou em alguma festa, eu chego de máscara. Aí o pessoal começa a falar: “Poxa, tá todo mundo aqui sem máscara!” Aí eu tiro a máscara. Aí William, meu filho, até já falou: “Mãe,

tem que ficar de máscara. Vocês estão num evento, coloca a máscara. Se for beber, tira a máscara, bebe e coloca a máscara.” Ele falou que tem que ser assim. Mas ela [a patroa] nem sonha. Tem as fotos que às vezes a gente tira e eu não tô querendo nem tirar mais foto, porque vai que vê? Eu sei que a Leninha colocou no Whatsapp uma foto do meu marido saindo da praia. Menina, uma amiga viu. Aí eu logo liguei pra Leninha e pedi pra tirar. Minha patroa nem imagina que eu vou à praia, nem imagina. Ela nem sabe que William tá morando no Leblon. Eu nem falo pra ela. E ele quer que eu fale. (Marlene)

Suely Kofes (1994), num artigo onde reflete sobre histórias de vida, analisa que a confiança é uma regra presente nas relações entre patroas e domésticas, onde também existe um jogo entre segredo e informação. De acordo com Kofes, nesta relação contém elementos que podem ser chamados do público e do privado. Uma ambiguidade que talvez ajude na compreensão do porquê é tão recorrente a ritualização na demarcação dos limites nas casas e nas relações. Ao que me pareceu durante a entrevista, Marlene aparentava estar mais preocupada em ser vista ou descoberta por sua patroa do que em ser contaminada pelo vírus.

No início da pandemia, Marlene contou que teve muito medo. Passou um mês completamente isolada em casa. Em suas ligações para uma de suas irmãs, por exemplo, chorava e parecia meio deprimida. Busquei entender em que momento houve essa mudança de percepção e de atitude, já sem o mesmo medo de contrair a doença:

Foi porque aí eu comecei a voltar a trabalhar. Aí eu pensei: “Já que tô na rua mesmo, pra lá e pra cá... já que voltei a trabalhar...” Por isso que, às vezes, eu vou na Lúcia, sento um pouquinho lá. Quando tem um bolinho... E ali na Lúcia é bom que tem um espaço. Não fica todo mundo grudado. Ela coloca as mesinhas separadas no quintal dela. Mas agora eu tô ficando assim, meio pra baixo. Por causa desse negócio aí [a segunda onda], que disse que vai ser depois da eleição, né? Mas depois que eu tomei essa vacina da gripe, graças a Deus minha alergia parou. Teve um dia, menina, que eu tava me sentindo muito mal. Aí meu patrão falou: “Será que o Covid veio te visitar?” Aí tomei uma Novalgina pra tirar aquele peso das costas e ele disse que eu tinha que tomar dois litros de água. (Marlene)

Por motivos que não me cabe abordar aqui, quando William já era adulto, ele se afastou da casa e da relação que mantinha com os padrões de sua mãe. Como falei dele algumas vezes, decidi colher algum depoimento seu que coubesse dentro dessa discussão. Numa breve conversa onde tentou resgatar algumas memórias, ele me contou:

[...] Tinham dois colchonetes que a gente desenrolava e colocava no chão pra dormir. Então dormíamos eu e minha mãe, cada um de um lado, no chão do quartinho. Ficava anexado à cozinha e à área de serviço. E na área

de serviço era onde o Lipe, que era o cachorro que eles tinham, fazia cocô e xixi. Eram alguns metros de distância, tipo: a gente abria a porta do quartinho de empregada e um pouco ali na frente era onde o cachorro fazia cocô e xixi. Depois com um tempo o quarto foi melhorando, eles arrumaram mais. Mas sempre tinha aquela coisa de um quarto provisório. Nunca parecia um quarto de verdade. [...] Vez ou outra ela [a patroa da mãe] pedia pra eu ir ao banco, mas não era nada regular, nada obrigatório. Havia muito, assim, uma conversa. Uma espécie de demanda da patroa da minha mãe que dizia: “William tem que arrumar um emprego! Tem que trabalhar!” Eu era menor de idade e já tinha que trabalhar. Até que uma das irmãs dela me contratou como *office-boy*. Foi o primeiro emprego que eu tive de carteira assinada. As refeições eu fazia junto deles, ou não. No início era meio constrangedor. E a resistência que eu tinha também. Minha mãe sempre teve uma coisa de: “William, seu lugar é aqui!” Minha mãe sempre deixou isso claro pra mim. Quando eu tava vendo televisão na sala, quando não tinha ninguém lá, se alguém chegasse, o barulho da chave na porta, era um sinal de que eu tinha que sair. Eu tava ocupando um espaço e não era de bom tom o filho da empregada ficar ali vendo TV. [...] Eu me sentia muito constrangido. Minha mãe na cozinha trabalhando e eu jantando com eles na mesa. Tinha uma coisa que minha mãe fazia... sei lá com quem ela aprendeu isso. De só poder comer depois que eles tivessem tocado na comida. Eu não podia comer antes. Até hoje isso tem reflexos em mim... de até onde eu devo pisar? Isso vem dali. [...] De maneira geral, eu acho que eu fui até privilegiado nessa dinâmica de filho de empregada. Por exemplo: ela me levava pro clube. Eu era como se fosse o segundo filho dela, o filho que ela não teve. Então eu ia no clube Paissandu que, curiosamente, é aqui atrás de onde eu tô morando agora. A minha janela dá de frente pra rua Barão da Torre, que é onde minha mãe teve o primeiro emprego dela e foi a primeira casa que eu fui onde minha mãe trabalhava. E agora eu moro praticamente em frente ao primeiro emprego da minha mãe aqui na cidade, onde tudo começou. Eu não sei até que ponto eu me ressinto dessa dinâmica de ser o filho da empregada. Foi o que foi. Mas também não olho com miséria pra esse lado da vida não. (William, filho de Marlene)

Ouvir William falar sobre os sinais que eram sutilmente dados para, por exemplo, ele reconhecer a hora de deixar determinados espaços da casa, me sugere um tipo de identificação. O barulho da chave na porta era, no meu caso, o mesmo sinal no tempo em que freqüentei o trabalho de minha mãe. Num artigo onde falei sobre a minha experiência como filha de trabalhadora doméstica, contei o seguinte:

No momento em que minha mãe cozinhava no fim da tarde, eu ficava sentada num banco de madeira ou escorada numa bancada que dividia a cozinha da área de serviço, enquanto conversávamos. Eu respirava fundo quando escutava o barulho da chave na porta, pois sabia que, a partir daquele instante, minha mãe iniciaria um ritual de favores e atividades dos quais eu não participaria. "Posso lavar essa louça pra te ajudar?". Minha mãe, muito raramente, permitia que eu fizesse alguma coisa. Às vezes me

pedia para ir ao mercado comprar algo que estava faltando ou alguma coisa que eu quisesse comer. [...] O barulho na chave representava também o início dos meus rituais. [...] não havia muito interesse sobre o que eu fazia. Limitavam as perguntas em "Como vai a faculdade?" ou "Veio matar saúde da mamãe?". (SILVA, 2018, p. 16-17)

Essas questões atravessam as histórias das mulheres de minha família. Hoje vejo primas mais novas, por exemplo, frequentando as casas das patroas de suas mães e vivenciando essas ambiguidades onde as trocas, os afetos, os favores, os deslocamentos, os sinais e tantas outras práticas seguem moldando e provocando. Por outro lado, é muito significativo observar a descontinuidade dessa profissão em nossas casas: William tornou-se jornalista e professor, meu irmão é publicitário, eu estou concluindo o mestrado, enquanto outra prima se prepara para seguir caminhos na medicina. Portanto, dialogando com Lins de Barros (2008), acerca da questão se haveria um projeto de vida que levasse esses jovens, filhos de trabalhadoras domésticas, a resistirem ao “efeito de transmissão” no sentido que a atividade das mães possa ter sobre suas vidas profissionais, a partir de minha experiência pessoal, eu afirmaria que sim. Nós resistimos.

A trajetória de Marlene foi revisitada neste trabalho buscando mostrar como, em meio à tantas sutilezas, as injustiças estão entranhadas e quase invisíveis. Em relações em que o afeto é tão profundo, a confusão também é tamanha, e as tensões são silenciadas. Apesar de algumas semelhanças entre Marlene e Mirtes, duas mulheres negras com seus filhos negros que frequentavam as casas de suas patroas e que eram tratados “como se fossem da família” (nesse caso mais em relação à Marlene), as conseqüências dessas proximidades e desses relacionamentos, como vimos, foram bastante diferentes. Por um lado, vimos Mirtes vivenciar uma tragédia com seu filho de cinco anos por negligência de sua patroa. Por outro, vimos um pouco da trajetória de Marlene, que criou seu filho na casa de seus patrões e vive com eles até hoje, onde existe uma forte carga de gratidão e a sensação de que sempre se “deve alguma coisa” por tudo que fizeram por ela e por sua família durante anos.

O que aproxima essas duas histórias de vida para além dessas características acima é que ambas trabalharam durante a uma pandemia. Elas foram expostas à doença, correndo o risco de se contaminarem e contaminarem outras pessoas. Mirtes foi contaminada, assim como seu filho e sua mãe. Mirtes teve que continuar trabalhando, mesmo doente, e seu filho morreu ao cair do nono andar de um prédio, enquanto ela passeava com o cachorro de sua patroa. Marlene ainda está trabalhando. É uma senhora de 63 anos que reside numa região onde há grande contaminação de Covid-19 e o número de casos só cresce. Ela circula entre os familiares de sua patroa, prestando serviços em suas casas, sob orientação de muitos cuidados e acordo de isolamento social. Porém,

quando está em sua própria casa, Marlene passeia em seu bairro sem a máscara, frequenta reuniões com amigos e vai à praia, apesar do receio que a sua patroa possa descobrir.

Como controlar a conduta de um funcionário fora do ambiente de trabalho? Do mesmo modo que não há como controlar a conduta dos patrões, em relação às trabalhadoras, dentro de suas casas. A falta de proteção legal, os baixos salários, a exploração, ou seja, características das relações de servidão permanecem no trabalho doméstico e estão se revelando na informalidade. Mais do que isso, estão se revelando nas relações entre patrões e trabalhadoras, contudo são características carregadas de uma carga afetiva muito forte que torna essa configuração bastante delicada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação sobre o trabalho doméstico teve como cenário a situação de trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19. Para compreender o contexto em que elas estão inseridas, no qual o trabalho doméstico é considerado uma atividade essencial, busquei conhecer e analisar algumas características referentes ao evento da chamada “gripe espanhola” que chegou ao Brasil no ano de 1918, de modo que, em termos comparativos, conseguisse iluminar a compreensão de aspectos da crise pandêmica pela qual estamos passando durante o ano de 2020.

Isto posto, iniciei uma análise sobre a situação das trabalhadoras domésticas no Brasil acerca das conseqüências que a essencialidade do trabalho doméstico, em período de isolamento social, causou em suas vidas e nas vidas de seus familiares. O caso do menino Miguel, por exemplo, tornou-se muito relevante nesta pesquisa, pois o episódio abriu as portas para que eu investigasse diferentes questões acerca do trabalho doméstico. Procurei investigar como se constituiu a atividade doméstica remunerada desde o século XIX em Recife, lugar onde Mirtes Renata trabalhava. Apresentei alguns dados atualizados, de forma a que tais informações contribuíssem para pensar a informalidade gerada na categoria antes da pandemia, e seu aprofundamento após a chegada da Covid-19.

Num segundo momento, iniciei a análise de trajetórias, bem como uma exposição sobre o debate acerca da interseccionalidade. As histórias de vida de Mirtes Renata e de Marlene, uma trabalhadora da minha família, compõem substancialmente esse trabalho. Ambas as mulheres negras e trabalhadoras domésticas, tendo seus filhos freqüentado seus locais de trabalho, compartilharam comigo suas trajetórias, nas quais pude identificar vários problemas enfrentados por elas. Mirtes tendo que enfrentar os preconceitos, discriminações, a Covid-19 e, por fim, a morte de seu filho de cinco anos. Marlene, uma senhora de 63 anos que trabalha há mais de 30 para uma mesma família, circula entre outras casas dos familiares de sua patroa. Ela teve seus serviços dispensados por apenas um mês na pandemia, quando precisou voltar ao trabalho e segue fortalecendo os vínculos afetivos com seus patrões, que ora soam como generosidade, ora soam como expectativa de gratidão.

Refleti sobre o engajamento de Mirtes Renata nas redes sociais, após a morte de seu filho. Minha abordagem tem origem na super exposição dessa mulher negra e periférica e buscou compreender as relações e os discursos que ela começou a construir na internet. Questionei sobre os efeitos que essa acelerada exposição pode ter causado sobre a sua vida e como Mirtes passou a empreender uma nova narrativa em torno do seu corpo, do lugar de fala do povo negro e a invocar

a sua própria experiência de vida para ressignificar a sua noção sobre luta e justiça. Até o momento, até onde ainda posso acompanhá-la em suas redes sociais, Mirtes segue se dedicando à denúncia do caso de Miguel e aguarda a primeira audiência com Sarí, marcada para o início de dezembro deste ano, quando ambas devem apresentar suas testemunhas. Mirtes continua participando de *lives* e mostrando um imenso compromisso não só com a dignidade de seu filho, mas como toda luta do movimento negro e das mulheres trabalhadoras no Brasil.

No meio disso tudo, analisei a figura de Sarí Côrte Real, a ex-patroa de Mirtes, a partir de uma entrevista concedida a um programa de TV. Sarí estava responsável por Miguel no momento do trágico acidente que tirou a vida do menino. Minha investigação girou em torno do conceito de branquitude. Sarí, que pareceu ter buscado transmitir uma reputação íntegra durante a entrevista, vai ter seu comportamento analisado a partir da noção de branquitude (BENTO, 2002), reconhecida como uma forma de praticar a violência racial e dela se beneficiar concreta ou simbolicamente.

Neste espaço para conclusões, eu resgato algumas perguntas que fiz no decorrer do texto: Pensando sobre os aprofundamentos das violências enfrentadas por essas trabalhadoras durante esse período, o que, de fato, leva os patrões a não abrir mão de suas trabalhadoras em plena pandemia? Por que a classe das domésticas foi considerada uma classe prestadora de um serviço essencial? Não podemos afirmar que os efeitos de uma pandemia serão os mesmos numa sociedade marcada por privilégios, invisibilidades e negação de direitos. O que nós estamos vivendo no Brasil, impacta de formas diferentes as camadas sociais, e não há como desconsiderar nesse jogo que dita quem pode viver ou morrer, a lógica por trás de três pilares: classe, raça e gênero.

São mulheres racializadas que estão sendo expostas mais intensamente à doença. Sabemos que é impossível viver sem que as atividades dentro de uma casa sejam feitas: a comida, a limpeza, as roupas, o cuidado com as crianças, os idosos e os doentes. Homens e mulheres saem para trabalhar diariamente e precisam de uma pessoa que se encarregue de todas essas responsabilidades. Principalmente as mulheres, que, na luta por poderem se dedicar às suas profissões e outras atividades, ao mesmo tempo, tendo sobre si a carga dos deveres domésticos, agem no sentido de delegar essas tarefas para outras mulheres.

Diante disso, acredito que nosso desafio seja, inclusive, o de refletir sobre novos e possíveis modelos de relações dentro das casas, nos espaços privados. Refletir também sobre a atuação do Estado nas vidas dessas mulheres mães, que precisam trabalhar e não tem com quem deixar seus filhos, sobre a divisão igualitária das tarefas domésticas e o papel do homem/pai nessa esfera. É muito difícil falarmos sobre a emancipação da mulher enquanto for preciso delegar tarefas domésticas para outras mulheres, sobretudo para mulheres que se encontram em situação de grande vulnerabilidade social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, MARIA B. M. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação, exploração e resistência*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

BENTO, MARIA A. S. *BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL*. IN: PSICOLOGIA SOCIAL DO RACISMO - ESTUDOS SOBRE BRANQUITUDE E BRANQUEAMENTO NO BRASIL. PETRÓPOLIS-RJ. VOZES. 2002. P. 25-58.

BERTAUX, DANIEL. *DA NARRATIVA DE VIDA*. IN: NARRATIVA DE VIDA: A PESQUISA E SEUS MÉTODOS; TRADUÇÃO ZULEIDE ALVES CARDOSO CAVALCANTE, DENISE MARIA GURGEL LAVALLÉE; NATAL, RN: EDUFRN; SÃO PAULO: PAULUS, 2010.

BOURDIEU, PIERRE. *A DISTINÇÃO: CRÍTICA SOCIAL DO JULGAMENTO*. TRADUÇÃO: DANIELA KERN; GUILHERME J. F. TEIXEIRA. SÃO PAULO: EDUSP; PORTO ALEGRE - RS. EDITORA ZOUK. 2006.

BRITES, JUREMA. *AFETO E DESIGUALDADE: GÊNERO, GERAÇÃO E CLASSE ENTRE EMPREGADAS E SEUS EMPREGADORES*. CADERNOS PAGU Nº 29, CAMPINAS, JULHO-DEZEMBRO DE 2007: 91-109.

BRITO, NARA A. DE. *LA DANSARINA: A GRIPE ESPANHOLA E O COTIDIANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*. HISTÓRIA, SAÚDE E CIÊNCIA, MANGUINHOS, IV (1): 11-30 MAR.-JUN. 1997.

CHALHOUB, SIDNEY. *CIDADE FEBRIL: CORTIÇOS E EPIDEMIA NA CORTE IMPERIAL*. SÃO PAULO. COMPANHIA DAS LETRAS, 1996.

CIOCCARI, MARTA; DELLA TORRE, D. "PREFÁCIO" E "INTRODUÇÃO: *BLAUDES, O CAMPONÊS RECONTA A HISTÓRIA*". IN: JAPUARA, UM RELATO DAS ENTRANHAS DO CONFLITO VOL. 2 DA COLEÇÃO 'CAMPONESES E O REGIME MILITAR'. BRASÍLIA: MDA/SDH, 2013.

COSTA, JOAZE. B. *CONTROLE DE VIDA, INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICA DE EMPODERAMENTO: AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL*. EST. HIST., RIO DE JANEIRO, VOL. 26, Nº 52, P. 471-489, JULHO-DEZEMBRO DE 2013.

DAMASCENO, CAETANA. M. *EM CASA DE ENFORCADO NÃO SE FALA EM CORDA: NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA BOA APARÊNCIA NO BRASIL*. XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. CAXAMBÚ-MG. 1997.

DA MATTA, ROBERTO. *O OFÍCIO DO ETNÓLOGO, OU COMO TER ANTHROPOLOGICAL BLUES*. IN: A AVENTURA SOCIOLÓGICA. OBJETIVIDADE, PAIXÃO, IMPROVISO E MÉTODO NA PESQUISA SOCIAL. EDSON DE OLIVEIRA NUNES (ORG.). RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1985. PP. 23-35.

\_\_\_\_\_. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro. Rocco. 1997.

DANTAS, LUISA. M. S. *AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR? NARRATIVAS BIOGRÁFICAS E O TRABALHO COMO DURAÇÃO DE INTERSECÇÃO POR MEIO DE UMA ETNOGRAFIA MULTI-SITUADA*. TESE. DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – UFRGS. F: 486. PORTO ALEGRE/RS. BELÉM/PA E SALVADOR/BA. 2016.

\_\_\_\_\_. *“PAIS” OU “PATRÕES”: UM ESTUDO SOBRE “CRIAS DE FAMÍLIAS” NA AMAZÔNIA*. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LICENCIATURA E BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS. BELÉM/PARÁ. 2008.

DAVIS. ANGELA. *MULHERES, RAÇA E CLASSE*. TRADUÇÃO: HECI REGINA CANDIANI. 1ª EDIÇÃO. SÃO PAULO, BOITEMPO. 2016.

FAVRET SAADA, JEANNE SER AFETADO. IN: *CADERNOS DE CAMPO*, Nº 13: 155-161, 2005. TRADUÇÃO PAULA SIQUEIRA PPGCAS/MN/UFRJ.

GONZALEZ, LÉLIA. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOULART, ADRIANA da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

GRAHAM SANDRA L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p. 243-245.

HIRATA, HELENA; KERGOAT, DANIELLE. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, BELL. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*. Nº 2. Tradução de Marcos Santarrita. 1995.

LINS DE BARROS, MIRIAM. *Três gerações femininas em famílias de camadas médias: trajetórias de vida e o projeto de autonomização*. Trabalho apresentado na 26a. Reunião Brasileira de Antropologia realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

MINTZ, SIDNEY. Encontrando Taso, me descobrindo. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Vol. 27. Nº 1. 1984.

MOTTA-MAUÉS, MARIA ANGÉLICA. *Crias, Criadas, Filhos de criação: Filhos todos são? Adoção, afetividade e família na Amazônia*. Trabalho apresentado no GT 24 – Família e Curso da Vida, durante a 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Goiânia/GO, de 11 a 14 de junho de 2006.

NUNES, MARGARETE F.; MAGALHÃES, MAGNA L.; ROCHA, ANA LUÍSA C. da. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): Narrativa Etnobiográfica de Vó Nair. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 269-292, jan./jun. 2013

PAULILO, MARIA IGNEZ S. O peso do trabalho leve. Departamento de Ciências Sociais-UFSC. *Revista Ciência Hoje*- nº 28/1987.

PEREIRA, VIRGÍNIA A. *Heranças escravocratas e trabalho doméstico remunerado: rupturas e permanências*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PINHEIRO, LUANA. et al. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD CONTÍNUA*. IPEA. Governo Federal. Brasília. 2019.

PNAD. *Informativo: Trabalho Infantil doméstico*. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016.

PORTO, DORA. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. *Revista Bioética*, 2008 16 (2): 287-303.

RAUL, JÉSSICA M. Entre silêncios e protestos: uma reflexão sobre a escrita preta no ciberespaço. *Revista Docência e Cibercultura*. Rio de Janeiro. V. 3 Nº.3. P. 167. Set/Dez-2019.

SANTOS, RICARDO A. DOS. O Carnaval, a peste e a 'espanhola'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 1, p. 129-58, jan.-mar. 2006.

SILVA, ALINE R. M. *Desigualdade, acesso e solidão: uma análise sobre a empregada doméstica na sociedade brasileira e a inclusão do aparelho de celular no em seu cotidiano*. Monografia. Graduação em Ciências Sociais, UFRRJ., RJ, 2017.

\_\_\_\_\_. *Eu, filha de empregada doméstica: as rupturas, tensões e experiências presentes nas relações entre empregadas domésticas e suas gerações*. In: SPG - Família, migração e trabalho. 42º Encontro Anpocs. Caxambú-MG, 2018.

SILVA, MACIEL H. *O mundo do trabalho doméstico entre o costume e a lei: Experiências sociais de trabalhadoras domésticas de Recife e de Salvador na escravidão e no pós-abolição*. *Tempos Históricos*, • Volume 21, • 1º Semestre de 2017, p. 16-38.

SOUZA, CHRISTIANE M. C. de. A gripe espanhola na Bahia de Todos os Santos: entre os ritos da ciência e os da fé. *Dynamis*, 30: 41-63. 2010.

STOLCKE, VERENA. *Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?* Comunicação apresentada à I Conferência da Associação Européia de Antropólogos Sociais, Coimbra, 31 de agosto a 3 de setembro de 1990. Traduzida do original "Is sex to gender as race is to ethnicity?" por Carlos Alberto Medeiros, 1990.

VELHO, GILBERTO. O patrão e as empregadas domésticas. In: *Revista de Sociologia: Problema e Prática*, São Paulo, nº 69, pág: 13 à 30. 2012. *Problema e Prática*, São Paulo, nº 69, pág: 13 à 30. 2012.

VELHO, GILBERTO. Observando o Familiar. In, *Individualismo e cultura*. Pág: 123; In, *Individualismo e cultura*. Pág: 123--132. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Janeiro, Zahar, 1981.

WINKIN, YVES. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Editora Papirus, 1998, p. 139-140.

### SITES CONSULTADOS:

AMORIM, D. Nordeste aprofunda desigualdade, diz IBGE; Norte tem perda generalizada de renda. Estadão Conteúdo. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/06/nordeste-aprofunda-desigualdade-diz-ibge-norte-tem-perda-generalizada-de-renda.htm> Acesso em: 13/10/20

ANDRADE, C. D. de. Mãos Dadas. In: *O sentimento do Mundo*.1940. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/files/2016/08/M%C3%83OS-DADAS.pdf> Acesso em: 10/11/20

ARAGÃO, M. S. S. *A Linguagem regional - popular no nordeste do Brasil: aspectos léxicos*. Universidade Federal do Ceará. Disponível aqui: <https://profala.ufc.br/wp-content/uploads/2018/04/trabalho2.pdf> Acesso em: 30/10/20

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Institui o código civil. Diário Oficial da União: Seção 1. Brasília. DF. 2020. Disponível em: <HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/EN/WEB/DOU/-/LEI-N-13.979-DE-6-DE-FEVEREIRO-DE-2020-242078735> ACESSO EM: 21/09/20

CASO MIGUEL: “*VER QUE MEU FILHO NÃO VAI MAIS VOLTAR É MUITO DIFÍCIL*”, DIZ MÃE. FANTÁSTICO, REDE GLOBO. EXIBIDO EM 7 DE JUNHO DE 2020. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://GLOBOPLAY.GLOBO.COM/V/8609438/> ACESSO EM: 02/09/20

CASO MIGUEL: PROIBIÇÃO DE CRIANÇAS ANDANDO SOZINHAS EM ELEVADORES VIRA LEI; MULTA PREVISTA É DE ATÉ R\$ 10 MIL. G1. PERNAMBUCO. 2020. DISPONÍVEL EM: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/08/14/caso-miguel-proibicao-de-criancas-andando-sozinhas-em-elevadores-vira-lei-multa-prevista-e-de-ate-r-10-mil.ghtml> ACESSO EM: 02/11/20

COIOTES CORREDORES. DISPONÍVEL AQUI: <https://www.instagram.com/coiotescorredores/?hl=pt-br>

COSTA, C. *Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra 'como supremacia branca funciona no Brasil'*, diz historiadora. BBC Brasil, 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52932110> ACESSO EM: 21/11/20

*DADOS SOBRE POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL SÃO ATUALIZADOS*. GOVERNO DO BRASIL. 2020. DISPONÍVEL EM: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados> ACESSO EM: 14/11/20

*Essenciais são nossos direitos*. Disponível em: <http://essenciaissaonossosdireitos.themis.org.br/> Acesso em: 13/10/20

*Falas Negras: saiba tudo sobre o especial do Dia da Consciência Negra da Globo.* GSHOW. 2020. Disponível em: 08/11/20 <https://gshow.globo.com/series/falas-negras/noticia/falas-negras-saiba-tudo-sobre-o-especial-do-dia-da-consciencia-negra-da-globo.ghtml> Acesso em:

FERRARI, M. *O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil.* PONTE. 2019. Disponível em: 14/11/20 <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasil/> Acesso em:

FERREIRA, Y. *A construção de 'boa moça' de Sari Corte em entrevista ao 'Fantástico'.* Site Hypheness. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/07/sari-corte-a-construcao-de-boamoca-da-indiciada-pela-morte-de-miguel-em-entrevista-ao-fantastico/> Acesso em: 02/11/20

GONZAGA, Vanessa. *Com arquitetura conservada, Barro tem história ligada ao Brasil Colonial.* Brasil de Fato-Pernambuco, 21 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/02/21/com-arquitetura-conservada-barro-tem-historia-ligada-ao-brasil-colonial> Acesso em: 16/10/20

GRAGNANI, Juliana. *Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo?* De BBC News Brasil em 12 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> Acesso em: 15/10/20

Lei de Quarentena. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/> Acesso em: 05/10/20

LINS, C. *Babás.* Documentário. 2010. Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=babas>

LOPES, P. *Quinino presente na água tônica não ajuda a tratar ou prevenir Covid-19.* Agência Lupa, Rio de Janeiro, 15 de abril de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/15/quinino-agua-tonica-coronavirus/> Acesso em: 11/10/20

*Mãe do menino Miguel afirma que lutará por justiça.* Encontro com Fátima Bernardes, Rede Globo. Exibido em 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8605167/>

*Mana Bernardes.* Disponível em: <http://manabernardes.com/> Acesso em: 14/11/20

*Marias do Brasil.* Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/grupomariasdobrasil/> Acesso em: 01/09/20

MEIRELES, M. *Caso Miguel é citado como exemplo de racismo sistêmico na pandemia em relatório de grupo da ONU.* G1. Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/09/30/caso-miguel-e-citado-como-exemplo-de-racismo-sistêmico-na-pandemia-em-relatorio-de-grupo-da-onu.ghtml> Acesso em: 14/11/20

MENDONÇA, H. *Pandemia expõe "necropolítica à brasileira" e uma certa elite que não vê além do umbigo.* El País. São Paulo. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-05-08/pandemia-expoe-necropolitica-a-brasileira-e-uma-certa-elite-que-nao-ve-alem-do-umbigo.html> Acesso em: 14/11/20



SANTOS, E. *68% dos trabalhadores domésticos informais estão parados*. Agência Énois, colaboração para o TAB. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/24/68-dos-trabalhadores-domesticos-informais-estao-parados.htm> Acesso em: 09/11/20

SANTOS, J, V.; PRADO, T. *Coronavírus: quando estar no mesmo mar, não é estar no mesmo barco*. Site Alma Preta. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/coronavirus-quando-estar-no-mesmo-mar-nao-e-estar-no-mesmo-barco> Acesso em: 02/11/20

SILVEIRA, D. *Desigualdade de renda cresce no Nordeste e diminui nas demais regiões, aponta IBGE*. G1 - Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/desigualdade-de-renda-cresce-no-nordeste-e-diminui-nas-demais-regioes-aponta-ibge.ghtml> Acesso em: 22/11/20

SOARES, L.; FERREIRA, D. *A entrevista de Sarí Corte no Fantástico: uma análise de discurso e de imagem*. Carta Capital, Bahia, 11 de julho de 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/> Acesso em: 20/11/20

SUDRÉ, L. *Crescimento da exploração do trabalho infantil é risco iminente durante pandemia*. Brasil de Fato. São Paulo (SP). 12 de Junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/12/crescimento-da-exploracao-do-trabalho-infantil-e-risco-iminente-durante-pandemia> Acesso em: 25/11/20

*Voluntário consegue sabão para doar a moradores de favela no Grande Rio*. Jornal Nacional, Rio de Janeiro, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/20/voluntario-consegue-sabao-para-doar-a-moradores-de-favela-no-grande-rio.ghtml> Acesso em: 15/11/20

WESTSTEIJN, A.IN: *Caspar Barlaeus. Rerum per Octennium in Brasília*. Amsterdã: Joan Blaeu, 1647, P. 3. Acervo da biblioteca nacional do Brasil, Rio de Janeiro. Domínio Público. Disponível em: [https://historia.uff.br/ciadasindias/wpcontent/uploads/2015/08/jmns\\_awpdf](https://historia.uff.br/ciadasindias/wpcontent/uploads/2015/08/jmns_awpdf) Acesso em: 20/11/20

*Uma breve história da febre amarela*. Agência Fiocruz de notícias. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/uma-breve-hist%C3%B3ria-da-febre-amarela> Acesso em: 03/11/20

**UFRB recebe Angela Davis na abertura do curso Black Feminism**. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4793-ufrb-recebe-angela-davis-na-abertura-do-curso-black-feminism> Acesso em: 03/11/20

*UFRPE cria Instituto Menino Miguel para cuidado da infância ao envelhecimento*. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-cria-instituto-menino-miguel-para-cuidado-da-inf%C3%A2ncia-ao-envelhecimento> Acesso em: 23/11/20

*#JustiçaPorMiguel: famosos se comovem com morte de filho de doméstica após cair do 9º andar de prédio no Recife*. G1. Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/04/justicapormiguel-famosos-se->

**comovem-com-morte-de-filho-de-domestica-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml** Acesso em: 18/10/20

*2 de Junho*. Adriana Calcanhoto. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/adriana-calcanhoto/2-de-junho/> Acesso em: 10/10/20

*7 fatos sobre a Gripe Espanhola no Brasil*. Revista Galileu, São Paulo, 6 de junho de 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/06/7-fatos-sobre-gripe-espanhola-no-brasil.html> Acesso em: 23/10/20